

**Comissão de Inquérito Parlamentar à Gestão do BES e do Grupo Espírito Santo, ao Processo que Conduziu à Aplicação da Medida de Resolução e às suas Consequências, nomeadamente quanto aos Desenvolvimentos e Opções relativos ao GES, ao BES e ao Novo Banco**

39.<sup>a</sup> Reunião  
(10 de fevereiro de 2015)

---

**SUMÁRIO**

O Presidente (Fernando Negrão) deu início à reunião às 15 horas e 11 minutos.

O Dr. Rui Guerra (ex-Presidente do BES Angola), após uma intervenção inicial, respondeu aos Deputados Pedro Nuno Santos (PS), Cecília Meireles (CDS-PP), Miguel Tiago (PCP), Mariana Mortágua (BE) e Duarte Pacheco e Pedro Saraiva (PSD).

O Presidente (José Magalhães) encerrou a reunião eram 19 horas e 50 minutos.

O Sr. **Presidente** (Fernando Negrão): — Srs. Deputados, temos quórum, pelo que declaro aberta a reunião.

*Eram 15 horas e 11 minutos.*

Vamos dar início à audição do Sr. Dr. Rui Guerra, ex-Presidente do BES Angola.

O Sr. Dr. Rui Guerra fará uma exposição inicial de 15 a 20 minutos e depois responderá a todas as perguntas que os Srs. Deputados entendam formular.

Tem a palavra, Sr. Dr. Rui Guerra.

O Sr. Dr. **Rui Guerra** (ex-Presidente do BES Angola): — Gostaria, em primeiro lugar, de cumprimentar o Ex.<sup>mo</sup> Sr. Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito e as Ex.<sup>mas</sup> Sr.<sup>as</sup> e os Ex.<sup>mos</sup> Srs. Deputados membros desta Comissão.

Infelizmente, não tenho tido oportunidade de acompanhar os trabalhos da Comissão com o tempo e a disponibilidade que gostaria. No entanto, julgo compreender o interesse dos Srs. Deputados no esclarecimento das questões que estiveram na origem do designado «caso BES» e, em particular, no esclarecimento de questões associadas ao BESA.

Nessa medida, admito que a razão de ser da minha convocatória se prenda essencialmente com as funções que desempenhei no BESA entre janeiro de 2013 e outubro de 2014.

Estou totalmente disponível para colaborar com a Comissão e com os Srs. Deputados, mas a verdade é que a minha vontade e a minha disponibilidade se encontram fortemente limitadas pelos deveres de sigilo a que estou sujeito pela lei angolana.

A este propósito, não queria deixar de salientar que o respeito devido às instituições e leis angolanas é para mim o mesmo que devo às instituições e leis portuguesas. Por esse motivo, não obstante o desiderato de esclarecer VV. Ex.<sup>as</sup>, peço que compreendam que as limitações do que poderei ou não esclarecer são produto do respeito pelas instituições e pelas leis destes dois países e não a tentativa de encontrar um qualquer refúgio, até porque, no meu caso, vale plenamente a máxima: quem não deve, não teme.

A este propósito, importa também referir que não tenho qualquer relação pessoal ou familiar com a anterior gestão do Banco Espírito Santo ou do Grupo Espírito Santo ou com os seus acionistas.

Fui e sou um gestor, tendo desenvolvido parte significativa da minha carreira num banco internacional e outra parte como colaborador do BES, sendo que, presentemente, estou totalmente empenhado em apoiar a gestão do Novo Banco em tudo o que me for solicitado.

A minha lealdade é apenas com a verdade e é nesse pressuposto que, embora com as limitações já referidas, prestarei o meu contributo a esta Comissão.

Sr.<sup>as</sup> Deputadas, Srs. Deputados, julgo ser oportuno partilhar convosco muito sumariamente aquele que foi o meu percurso profissional no BES, onde ingressei em 1999.

Desde essa data até 2012, assumi diversas responsabilidades como diretor-coordenador, sendo que as mesmas sempre estiveram diretamente associadas à atividade internacional do banco.

Até 2012, o então designado Departamento Internacional, que coordenei, tinha essencialmente a atribuição de acompanhar a atividade internacional do banco, tanto através do desenvolvimento do negócio internacional, com grande ênfase no *trade finance*, como no

acompanhamento e desenvolvimento das diversas unidades internacionais do banco.

Apesar da nomenclatura «Departamento Internacional», gostaria de esclarecer que este departamento não tinha, à data, quaisquer responsabilidades sobre a sucursal do BES em Espanha, sobre a unidade do BES em Miami e sobre o BES Angola.

Já no final de 2006, fui informado pelo CEO do BES que, tendo em conta o meu desempenho, passaria a integrar o conselho de administração do BESA, o que sucedeu entre 2007 e 2009, na qualidade de administrador não executivo e não remunerado.

Posso, desde já, adiantar que a informação a que tive acesso nas reuniões do conselho de administração do BESA em que participei é pouco mais do que aquela que era pública, designadamente através dos relatórios e contas e de outros documentos contabilísticos públicos daquele banco.

Aliás, os temas porventura relevantes relativos ao BESA, pelo menos até 2012, e pelo que me pude aperceber, sempre foram tratados diretamente entre o Dr. Ricardo Salgado, na qualidade de representante do acionista maioritário e presidente da comissão executiva do BES, com o pelouro de Angola, e o Dr. Álvaro Sobrinho, na qualidade de CEO do BESA, pelo que, no que se refere ao meu período como administrador não executivo (anterior à minha estadia em Angola na qualidade de CEO daquele banco), possuía um conhecimento muito limitado do que se vivia no BESA.

Em data que não posso precisar, mas seguramente em junho de 2012, o CFO do BES e administrador com o pelouro internacional, apresentou-me um projeto de mudança estratégica para o BESA que implicaria um reposicionamento profundo do banco no mercado angolano, bem como alterações significativas na *governance*, convidando-me, desde logo, para liderar este projeto.

Além disso, o objetivo seria reunir uma equipa de gestão que fosse capaz de identificar e quantificar os problemas do BESA e que pudesse começar imediatamente a criar condições para o *turnaround* do banco, de acordo com o plano que estava a ser delineado com o apoio de uma consultora internacional.

Devo referir que, apesar de a minha nomeação formal ter ocorrido em assembleia geral de novembro de 2012, eu e a equipa que tive a honra de liderar só iniciámos funções no BESA, em Luanda, a partir de janeiro 2013, sendo que, como se poderá compreender, não tivemos qualquer intervenção e responsabilidade na elaboração e aprovação das contas referentes ao ano de 2012.

Srs. Deputados, vou agora procurar esclarecer, de forma necessariamente genérica e limitada, a situação no início de 2013 com a qual fomos confrontados.

Após o diagnóstico inicial possível, encontrámos o banco numa situação muito difícil e que, seguramente, não antecipávamos.

Nesse momento inicial, tornou-se imediatamente evidente que a prioridade seria repor a transacionalidade e assegurar a sustentabilidade financeira do banco. Estes tornaram-se objetivos prementes e essenciais aos quais a nova gestão se dedicou intensamente. Aliás, só com a realização dos mesmos seria possível, num segundo momento, iniciar verdadeiramente a execução do plano estratégico que nos fora confiado e ao qual já fiz referência.

Tal facto não impediu que, desde o primeiro momento, fossem tomadas as medidas necessárias para a reforma da *governance* interna destinadas a assegurar a adoção das melhores práticas internacionais. A título exemplificativo, logo em janeiro de 2013, foi aprovado o regulamento de funcionamento da comissão executiva, bem como o estabelecimento de seis comités específicos — como, por exemplo, o

comité de crédito, o comité de liquidez e o comité de controlo —, com regras definidas e a presença obrigatória dos diretores de área e de, pelo menos, dois administradores executivos.

A partir de finais de junho de 2013, com novas e profundas alterações de *governance* do banco, tornou-se possível à minha gestão assegurar as condições essenciais para o processo de *turnaround* do mesmo e, assim, iniciar um percurso de verdadeiro crescimento sustentado, para o qual, não poderia deixar de o dizer, tivemos o apoio inexcedível do novo presidente do conselho de administração, Ex.<sup>mo</sup> Sr. Eng.º Paulo Kassoma, bem como dos acionistas locais de referência, destacando-se o Sr. General Leopoldino do Nascimento.

Só a partir de então — entre junho de 2013 e o final do ano — foi também possível realizar a inventariação, a análise documental e de risco da carteira de crédito do BESA de forma extensiva, o que se afigurava essencial para a compreensão definitiva da situação do banco.

Em último lugar, apesar das inúmeras dificuldades que enfrentámos, gostaria de partilhar com esta Comissão que, com o apoio de uma equipa inquestionavelmente motivada e empenhada, num período muito curto, foi possível, entre o mais: aumentar a captação de depósitos em cerca de 550 milhões de dólares americanos; iniciar a redução real e sustentada do rácio de transformação; adotar um plano de reativação da relação com clientes existentes mas inativos; conquistar cerca de 21 000 novos clientes; consolidar a liderança do negócio de *leasing* em Angola, com uma quota de mercado de 70%; reorganizar a atividade comercial do banco por segmentos; aumentar significativamente a dispersão geográfica da rede comercial, com a abertura de 33 novos balcões e três centros de empresas, assegurando a presença em 15 províncias de Angola; adotar as medidas necessárias à finalização de projetos imobiliários do banco, com vista à posterior realização de liquidez; recrutar e formar mais de 350 novos

colaboradores; adotar e implementar um plano de transformação operacional do banco com o propósito de criar o *know-how* e os processos internos necessários à sua eficiência operacional.

Além das medidas adotadas e dos resultados muito positivos alcançados em apenas 12 meses, após concluída a referida análise e documentação da carteira de crédito, foi possível, com o apoio fundamental do Estado e das autoridades angolanas, bem como dos acionistas locais e do BES, obter a conhecida garantia soberana, que seria imprescindível para assegurar a sustentabilidade dos ativos do banco em face de um elevadíssimo risco de crédito.

Apesar de todo o empenho e esforço da equipa, que, reitero, tive o orgulho de liderar, em virtude de eventos externos e incontroláveis, não foi possível à minha gestão concluir o seu mandato e prosseguir o percurso de crescimento iniciado e que almejava alcançar para o BESA, num curto espaço de tempo, uma posição sólida e de destaque no mercado financeiro angolano.

Este percurso — entre janeiro, mas, em particular, junho de 2013 e outubro de 2014 — foi marcado por uma constante, empenhada e transparente colaboração com as autoridades angolanas, com os acionistas locais e com os auditores do BESA.

Na verdade, as soluções encontradas para resolver os inúmeros e sucessivos problemas com que a comissão executiva se deparou foram sempre prontamente comunicadas, discutidas ou acordadas com as autoridades angolanas, com os acionistas locais e com os auditores. A todos deixo uma palavra de grande apreço.

Hoje, posso afirmar que, apesar de alguma frustração por não ter sido possível levar o projeto até ao fim, liderei o BESA, uma equipa de gestão extraordinária e mais de 1000 colaboradores com todo o empenho e com todas as minhas energias, sem nunca ter abdicado dos princípios que

norteiam a minha vida e a minha atividade profissional. Foi uma experiência muito enriquecedora, que me acompanhará sempre.

Srs. Deputados, estes são, no essencial, os esclarecimentos que entendi ser relevante prestar adiantadamente a esta Comissão e que, considerando os apertados limites legais a que estou sujeito, pude prestar-vos.

Estou, naturalmente, à vossa disposição para as perguntas que entenderem colocar-me, a que procurarei responder com todo o rigor, dentro desses mesmos limites.

Muito obrigado e estou à vossa disposição.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Dr. Rui Guerra, por esta sua exposição introdutória.

Passamos à fase de perguntas e respostas.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Nuno Santos.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Dr. Rui Guerra, antes de mais bem-vindo a esta Comissão de Inquérito.

Queria começar por questioná-lo sobre as suas funções antes de 2013. Por mais que nos tenha aqui dito que não sabia mais do que era público, exerceu funções, como disse na sua intervenção inicial, como vogal não executivo do conselho de administração desde 2007.

Antes de mais, diga-nos, por favor, qual é a função de um vogal não executivo de um conselho de administração.

O Sr. Dr. **Rui Guerra**: — Sr. Deputado, realmente, fiz parte do conselho de administração do BESA e, portanto, na minha ótica, enquanto membro do conselho de administração devo ser um esteio do conhecimento



do banco e das regras com que ele lida e que tenham a ver com a sua estratégia e da forma como está a ser implementada.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — E até 2012 não percebeu que havia problemas, já nesse período?

O Sr. Dr. **Rui Guerra**: — Eu diria que teria de haver um enquadramento relativamente a isso, ou seja, entre 2007 e 2009, enquanto fui membro não executivo do conselho de administração.

Gostaria de lembrar que, em primeiro lugar, como fiz referência na minha declaração inicial, segundo o meu entendimento e penso que o entendimento dos meus colegas no banco, todos estes temas eram tratados entre o CEO do BES, o Dr. Ricardo Salgado, em reuniões mensais com o Dr. Álvaro Sobrinho.

Isto associado a uma fase em que a economia angolana crescia a mais de dois dígitos e que o BESA crescia também num ritmo e numa dinâmica bastante positiva, não apresentando quaisquer sinais de sinistralidade, como poderemos constatar através de quaisquer relatórios ou da KPMG, ou de outras entidades que supervisionavam o banco, ou do seu próprio conselho fiscal, na altura, não senti necessidade de ter muito mais informação ou de fazer qualquer tipo de reparo especial relativamente à gestão que havia naquele momento.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Nunca estranhou o facto de as provisões serem sempre nos níveis mínimos exigidos?

O Sr. Dr. **Rui Guerra**: — Entre 2007 e 2009, o número de provisões poderia ser em alguns valores mínimos, mas também o crédito não era

exagerado nem os rácios de transformação que depois o banco veio a ter mais tarde.

Mais uma vez, penso que seguia minimamente, segundo o meu conhecimento, aquelas que eram as médias de mercado angolano entre 2005 e 2009 ou 2010.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Bom, a verdade é que o rácio de transformação vinha a subir de forma galopante, isto é, o ritmo de crescimento dos depósitos não tinha paralelo com o ritmo de crescimento de concessão de crédito.

Nunca o alarmou o crescimento elevado e rápido do rácio de transformação?

O Sr. Dr. **Rui Guerra**: — Se bem me recordo e terei de consultar alguns números, volto a referir que, entre 2007 e 2009 ou 2010, o rácio de transformação não ultrapassava os 100%. Após 2010, tenho a certeza de que o rácio de transformação ultrapassou os 100% e, portanto, entrou em valores que, normalmente, em termos de gestão bancária, carecem de alguns reparos ou de alguma atenção especial.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Na minha segunda intervenção, dir-lhe-ei os valores do rácio de transformação, mas queria perguntar-lhe como reagiu às reservas inscritas pelo auditor relativamente às contas de 2011 e 2012. O senhor era quadro do BES, coordenava a área internacional, nunca estranhou, nunca o alarmaram as reservas, no que diz respeito à carteira de créditos, inscritas no relatório e contas de 2011 e 2012? Como reagiu a isso?

O Sr. Dr. **Rui Guerra**: — Sr. Deputado, se bem me recordo, só tive conhecimento das reservas feitas pela KPMG em 2011, no final de 2012 ou no início de 2013, porque, efetivamente, a KPMG só assinou esse relatório respeitante às contas de 2011, se a memória não me falha, à data de 30 de outubro de 2012.

No que diz respeito às contas de 2012, tenho a certeza de que esse mesmo relatório só foi apresentado e assinado nos finais de junho de 2013, mais propriamente na assembleia geral de 28 de junho de 2013, que, entre outras coisas, também teve a ver com a mudança de *governance* que, entretanto, aconteceu no banco.

Eu diria que, de facto, fiquei preocupado. Na altura, estava exatamente em trânsito para ser CEO do banco — já tinha sido nomeado em novembro — e tinha conhecimento, de facto, de alguns problemas em termos de liquidez que sabia que teria de tratar e, por isso mesmo, havia um plano estratégico para tentar colmatar a situação e mudar a trajetória do banco.

Com este relatório da KPMG de que, volto a dizer, penso que só tive conhecimento nos finais de 2012, inícios de 2013, foi mais um tópico que me preocupou e procurei perceber o que poderia estar por trás do mesmo.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Iremos já de seguida ao plano estratégico, mas antes queria fazer-lhe mais uma pergunta.

Em 2013, revela-se um «elefante» de crédito potencialmente incobrável, com problemas gravíssimos na carteira de crédito. Desse crédito, muito estava já vencido — prazos a vencer já, com diferentes maturidades, mas uma grande parte desse crédito estava já vencido —, donde podemos concluir que, até 2012, havia muito crédito vencido oculto.

O Sr. Dr. **Rui Guerra**: — Sr. Deputado, não queria tirar essa conclusão dessa forma tão objetiva.

A verdade é que, de facto, o que os auditores encontraram — e que eu posteriormente também encontrei — foi uma situação que carecia de um levantamento bem exaustivo e de uma inventariação bem exaustiva sobre a carteira de crédito, porque os dados que tínhamos sobre a mesma e que estavam presentes no sistema informático revelavam problemas, mas era de difícil deteção, de uma forma muito simples, que o crédito vencido fosse dessa magnitude.

O Sr. **Pedro Nuno Santos (PS)**: — Qual magnitude?

O Sr. Dr. **Rui Guerra**: — Aquela a que, penso, fez referência e aquela a que, efetivamente...

O Sr. **Pedro Nuno Santos (PS)**: — Já agora, diga-nos qual era a magnitude do crédito vencido, em 2013.

O Sr. Dr. **Rui Guerra**: — Sr. Deputado, há uma realidade que todos conhecemos: no final de 2013, foi necessário que houvesse uma garantia soberana, garantia soberana essa que cobria, obviamente, o capital e os juros, os vencidos e os vincendos. Portanto, também não eram só os vencidos. O valor é conhecido, é um valor bastante grande e tem a ver com uma carteira de crédito «doente» e que carecia, de facto, de uma análise muito cuidada.

O Sr. **Pedro Nuno Santos (PS)**: — Dr. Rui Guerra, vou pedir-lhe para ser mesmo definitivo na resposta à pergunta que lhe vou fazer.

Em 2013, descobrimos todos um crédito vencido num montante superior a 5000 milhões. Podemos, então, concluir ou não que, até 2012, quando nos diziam que estava tudo bem, aparentemente até 2012, esse crédito vencido estava oculto. Ou não?

O Sr. Dr. **Rui Guerra**: — Não, eu deverei ser um pouco mais preciso.

Não podendo entrar, porque não posso, como sabem, por razões de sigilo, em números mais concretos ou nouro tipo de situações — há pouco, não fui, de facto, preciso e agradeço a sua observação —, o crédito vencido e vincendo não quer dizer que seja exatamente no montante dos ditos 5,7 biliões...

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Por isso é que lhe perguntei quanto era.

O Sr. Dr. **Rui Guerra**: — ... de dólares, porque, obviamente, dentro desse portfólio que foi identificado, também foram identificados créditos que poderiam não estar com capital e juros vencidos, mas que, potencialmente, daquela que foi a nossa análise no momento e verificada posteriormente — e poderemos falar sobre isso — por outras entidades, efetivamente, se apontou para esse número dos ditos 5,7 biliões de dólares.

Não podendo eu entrar em números, quero fazer um reparo — e há pouco não respondi, volto a fazê-lo da forma correta — e dizer-lhe que o valor de crédito vencido é muito inferior aos ditos 5,7 biliões. Também quero aqui fazer menção a isso.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Não pode dizer, porquê? Não estou a pedir-lhe a identificação de nenhum devedor. Por que é que não

pode dizer qual era o valor? Se nós sabemos o valor do crédito potencialmente incobrável, por que não podemos saber o valor do crédito vencido?

O Sr. Dr. **Rui Guerra**: — Realmente, quero cooperar ao máximo, Sr. Deputado...

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Então, coopere.

O Sr. Dr. **Rui Guerra**: — ... e, portanto, o que poderei dizer é que isso aí já entra um pouco na vida interna da instituição, mas penso que seria um valor que poderia rondar entre os 2 biliões e os 3 biliões de dólares — talvez 2 biliões de dólares.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Bom, era, pelo menos, metade dos 5,7 biliões, mais ou menos, que estava oculto em 2012.

O Sr. Dr. **Rui Guerra**: — Não sei se estaria oculto. Sei que, na altura, era de difícil identificação.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Dr. Rui Guerra, disse-nos que o Dr. Álvaro Sobrinho reportava diretamente ao Dr. Ricardo Salgado em matéria de carteira de crédito.

Podemos concluir que o Dr. Ricardo Salgado, até 2012, sabia também do montante do crédito vencido que não estava declarado nas contas. Ou não?

O Sr. Dr. **Rui Guerra**: — Não, Sr. Deputado.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Então, o Dr. Álvaro Sobrinho não reportava tudo ao Dr. Ricardo Salgado. É isso?

O Sr. Dr. **Rui Guerra**: — Sr. Deputado, eu nunca participei nessas reuniões entre o Dr. Ricardo Salgado e o Dr. Álvaro Sobrinho, portanto, não sei o que seria dito e longe de mim estar aqui a fazer uma afirmação de que esses valores, essas conversas, versavam exatamente sobre a carteira de crédito e os montantes vencidos ou não vencidos, ou sobre os problemas no presente ou no futuro. Muito longe disso. Gostaria que isso ficasse claro.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Dr. Rui Guerra, esta é uma matéria muito importante, porque já todos sabemos da ocultação de dívida na ESI e da responsabilidade do Dr. Ricardo Salgado na ocultação de dívida na ESI.

Aquilo que vamos percebendo é que também havia ocultação e outras coisas, nomeadamente de crédito vencido, nas contas do BESA e, muito provavelmente, tendo em conta que nos disse que havia um reporte direto do Dr. Álvaro Sobrinho ao Dr. Ricardo Salgado — por isso é que o Dr. Rui Guerra, enquanto vogal não executivo, não sabia de nada —, imaginamos que a ocultação de crédito vencido nas contas do BESA era também do conhecimento do presidente da comissão executiva do BES. Não é isso que podemos concluir?

O Sr. Dr. **Rui Guerra**: — Sr. Deputado, eu não concluo dessa forma. Aceito a sua opinião, mas não posso, de forma alguma, afirmar aqui que estes números, que, volto a dizer, face a determinado tipo de dificuldades que foram encontradas pelas autoridades e também pelas equipas que, entretanto, chegaram ao BESA, seriam do conhecimento das pessoas a que

já fizemos referência ou seriam tratados nessas ditas reuniões por essas pessoas. Não tenho evidência disso.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — De quê? De que houve ocultação?

O Sr. Dr. **Rui Guerra**: — Certo.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Então, se só descobrimos em 2013 que havia, pelo menos, 2000 milhões ou 3000 milhões de dólares ocultos, como é que não podemos concluir que, em 2012, estava oculto?

O Sr. Dr. **Rui Guerra**: — Mas, Sr. Deputado, essa é a sua opinião. Uma coisa é ocultação...

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Não, não é a minha opinião, estou a perguntar-lhe.

Em 2012, não havia nas contas referência à ocultação de crédito vencido e em 2013 passa a haver e é identificado pela sua administração. Portanto, se não estava refletido nas contas de 2012, estava oculto. Ou, em 2012, ele não estava vencido e venceu-se todo em 2013?

O Sr. Dr. **Rui Guerra**: — Sr. Deputado, primeiro, não tenho evidências de que isso possa ter acontecido, e tenho de o dizer. De seguida, também, e mais uma vez tecnicamente, poderá haver crédito que, ao longo desses mesmos anos, pode ter tido determinado tipo de garantias que depois...

É que há uma dinâmica na análise dessa carteira de crédito: pode ter havido garantias em termos de promessas de compra e venda de hipotecas,



pode ter existido muitas e determinadas situações que, depois, numa fase posterior, vieram a revelar-se, ou que o valor não era exatamente aquele que se pensava inicialmente, ou que, efetivamente, esse penhor, que era uma promessa de penhor, possa, depois, não ter sido constituído devidamente a favor do banco, etc.

Portanto, há toda uma série de situações que podem ter ocorrido e que não implica que em 2011 ou em 2012 houvesse totalmente esse conhecimento e que se possa inferir que seja uma questão de ocultação.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — O Sr. Doutor, não está a ser muito claro, mas tenho outras questões para lhe colocar e não queria consumir todo o meu tempo com esta matéria.

Mas perceba que é muito difícil, para nós, descobrirmos um «elefante» de 2000 milhões ou de 3000 milhões de euros em 2013 e não concluir que se não estava oculto em 2012 é porque ele venceu todo em 2013, o que parece difícil de acreditar.

O Dr. Rui Guerra foi nomeado presidente, ou entrou em funções, em janeiro de 2013. Diga-nos, mais uma vez, quais eram os principais objetivos do plano de recuperação ou do plano estratégico que já aqui falou.

O Sr. Dr. **Rui Guerra**: — Até ao momento, o BESA tinha como principal estratégia situar-se em termos dos principais clientes *top private* em Angola e também nos principais negócios das principais empresas de Angola, quer do Estado quer privadas.

Perante a análise da equipa que estudou o assunto, tendo-se verificado que a economia angolana cresceu e, no sentido daquilo que é o esperado ao longo dos próximos anos, no plano estratégico perspetiva-se que continuasse a crescer e, se houvesse uma distribuição de riqueza mais

igualitária no País, haveria capacidade para o BESA poder ter outro posicionamento no mercado angolano.

Esse posicionamento passaria, essencialmente, por ir ao encontro do mercado dos *affluents*, ou seja, da classe média elevada. Dado que o banco já tinha um posicionamento muito interessante em termos daquilo que é o *top private* ou *private banking*, seria consolidar essa mesma posição no *private* mas descer um pouco na segmentação para ir à procura dos *affluents* e, no fundo, ir à procura de novo *funding*, que era a principal missão deste mesmo plano estratégico.

Então, a principal missão deste plano era ir à procura de novo *funding*, de novos depósitos que pudessem equilibrar o banco no curto e no médio prazos e, em paralelo, também poderíamos ir ao encontro daquilo que, de certa forma, era o acionista maioritário, o BES, que tinha grande experiência no mercado de empresas.

Tínhamos também a noção de que havia uma nova fase que se estava a desenhar em Angola, associada à diversificação da economia angolana, e que o BESA teria todas as condições para poder ser o principal ou um dos principais bancos de empresas. Estes eram estrategicamente os grandes tópicos.

Em termos de grandes números, queríamos efetivamente inverter a situação. Aliás, lembro que em 2011/2012 — e isto é meramente exemplificativo —, o banco tinha uma quota de mercado em termos de crédito de cerca de 28 ou 29% e em termos de depósitos cerca de 9%, pelo que havia um grande desequilíbrio em termos da estrutura de balanço do banco.

Portanto, este plano estratégico foi delineado a 5 anos, de 2013 a 2017, com o intuito de podermos inverter esta mesma situação, esperando nós que em 2017 a quota de mercado do BESA em termos de créditos descesse, em termos relativos, e a de depósitos pudesse efetivamente

crescer, havendo um objetivo muito claro de ter um rácio de transformação à volta de 100% em 2016/2017.

Para isso, de facto, era necessário tomar quatro ou cinco grandes medidas, sendo a primeira a de reorganizar o banco na sua própria segmentação, em termos de novos produtos, em termos de inovação, em termos de *marketing*. De facto, o banco não estava orientado para esta nova dinâmica.

Queríamos também, obviamente, ter outra capilaridade por todo o País, associada à dita tentativa de termos mais clientes e ter maior capacidade de captação de *funding*, que era essencial para o dito *turnaround*. O banco, em 2012, tinha cerca de 40 agências, 40 balcões, e a ideia era atingirmos, em 2016/2017, entre 90 a 100 agências.

Portanto, não havia o intuito de passarmos para banco de retalho, não era isso que estava presente no nosso plano; aquilo que pretendíamos era aquilo a que chamávamos «modelo aspiracional», procurar ser um banco com notoriedade no mercado — e penso que já a tinha — em termos de alguma inovação e qualidade, mas, de certa forma, ir um pouco para outros segmentos, segmentos esses que estávamos convictos — e eu ainda continuo convicto — de que têm grande crescimento e grande possibilidade de contributo para a rendibilidade dos bancos em Angola.

Portanto, era este o grande intuito e, obviamente, havia todo um plano muito detalhado de medidas que teríamos que implementar ao longo dos vários anos, com grande incidência em 2013 e 2014.

Também havia questões informáticas, logísticas, de meios... Enfim, era todo um manancial que, no fundo, implicava refundar totalmente o BESA, na minha perspetiva.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Vamos resumir: reduzir o crédito concedido em termos percentuais era um dos objetivos principais. Certo?

O Sr. Dr. **Rui Guerra**: — Também era.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Aumentar os depósitos, a captação de depósitos era outro dos objetivos fundamentais. É isso?

O Sr. Dr. **Rui Guerra**: — Certíssimo!

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Então, explique-nos por que é que durante o ano de 2013 os depósitos estagnaram — reduziram um bocadinho, 1%, vá lá... — e a concessão de crédito ainda aumentou mais de 1000 milhões na vigência da sua presidência ou, pelo menos, durante o ano de 2013. É que os seus objetivos, pelo menos durante o ano de 2013, foram largamente violados.

O Sr. Dr. **Rui Guerra**: — Sr. Deputado, olhando só para os números, diria que poderíamos concluir dessa forma, mas a realidade poderá ser vista de uma forma diferente.

Primeiro, como fiz referência na minha declaração inicial,...

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Peço desculpa de o interromper mas, antes de explicar, gostaria que me confirmasse se os depósitos durante o ano de 2013 estagnaram.

O Sr. Dr. **Rui Guerra**: — Eu ia explicar...

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Mas, antes disso, deixe-me só estabelecer aqui alguns factos.

A captação de depósitos durante o ano de 2013 estagnou. Sim ou não?

O Sr. Dr. **Rui Guerra**: — Eu diria de outra forma, se me permite.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Esta é uma pergunta fácil. A não ser que, mais uma vez, as contas de 2013 não fossem verdadeiras.

O Sr. Dr. **Rui Guerra**: — Não, são completamente verdadeiras.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Então, repito a pergunta: a captação de depósitos estagnou durante o ano de 2013, ou não?

O Sr. Dr. **Rui Guerra**: — A captação de depósitos reduziu-se...

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — 1%! Ou não?

O Sr. Dr. **Rui Guerra**: — Cerca de 1%. Portanto, estagnou, visto dessa forma.

Mas, agora, deixe-me fazer uma reflexão...

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Eu deixo-lhe já explicar, mas primeiro queria que me respondesse ao seguinte: o crédito concedido aumentou ou não mais de 1000 milhões durante o ano de 2013?

O Sr. Dr. **Rui Guerra**: — Aumentou, mas carece de uma explicação.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Faça favor.

O Sr. Dr. **Rui Guerra**: — Primeira explicação: a verdade é que aquilo que enfrentámos em janeiro de 2013 foi uma situação, em termos de liquidez e de transacionalidade do banco, muito, muito difícil, muito complicada.

De facto, penso que hoje é conhecido, quer em Angola quer em Portugal — se calhar, mais em Angola —, e posso referi-lo, que o BESA, no início de janeiro, em termos de liquidez, estava paralisado, ou seja, tinha muitas operações que aguardavam por execução, quer a nível de transferências, quer a nível de cartas de crédito, quer a nível de outro tipo de transações, e mesmo a nível de depósitos.

Portanto, esta situação foi, como eu disse na declaração inicial, um pouco surpresa face àquilo que, efetivamente, era a magnitude do tema, o que nos obrigou a que, nos primeiros dois ou três meses, o principal objetivo tenha sido tomar medidas para repor essa mesma transacionalidade e que, como há pouco disse, a sustentabilidade do banco, em termos financeiros, pudesse ser assegurada, pois se não o fizéssemos, podíamos ter o melhor plano estratégico do mundo, mas, na verdade, não teríamos capacidade para arrancar.

Durante esse período, ou seja, nos primeiros meses, a verdade é que a nível de depósitos e a nível de transacionalidade... Quando um banco está como que um pouco parado, a primeira fase é difícil e o que queremos é reter depósitos, é inverter uma situação, mas a verdade é que passámos dias, semanas, muito difíceis, em que chegávamos ao final do dia e, em reuniões com CFO e com o tesoureiro, víamos que a verdade era que a tesouraria continuava negativa.

Portanto, relativamente à sua pergunta, se olharmos de 31 de dezembro a...

O Sr. **Pedro Nuno Santos (PS)**: — 31 de dezembro de 2013?

O Sr. Dr. **Rui Guerra**: — Exatamente. A 31 de dezembro de 2013, efetivamente, como que estagnou.

Agora, o que lhe posso assegurar é que, depois de um período bem difícil nos primeiros meses, conseguimos inverter completamente a situação e ao longo do 2.º semestre, mais propriamente em maio/junho, a situação de tesouraria negativa começou a inverter-se.

Também é verdade que lançámos produtos, campanhas, pusemos em marcha aquilo a que chamávamos os motores de crescimento — peço desculpa pela nomenclatura, mas era aquilo que chamávamos na altura, associado ao dito plano estratégico, para pôr o banco a funcionar — e penso que tudo isso começou a dar frutos.

Se a memória não me falha, no 2.º semestre, invertemos completamente a questão dos depósitos e captámos qualquer coisa como, em termos líquidos, cerca de 200 a 300 milhões, o que nos provou que, efetivamente, o plano que tínhamos posto em marcha era possível ter sucesso se continuássemos com a mesma dinâmica que entretanto tínhamos posto no banco em diversas vertentes, não só no negócio como em todas as outras áreas do banco.

Isto explica, de certa forma, de uma forma muito sumária, o tema dos depósitos.

Relativamente ao tema do crédito, dentro dessa avaliação inicial que fizemos — e foi uma avaliação que envolveu não só a própria comissão executiva, recorde-me que procurei que tivesse a intervenção dos principais diretores, agências e tudo o mais —, verificámos duas ou três situações.

Primeira, que, penso, é normal, é que havia compromissos em termos de crédito aprovado que vinha de anos anteriores, não só de 2011 mas mesmo de anos anteriores, crédito esse que, dentro da nossa análise, por mais que quiséssemos suster, também validámos, avaliámos e verificámos

que seria mais pernicioso para o banco não fazer novos desembolsos do que parar completamente, porque muito desse crédito estava associado a projetos imobiliários e, se me permite a expressão, seria um ato de má gestão, ou mesmo catastrófico, porque tínhamos a certeza de que, depois, o que iria suceder era que poderíamos entrar em incumprimentos e não queríamos que isso acontecesse.

Segunda situação, talvez a mais importante para esse crescimento a que o Sr. Deputado fez menção e de que só nos fomos apercebendo ao longo do tempo, foi a forma como o sistema informático estava organizado e também associado à dita questão da avaliação da carteira de crédito e de risco da mesma. É que sempre que havia incumprimento, na verdade, esse mesmo incumprimento, de capital e juros, capitalizava como sendo novo crédito. Esta é a grande justificação para que, efetivamente, o crédito de 2012 para 2013 tenha crescido na magnitude a que o Sr. Deputado fez menção e que é verdadeira.

Terceira situação, que não deixo de mencionar, é que há, de facto, novo crédito, pois também seria impensável que quisemos arrancar com um novo banco com uma nova dinâmica e não fizessemos novo crédito. Estou a falar de algo que foi também devidamente visto pelos auditores, pelo que estou perfeitamente à vontade, mas posso dizer que estou a falar de um número insignificante, no que respeita a novo crédito, relativamente aos ditos 1000 milhões.

Outro aspeto que queria abordar — não sei se me iria fazer esta pergunta ou não, mas sinto-me na obrigatoriedade de o dizer — é o seguinte: quando há pouco estávamos a falar de o crédito subir tecnicamente, associado ao incumprimento, ou a uma parte do incumprimento, da carteira, a verdade é que, quando isso foi associado à dita garantia soberana, todos esses montantes, volto a dizer, vencidos e vincendos, ficaram inseridos dentro da garantia soberana e, portanto, em



termos daquilo a que se poderia fazer referência relativamente a este crescimento em termos técnicos — técnicos, mas que aconteceram — de incumprimento, isso ficou dentro da garantia soberana.

Agora, em termos de rácio de transformação, dentro dos números que avançou, são os números do banco. Não quero deixar de lhe dizer, já agora, porque também fiz essa mesma análise, que se fizesse as contas, em termos de rácio de transformação, tendo só presente aquilo que foi o novo crédito dado pela minha gestão, o que lhe posso garantir é que, efetivamente, o rácio de transformação de 2012 para 2013 não tinha subido e, em junho de 2014, esse rácio de transformação já se teria situado, penso, à volta de 180%.

Portanto, estávamos numa curva descendente daquilo que se perspetivava e do que queríamos e penso que seria possível atingir, mas precisávamos de tempo, como é óbvio.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Mas subiu durante o ano de 2013. Portanto, o *turnaround*...

O Sr. Dr. **Rui Guerra**: — Sr. Deputado, pelas razões que lhe acabei de dizer.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Estamos aqui a avaliar, também, questões de facto.

Havia um grande problema com a administração do Dr. Álvaro Sobrinho, que nada tinha a ver com o BES, nem com a gestão do BES, mas com o responsável pelo BESA e aquilo que percebemos hoje é que a administração do BESA foi substituída e os problemas agravaram-se.

Não foi o rácio de transformação que estagnou; os depósitos estagnaram, os créditos aumentaram e o rácio de transformação cresceu e

creceu bastante. E aquilo que o Sr. Dr. Rui Guerra nos diz é que havia crédito que tinha sido aprovado que podia ter sido parado, mas que decidiram não parar, porque entendiam que isso poderia ter consequências mais negativas.

A verdade é que vivemos e sofremos na pele, em Portugal, a catástrofe do BESA e a catástrofe do BESA, depois de 2012, continuou. Quero perguntar-lhe o seguinte: os créditos concedidos durante o ano de 2013 a José Guilherme tinham sido aprovados antes de 2013? Por que é que eles não foram parados?

O Sr. Dr. **Rui Guerra**: — Sr. Deputado, sinto-me um bocadinho na obrigação, espero não ser mal compreendido, de voltar um pouco atrás, porque, efetivamente, tenho alguma dificuldade, porque não posso entrar em números e nouro tipo de detalhes, mas gostaria de voltar a referir que dos 1000 milhões, efetivamente, uma grande, grande percentagem não é novo crédito é, única e simplesmente, um tema técnico associado àquilo que acabei de referir.

Relativamente ao crédito anterior, que vinha de trás, de facto — posso ter de aceitar, e aceito, os comentários do Sr. Deputado, com toda a lisonja —, eram créditos que, de certa forma teríamos que manter, pois dentro das avaliações que fizemos houve muito crédito que recusámos, mas houve algum crédito que tivemos de manter.

Quanto à sua pergunta sobre o Sr. José Guilherme, não posso responder, porque, como sabe, efetivamente, dentro das limitações que tenho, não posso fazer menção a nomes, seja de clientes ou supostamente clientes. Não estou a dizer que é cliente ou não é cliente...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Doutor, só lhe pedia que especificasse quais as razões que o impedem concretamente de responder.

O Sr. Dr. **Rui Guerra**: — Sr. Presidente, a legislação angolana, penso que é do vosso conhecimento, nomeadamente a Lei das Instituições Financeiras nos seus artigos 59.º e 60.º, penso, efetivamente, obriga-me a que, de facto, tenha a impossibilidade de declarar qualquer coisa relativamente à atividade do banco — e eu, de certa forma, até penso que já me excedi, de certeza —, e, muito menos, relativamente a nomes de clientes, ou supostamente clientes, sejam eles quais forem.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado.

Sr. Deputado, faça favor.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Não fez declarações públicas de que o crédito que foi concedido a José Guilherme não devia ter sido concedido? Não chegou a fazer declarações nenhuma nesse sentido?

O Sr. Dr. **Rui Guerra**: — Não, Sr. Deputado! Nunca fiz qualquer tipo de declaração sobre clientes do BESA em Portugal ou em Angola. Nunca!

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Não me vai responder, mas vou ter de fazer as perguntas na mesma, porque quero que, pelo menos, elas fiquem registadas.

Foi concedido crédito a José Guilherme em 2013. Sim ou não?

O Sr. Dr. **Rui Guerra**: — Sr. Deputado, gostaria imenso de lhe responder, mas, de facto, estou limitado.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Se não tivesse sido concedido, dizia que não.

O Sr. Dr. **Rui Guerra**: — Desculpe?

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Se não tivesse sido concedido, diria que não!

O Sr. Dr. **Rui Guerra**: — Não. Acho que não pode inferir nisso.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — E à Opway foi concedido, ou não, crédito em 2013?

O Sr. Dr. **Rui Guerra**: — Continuo com o mesmo tipo de limitação, mas volto a referir que não lhe estou a dizer que sim, nem que não, de maneira alguma.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Já percebi.

E à Prebuild foi, ou não, concedido crédito em 2013 na vigência da sua presidência? Estas são duas empresas na área da construção. Disse há pouco que parte do crédito foi para o sector imobiliário. Disse que 2013 foi um grande ano para o sector imobiliário.

Pergunto novamente: a Prebuild foi uma das empresas que recebeu mais crédito em 2013?

O Sr. Dr. **Rui Guerra**: — Sr. Deputado, tenho de declinar a resposta pelos motivos a que há pouco fiz referência, não por outros.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Então, não vamos falar de nomes. Eu tinha de os apresentar, porque, muito provavelmente, José Guilherme recebeu crédito em 2013, era o senhor presidente do BESA, a Opway recebeu crédito em 2013, era o senhor presidente do BESA, a Prebuild recebeu crédito, era o senhor presidente do BESA... Bom, mas se não confirma, nem desmente é, portanto, com essa resposta que ficamos, mas eu tinha de lhe colocar as questões.

Agora, diga-nos uma coisa: o crédito que foi aprovado antes de 2013 podia ou não ter sido travado? Já aqui disse que parte dele não foi validado, mas outra parte foi validada.

O Sr. Dr. **Rui Guerra**: — Sr. Deputado, uma grande parte foi efetivamente rechaçada, se me permite a expressão, a bem do banco e da avaliação que, na altura, fizemos, não só na comissão executiva, mas também nas áreas de risco, sendo que analisámos todas as outras envolventes, houve crédito que concedemos, que tinha sido aprovado anteriormente. Houve desembolsos, houve alguns desembolsos associados a determinado tipo de projetos que, efetivamente, já iam. Imagine, se estamos a falar do sector imobiliário, é conhecido que perante autos de medição teria de haver novos desembolsos e se isso não acontecesse, perante alguns projetos muito específicos, seria, na nossa opinião, complicado, ou mais complicado, para o banco. O que não implica, também, não entrando em pormenores, porque não posso, que, efetivamente, quer ao nível do banco, quer ao nível de projetos, que, entretanto, estavam também sedeados — e isso é público — na sociedade gestora de fundos, nós não tivéssemos andado com eles para a frente, mesmo que houvesse todas as pressões do mundo para que isso tivesse acontecido e houve-as.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — De Ricardo Salgado também houve pressões para conceder crédito?

O Sr. Dr. **Rui Guerra**: — Não, Sr. Deputado. Volto a dizer que não quero entrar por aí, mas tenho de lhe dizer que não.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Não é o senhor que não quer entrar, sou eu que quero entrar, mas esteja à vontade. Só estou a pedir-lhe que responda às minhas questões.

O Sr. Dr. **Rui Guerra**: — Estou a dizer as limitações, mas não, Sr. Deputado.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Não houve qualquer tipo de pressão para conceder...

O Sr. Dr. **Rui Guerra**: — Não, não.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Álvaro Sobrinho tratava de tudo diretamente com Ricardo Salgado, reportava diretamente a Ricardo Salgado. A quem é que o Dr. Rui Guerra reportava no BES?

O Sr. Dr. **Rui Guerra**: — Ao longo da minha vivência no BES, a diversos administradores. Na última fase, ao Dr. Morais Pires, em 2012.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — E em 2013?

O Sr. Dr. **Rui Guerra**: — Em 2013, já estava como CEO do BESA, portanto estava em Angola.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Correto. A quem é que reportava as operações do BESA? A quem é que reportava junto do seu acionista principal, que era o BES? Há pouco disse que Álvaro Sobrinho, e já não foi o primeiro, tinha uma relação direta relativamente às matérias relacionadas com o BESA com Ricardo Salgado. Queria perguntar-lhe com quem é que o senhor tinha essa relação.

O Sr. Dr. **Rui Guerra**: — Sr. Deputado, volto a dizer, do que tratava o Dr. Álvaro Sobrinho com o Dr. Ricardo Salgado eu não sei. O que sei é que, na minha vigência, o que eu reportava, quer aos acionistas locais quer ao BES, era aquilo que efetivamente eu poderia reportar em termos, também, legais. Ou seja, eu não fazia passagem de documentação ou de nomes de clientes ou do que quer que seja para Portugal; passava aquilo que era obrigatório e aquilo que legalmente era possível fazer.

E, portanto, tudo isso passou de forma normal e transparente dentro daquilo a que legalmente eu estava obrigado. Isso aconteceu, mas não implicava, como penso que isso também já foi conversado nesta Comissão por outras pessoas, que, efetivamente, houvesse nomes, como o Sr. Deputado está a falar, e que passássemos esse tipo de informação. Comigo isso não aconteceu.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Vou repetir a pergunta, porque posso não ter sido claro.

A quem é que reportava no BES as operações do BESA?

O Sr. Dr. **Rui Guerra**: — Acho que me há de perceber.

Uma questão é reportar, enquanto CEO, relativamente à atividade do banco, como é que estava a andar, e aí reportava ao Dr. Morais Pires; outra

questão é a informação relativamente à carteira de crédito ou outra, e agora estamos a falar da carteira de crédito, se entendi a pergunta, que era enviada.

Portanto, essa informação era enviada através das equipas de risco para as equipas de risco do BES e dentro daquilo que era possível e das limitações que tínhamos. Enviávamos a carteira de crédito, os maiores riscos, os veículos de *risk-weighted assets*, todas estas situações que são normais, sendo que, tal qual foi aqui dito e reitero, havia, de facto, limitações nesse sentido.

Também tenho de fazer uma distinção: uma situação é fazer um reporte de gestão global, que eu reportava a um conselho de administração, na altura, que era o do BES, mas não vou dizer que não me sentava com os acionistas locais muitas vezes, porque estava em Luanda, estava em Angola e isso aconteceu muitas vezes. Aliás, também vinha algumas vezes a Lisboa, a Portugal, e obviamente que também estava no BES e fazia sumariamente um relatório do que se estava a passar no banco, neste caso ao Dr. Morais Pires que era a quem eu reportava, era com quem eu me sentava.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Nunca se sentou com o Dr. Ricardo Salgado?

O Sr. Dr. **Rui Guerra**: — Com certeza que, ao longo de cerca de um ano, também cheguei a estar com o Dr. Ricardo Salgado.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Mas o que me está a dizer, só para ver se entendo, é que os acionistas do BESA, nomeadamente o BES, não sabiam a quem é que o BESA concedia crédito. Foi isso que nos disse?



O Sr. Dr. **Rui Guerra**: — Objetivamente, não sabiam. Com certeza que não sabiam. Não havia passagem de nomes de clientes para Portugal.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Quando é que o Dr. Rui Guerra percebeu que havia problemas com a carteira de crédito que herdaram em 2013?

O Sr. Dr. **Rui Guerra**: — Dentro da dinâmica que há pouco lhe fiz referência, ou seja, dos problemas de transação, por um lado, de pôr o banco a funcionar, a partir de certa altura, em meados do ano, começámos a ter a perceção real de que algo se passava e foi quando, dentro do plano, tivemos a possibilidade de ir mais longe e começar a ter elementos mais concretos relativamente à carteira de crédito que revelaram ter problemas superiores àqueles que pensávamos inicialmente.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Quando é que começaram e terminaram as negociações relativamente à garantia soberana?

O Sr. Dr. **Rui Guerra**: — Se bem me recordo, face aos factos que ocorreram, penso que nos últimos dois ou três meses de 2013.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Quando é que começaram e quando é que terminaram? Começaram no dia 1 de outubro e terminaram a 30 de novembro?

O Sr. Dr. **Rui Guerra**: — Grosso modo, diria que entre outubro e dezembro.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Começaram no dia 1 de outubro e terminaram no dia 31 de dezembro?

O Sr. Dr. **Rui Guerra**: — Sr. Deputado, não sei bem se foi exatamente no dia 1 de outubro, mas a 31 de dezembro, sim. Foi quando foi assinado.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Quem é que foi responsável por identificar e sugerir os créditos que deveriam ser cobertos pela garantia?

O Sr. Dr. **Rui Guerra**: — Houve um trabalho muito aturado e muito detalhado por uma equipa do banco, do BESA, em que identificámos, de facto, os níveis de potencial incumprimento e, a partir daí, houve um diálogo com as autoridades angolanas para o efeito.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Chegou a conseguir identificar todos os destinatários do crédito que foi concedido?

O Sr. Dr. **Rui Guerra**: — Ó Sr. Deputado, essa resposta...

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Não estou a pedir-lhe nomes, só estou a perguntar se chegou a identificar todos os destinatários do crédito.

O Sr. Dr. **Rui Guerra**: — Depende do que se considere destinatário e se, como penso, estamos a falar da pergunta do anglicismo *ultimate beneficial owners*, eu diria que poderia ter havido alguns que não conseguimos identificar à data.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Explique-nos: o senhor teve de apresentar o texto da garantia, o qual tem um anexo onde constam os devedores. Então, não tinham de estar todos identificados no momento em que concluem o texto?

O Sr. Dr. **Rui Guerra**: — Sr. Deputado, identificar os mutuários e as empresas não quer dizer que saibamos a 100% — e agora estou a falar em tese — quem são os *ultimate beneficial owners* dessas mesmas empresas. Pode acontecer casos em que isso acontece.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Pode acontecer casos em que não consegue identificar o beneficiário último?

O Sr. Dr. **Rui Guerra**: — Certo.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Mas, entretanto, conseguiu identificar muito?

O Sr. Dr. **Rui Guerra**: — Certo.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Por exemplo, conseguiu identificar os beneficiários últimos do crédito concedido à Vaningo?

O Sr. Dr. **Rui Guerra**: — Ó Sr. Deputado, não me dificulte a vida...!

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Peço-lhe desculpa, não lhe quero dificultar a vida, mas estamos numa Comissão de Inquérito e temos de perceber o que aconteceu.

O Sr. Dr. **Rui Guerra**: — Eu sei. Tem imensa razão, mas aqui tenho de invocar...

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — É que são 3300 milhões de euros que o BES concedeu ao BESA!

O Sr. Dr. **Rui Guerra**: — Como há pouco referi, tenho de invocar a questão do limite que tenho em termos de sigilo bancário.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Não quero saber — gostava, mas o Sr. Doutor não o diz — quem foi o beneficiário último da Vaningo, mas pergunto: conseguiu identificá-lo? Não estou a perguntar-lhe quem é, mas, sim, se conseguiu identificar o beneficiário último do crédito concedido à Vaningo.

O Sr. Dr. **Rui Guerra**: — Não posso responder, Sr. Deputado, peço imensa desculpa! Quero mesmo cooperar, mas nomes...

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Esta matéria está sob sigilo bancário? Não estou a perguntar quem é.

O Sr. Dr. **Rui Guerra**: — Está. Só se eu não entendi bem a pergunta, peço-lhe desculpa.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Bom, foi concedido crédito à Vaningo, isso nós sabemos, está no *Expresso*. Sabe que as atas das assembleias gerais de outubro são públicas? Portanto, nós sabemos que houve crédito concedido à Vaningo.

Não estou a perguntar quem é o beneficiário último do crédito concedido à Vaningo; só lhe estou a perguntar se, entretanto, no quadro do *turnaround*, que estava a ser liderado por si, conseguiu identificar o beneficiário último da Vaningo.

O Sr. Dr. **Rui Guerra**: — Penso que a mera confirmação do que me está a perguntar implica que eu esteja a violar a dita limitação e, portanto, peço-lhe encarecidamente desculpa, mas acho que não devo responder. Não posso responder!

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Sr. Presidente, como é que sei que o depoente está a violar o segredo bancário se só disser: «Identificámos, sim. Sabemos quem é, mas não lhe posso dizer»?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, que isto fique bem claro: nós estamos a falar não do segredo bancário português, mas do segredo bancário de Angola, que tem uma amplitude muito maior que, por exemplo, o segredo bancário português.

Para além de ter essa amplitude, a sua violação implica penas de prisão muito elevadas e, portanto, nós estamos condicionados por uma jurisdição que não é a nossa, na qual não temos capacidade de intervenção.

Portanto, as limitações são estas que temos estado a assistir e que, obviamente, condicionam o nosso trabalho, mas temos de continuar a fazer as perguntas, porque se trata de uma legitimidade que nos assiste.

Sr. Deputado, faça favor de continuar.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Agradeço a intervenção do Sr. Presidente.

Era só porque, de facto, não sou jurista, sou economista, mas tenho dificuldade em perceber porque é que se viola o segredo bancário dizendo apenas: «Sim, já sabemos quem é o beneficiário último, mas não lhe posso dizer».

Não vou insistir e percebo que o Sr. Doutor não nos vai confirmar a notícia do *Expresso* de 7 de junho, que conhece, com certeza muito bem, nem as atas das reuniões de 3 de outubro e de vinte e qualquer coisa de outubro, que, como sabe, nós já temos em nossa posse.

Mas pode, ao menos, confirmar-nos a veracidade dos destinatários que, entretanto, já foram tornados públicos para os portugueses, através do *Expresso*, notícia esta que foi retirada das atas das assembleias gerais a que presidiu: A Socidesa, a Govest, a Saimi, a Vaningo, a Cross Fund? E, depois, isto desdobra-se em muito mais sociedades.

O Sr. Dr. **Rui Guerra**: — Ó Sr. Deputado, de facto, sinto-me um pouco na mesma.

A única questão é se está na ata e se a ata for verdadeira... Já agora, eu nunca vi essa ata, mas, de qualquer forma, não quero confirmar esse tipo de situações.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Se for à porta fechada, diz-nos?

O Sr. Dr. **Rui Guerra**: — Não, peço desculpa.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Doutor não quer ou não pode?

O Sr. Dr. **Rui Guerra**: — Eu acho que não posso, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Mas acha ou tem a certeza?

O Sr. Dr. **Rui Guerra**: — Tenho a certeza!

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Se alguns dos meus colegas tiver as atas e as puder ceder... É que eu, neste momento, não as tenho aqui. Se tiverem as atas, só para o Sr. Doutor nos dizer se elas são verdadeiras ou não...

*Pausa.*

Sr.<sup>a</sup> Deputada Cecília Meireles, se me puder emprestar as atas, agradeço.

*Neste momento, foram entregues ao depoente as atas.*

O Sr. Dr. **Rui Guerra**: — Bom, Sr. Deputado, é a primeira vez que estou a ver esta cópia, que li em segundos. Parece-me ser um documento muito idêntico a um outro que eu conheço, mas volto a dizer, como viram, li aqui qualquer coisa em segundos, parece-me ser o mesmo documento, não sei se será mesmo!

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — O que é que vamos fazer? Na sequência desta audição, vamos pedir-lhe para confirmar em casa se aqueles textos correspondem às atas das assembleias gerais.

Vamos pedir-lhe para fazer essa comparação para nos poder, então, dizer o que não nos está a querer dizer agora, que é: «Sim, essas são as atas das assembleias gerais».

*Pausa.*

O Sr. Dr. **Rui Guerra**: — Volto a referir a dificuldade que tenho. Não me quero repetir, mas parece-me ser um documento idêntico a um que conheço, não sei se na totalidade, e acho que isto já é estar a ir bem longe face, volto a dizer, às limitações que penso ter.

Estando na ata, vai-me fazendo perguntas, mas, então se está escrito na ata, essa é uma questão que, efetivamente, pode ser aferida, ou não.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Muito bem.

Durante o 1.º semestre de 2014, algum do crédito cujos beneficiários finais foram identificados foi cobrado com sucesso? Foi recuperado?

O Sr. Dr. **Rui Guerra**: — O 1.º semestre de 2014 foi um semestre muito intenso em termos de todas as equipas de risco — gostaria de começar por aí — a diversos níveis, porque, de facto, fomos alvo de diversas auditorias, quer por parte do BNA quer por parte da KPMG, nomeadamente a auditoria anual ao BESA, mas que, face às circunstâncias, foi uma auditoria, eu diria, muito mais detalhada do que é normal, o que é compreensível.

Depois, tivemos, também, uma auditoria associada ao *Asset Quality Review*, por parte do Banco de Portugal e do BCE, isto tudo para dizer que uma pequena equipa fez tudo isso e também iniciámos o processo de recuperação, de uma forma mais evidente, do que tínhamos iniciado em 2013, ano que foi mais para fazer uma inventariação da dita carteira de crédito, e, portanto, foi possível ainda iniciarmos essa recuperação e haver alguns casos positivos dentro do que se perspetivava. É um trabalho longo mas que, efetivamente, foi iniciado.



O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Há pouco, dizia-nos que o *turnaround* começou a produzir a reviravolta. A volta na situação do BESA começou a produzir resultados a partir de maio — foi o que nos disse há pouco — e em julho o BNA estava a promover uma intervenção no BESA. Portanto, o plano estratégico definido quando o Sr. Doutor inicia funções não foi eficiente?

O Sr. Dr. **Rui Guerra**: — Se calhar, não fui totalmente claro.

Quando eu disse maio, era maio/junho, que foi quando começámos a sentir os efeitos das principais medidas começadas no início de 2013, portanto, estou a referir-me a maio/junho, isto ao nível de liquidez; a intervenção do BNA no BESA foi em 2014, no dia 4 de agosto, portanto, só passado um ano e alguns meses.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Vou terminar com três questões. Primeira: o plano estratégico fracassou e o BNA teve de intervencionar o BESA, ou a intervenção do BNA não se justificava, não fazia sentido, porque o plano estratégico estava a produzir resultados e, portanto, foi incompreendido pelo regulador angolano?

Segunda questão: por que é que a garantia acabou por ser revogada? O senhor manteve-se até outubro de 2014, portanto, já depois de a garantia ter sido revogada, e portanto, pedia-lhe que nos dissesse por que é que a garantia foi revogada.

Termino com a terceira questão: por que é que até à intervenção do BES e à queda do BES a garantia nunca foi executada?

O Sr. Dr. **Rui Guerra**: — Bom, relativamente à questão do *turnaround* do plano estratégico, continuo a fazer referência a que, para o

curto espaço de tempo que intermediou junho de 2013 e junho/julho de 2014, tivemos uma atuação muito positiva que, com os diversos indicadores, me leva a pensar que teríamos condições, a médio prazo, para que pudéssemos ter os resultados que pretendíamos, resultados esses que estavam dentro desse mesmo plano, plano esse que foi entregue aos acionistas, devidamente visto e revisto e, portanto, penso que isso poderia acontecer.

Obviamente que, para tal, e em função dos acontecimentos, era importantíssima a dita garantia ou outro esquema — e o esquema aqui não é no mau sentido —, um outro modelo, aliás, que é mais correto, que nos protegesse e que nos permitisse ter a dita proteção para ter o tempo suficiente, quer executando a garantia ou outro modelo, como há pouco estava a dizer, para podermos ter o suporte para a carteira de crédito com os problemas que tinha.

Portanto, não posso dizer, de maneira nenhuma, que o plano estratégico, ou aquilo que efetivamente implementámos, falhou. Seria errado da minha parte para com os meus colegas, porque acho que, de facto, foi um trabalho enormíssimo aquele que fizemos, todavia admito que — e o que vou dizer cola-se um pouco à segunda questão que colocou —, havendo a intervenção e, depois, havendo uma garantia revogada, teríamos, a partir desse momento, uma situação completamente distinta.

Não digo que o BNA não tenha compreendido o que fizemos, diria que houve — acho até que já o escrevi uma vez — fatores externos, verdadeiros ou falsos, vindos de Portugal em termos de notícias que afetaram o banco a partir de junho/julho, que afetaram a sua *performance* e que afetaram o que estávamos a fazer.

Depois, o BNA, e isso é do conhecimento de todos, entendeu que deveria fazer uma intervenção e continuamente logo disse que haveria a revogação da dita garantia.

Portanto, acho que a situação foi num caminho e numa dinâmica que não posso dizer que tenha sido um insucesso nem um sucesso, não foi nem uma coisa nem outra, relativamente ao plano estratégico.

Quanto à questão da execução da garantia...

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Da revogação da garantia.

O Sr. Dr. **Rui Guerra**: — Sobre a revogação da garantia não tenho elementos objetivos que possa partilhar com os Srs. Deputados relativamente ao porquê da revogação, mas, observando os termos e condições da mesma, posso adiantar, até por pareceres jurídicos que, na altura, obtive, que era uma garantia bastante robusta.

O Estado angolano, em agosto, decidiu revogar a garantia. Eu não tenho elementos objetivos para poder afirmar causas e efeitos; o que posso, de certa forma, partilhar é que ao longo dos meses de 2014 sempre tive conversas muito naturais e escorreitas com o Ministério das Finanças, com o BNA, com o Sr. Governador e com o Sr. Ministro. Também é verdade que nunca tive evidências de que a ideia fosse revogar a garantia, mas o certo é que assim aconteceu em agosto de 2014.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Explique por que é que não a executou.

O Sr. Dr. **Rui Guerra**: — Penso que há pouco fiz referência à execução, mas agora faço-o de uma forma mais objetiva: iniciámos um trabalho com uma equipa interna e com uma equipa de advogados locais, angolanos, com o único propósito de, perante os casos que identificámos que seriam os mais importantes, poder trabalhar com esses mesmos mutuários. Isso aconteceu e íamos a caminho de podermos executar alguma

parte da garantia. Estou convencido de que isso iria acontecer, porque estávamos nessa fase em meados do ano, em junho/julho.

Portanto, penso que tínhamos elementos e que íamos a caminho disso.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — «Morremos na praia»!

O Sr. Dr. **Rui Guerra**: — Sr. Deputado, não digo que também não seja uma frustração minha.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Cecília Meireles.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Dr. Rui Guerra, começo por cumprimentá-lo.

A primeira coisa que quero dizer-lhe, para que entenda bem as minhas perguntas, é a seguinte: não tenho nenhuma vocação, nem tampouco curiosidade, para colocar questões que estejam sob sigilo bancário angolano, pelo contrário. Perceba que esta é uma Comissão de Inquérito sobre a derrocada de um banco português, o BES, banco, esse, que era acionista do BESA e, para além de ser acionista do BESA, tinha lá um crédito muito substancial que não regressou, e estamos a falar de quase 3000 milhões de euros que foram e não voltaram e, tanto quanto se percebe, não vão voltar. Portanto, é normal que façamos perguntas e queiramos saber o destino desse dinheiro.

Tenho muito respeito pelo sigilo bancário e pela soberania dos Estados, mas também tenho respeito pelo sistema financeiro português e por esse dinheiro que, em todo o caso, saiu de Portugal e que, teoricamente, iria voltar, mas a verdade é que não voltou. Ora, é para perceber porquê e

quanto desse dinheiro é possível recuperar que lhe vou fazer algumas perguntas.

Começo já por questioná-lo sobre a garantia. Quanto a esse assunto, o Sr. Doutor disse que estavam no processo de identificar os mutuários. Confesso que isso me deixou um tanto ou quanto curiosa. Fui eu que percebi mal ou os mutuários, presumo eu, das dívidas que estavam garantidas não estavam identificados na garantia?

O Sr. Dr. **Rui Guerra**: — Posso não ter sido totalmente explícito: os mutuários estavam devidamente identificados na dita garantia. E há pouco fui longe de mais com algumas observações que fiz relativamente ao facto de haver ou não total conhecimento dos *ultimate beneficial owners* de alguns casos. Não sei se era o caso ou não...

Aquilo a que fiz referência foi ao facto de, como compreenderá, antes de haver uma execução, ser natural que nos sentemos com os clientes e que façamos um apanhado da dívida, de como é que ela chegou àquelas situações, de como que é que, efetivamente, poderíamos negociar ou não negociar antes de haver uma execução. Esse é um trabalho que, em qualquer lugar e associado às dificuldades que já foram expostas, quer pela minha parte, quer pela parte dos próprios auditores, a nível de sistemas e de recursos humanos disponíveis, foi muito intenso, a vários níveis, porque estas situações nos traziam algumas dificuldades.

Também não quero deixar de dizer — e, se calhar, há pouco não o referi — que estávamos com uma auditoria da KPMG e com uma inspeção do BNA nos primeiros meses de 2014 e que eles próprios também viram tudo e mais alguma coisa relativamente à carteira de crédito. Tudo isto, de certa forma, era um trabalho que se complementava no sentido de chegarmos ao fim a que nos propusemos.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Já percebi.

Queria que me confirmasse se havia um anexo da garantia onde estavam identificados os mutuários e que me dissesse quem é que tinha conhecimento desse anexo.

O Sr. Dr. **Rui Guerra**: — Existiam dois anexos: um tinha a ver com a carteira de crédito e outro com a imobiliária. Esses anexos eram do conhecimento do BESA, das autoridades, como é óbvio, e dos auditores e de quem nos inspecionou ao longo de 2014.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — O acionista tinha conhecimento deste anexo?

O Sr. Dr. **Rui Guerra**: — Que me recorde, eu nunca fiz chegar esse mesmo anexo a Lisboa, bem como aos acionistas locais.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — O Banco de Portugal tinha conhecimento do anexo?

O Sr. Dr. **Rui Guerra**: — Se eu, Rui Guerra, não o fiz chegar ao BES, penso que não, porque não estou a ver como é que o BES poderia dar uma coisa que não tinha.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Sim, eu também não vejo como e tenho dificuldade em avaliar a utilidade de uma garantia sem objeto.

É que uma garantia garante alguma coisa e se, essa «alguma coisa» não podia ser fornecida, tenho dificuldade em perceber como é que essa garantia foi avaliada cá, mas esta já não será uma pergunta para colocar a

si. Sou jurista e faz-me alguma confusão... Se se garante alguma coisa e se não se sabe o que é essa coisa garantida, torna-se tudo um pouco difícil.

Vamos começar do princípio, porque creio que já lhe foram feitas perguntas muito pertinentes, mas, confesso, ainda não consegui perceber bem o cerne da questão.

Em primeiro lugar, peço-lhe que me confirme se foi trabalhar para o BES algures no fim de 2012. Foi isso, não foi?

O Sr. Dr. **Rui Guerra**: — Sim.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Quando foi para lá trabalhar, quais eram os objetivos e o que é que ia à espera de encontrar?

O Sr. Dr. **Rui Guerra**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, fui convidado com o principal intuito de liderar uma equipa executiva que iria ter em mãos a implementação do novo plano estratégico, sobre o qual, *grosso modo*, há pouco tentei falar sobre os principais pilares.

Efetivamente, transmitiram-me o que é que seria o plano, que haveria ideias de alterar o *governance* e que, dentro dessas alterações de *governance*, eu coabitaria com o Dr. Álvaro Sobrinho. Essencialmente, foi isto que me transmitiram quando me convidaram para estar à frente do BESA por um mandato de três anos, e eu aceitei. Isto materializou-se na assembleia geral de 6 de novembro de 2012.

Acontece que, perante alguns factos que ocorreram por essa altura — os quais, penso, são do conhecimento público —, achámos por bem, face a eventuais limitações legais que poderiam ser invocadas, que eu voltasse para Portugal e só me apresentasse novamente em Luanda quando eu tivesse um visto de trabalho. Esta situação aconteceu comigo e com os meus colegas portugueses.

Eu tive o visto no dia 8 de janeiro de 2013 e passada uma semana estava em Angola.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Sobre o que se passou no BESA, nós temos descrições que são completamente díspares umas das outras e que se excluem.

O Dr. Ricardo Salgado disse-nos que era uma situação «pavorosa», que era uma coisa inimaginável, que havia montantes avultadíssimos de crédito malparado, que havia crédito em relação ao qual não se sabia quem era o mutuário, que as garantias não estavam registadas ou que não havia garantias... Enfim, o Dr. Ricardo Salgado descreveu esta situação — a expressão não é minha — como «pavorosa».

E temos outra versão, a do Dr. Álvaro Sobrinho, que nos disse que corria tudo muito bem, que havia comissão de crédito, que era tudo feito seguindo os melhores procedimentos, que era quase um *case study* dos melhores procedimentos bancários.

Pergunto-lhe: quando chegou lá, com o que é que se deparou? O que é que descobriu? Qual destas versões é que corresponde à verdade?

O Sr. Dr. **Rui Guerra**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, se me permite, vou responder à sua pergunta tentando não comentar o que disse o Dr. Ricardo Salgado, o Dr. Álvaro Sobrinho ou outras pessoas que tenham passado por aqui.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Só para esclarecer: não lhe peço um comentário, só lhe peço que descreva o que encontrou.

O Sr. Dr. **Rui Guerra**: — Certíssimo.



A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Depois, nós tiraremos as nossas conclusões.

O Sr. Dr. **Rui Guerra**: — Quando cheguei a Luanda, e já o referi, encontrámos uma situação a nível de liquidez muito, muito complicada e muito superior àquela de que tivemos conhecimento anteriormente.

Também não deixo de dizer que estas questões de liquidez num banco, em cada dia e em cada semana que passa, se não houver o dito *turnaround*, a inversão da situação, agravam-se. Portanto, admito que os últimos meses de 2012 tenham contribuído para tal.

Quando cheguei a Luanda, senti-me na obrigação, penso que também já o disse hoje, de implementar aquelas que, para mim, são as regras elementares em termos de *governance* interno de maneira a que eu sentisse que o banco tinha as regras e a transparência em termos de decisão que eu penso que tinha de ter, e foi isso que fiz.

Sobre se havia determinado tipo de regras, até posso admitir que tenha havido um determinado tipo de regras anteriormente e também admito que a equipa podia ser mais pequena.

Sobre se encontrei evidências ou não evidências, se calhar, posso dizer-lhe que encontrei poucas evidências de que houvesse essas mesmas regras de *governance* em relação às quais a Sr.<sup>a</sup> Deputada há pouco fez menção, se é que me relembro de tudo.

Quanto à questão da carteira de crédito, acho que o facto de termos chegado a uma situação onde o Estado angolano nos auxiliou e nos deu uma garantia soberana responde por si.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Mas aquilo que está a dizer-me é que implementou regras elementares de *governance* interno, o que me

leva a crer *a contrario sensu* que não havia regras elementares de *governance* interno.

Portanto, o que pergunto, por exemplo, é se, como lemos na ata, é verdade que havia um financiamento, por exemplo, aprovado, diretamente e apenas, pelo Dr. Álvaro Sobrinho, que, em cinco operações de crédito diferentes, tinha aprovado um montante total de 365 milhões de dólares. Isto é verdadeiro?

O Sr. Dr. **Rui Guerra**: — Ó Sr.<sup>a</sup> Deputada, eu não gostaria de adiantar mais nada sobre a ata, muito sinceramente.

Como há de perceber, se eu responder «sim» ou «não» — e não estou a dizer que sim nem que não — à pergunta que me está a fazer iria estar a revelar aspetos internos da instituição, de clientes e de procedimentos, que, confesso, são complicados.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — De clientes, não, porque não falei em nenhum cliente, só falei...

O Sr. Dr. **Rui Guerra**: — De Álvaro Sobrinho...

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Pois, será um cliente... Pode acontecer, de facto, numa instituição haver um dirigente que é simultaneamente dirigente e cliente, mas isso é mais grave ainda. Mas não era essa questão que eu estava a levantar.

O Sr. Dr. **Rui Guerra**: — Não é o que estou a dizer, Sr.<sup>a</sup> Deputada...

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Mas o senhor levantou uma questão interessante e que, agora, deixou me «com a pulga atrás da orelha».

O Sr. Dr. **Rui Guerra**: — Em tese, tudo pode acontecer, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Pois, e eu cada vez mais acho que, neste caso, tudo pode acontecer, e, infelizmente, quase tudo aconteceu.

A hipótese de haver um financiamento que tenha sido concedido para a aquisição de um imóvel da Escom, chamado «Torres Sky», com um financiamento bastante avultado, de cerca de 800 milhões de euros, é verdadeiro? É falso? Ou não pode responder?

O Sr. Dr. **Rui Guerra**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, de facto, não posso responder, dentro das limitações a que já fiz referência.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — E eu vou tentando ver se encontro alguma coisa a que lhe seja possível responder.

Agora, vou perguntar-lhe sobre um cliente, e não sobre se é ou não verdade, mas só sobre se há uma explicação. Trata-se de um cliente especial, porque é um cliente do Grupo, que se chama Escom.

Ora, tenho aqui dados que me dizem que o endividamento da Escom, face ao BESA era, em 2012, de 370 milhões; em 2013, baixou muito, passou para 50 milhões; e, em junho de 2014, era de 157 milhões. Olhei para isto e não consegui entender a explicação, aliás, face a outras conversas que temos tido aqui com responsáveis da Escom. Consegue explicar-me isto?

O Sr. Dr. **Rui Guerra**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, como compreende, está a pedir-me para falar sobre um cliente, que, potencialmente poderá ou não ser cliente do BESA. Sei que tem informação através, neste caso, penso que

do BES, e creio que já falaram sobre isso, o que me dá aqui um pouco de abertura.

Portanto, poderia dizer, como há pouco acabei de referir, que, em tese, será possível que haja um determinado tipo de cliente que tenha um determinado tipo de exposição, que, ao longo de um ano e meio, a tenha reduzido e que, depois, por algumas razões especiais, a tenha aumentado outra vez.

Peço desculpa, porque esta, de facto, é uma resposta não muito ao meu tom, se me permite, mas, de facto, eu não queria entrar em pormenores que acho que ultrapassem as ditas limitações.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Pois, o problema é que não conseguimos descobrir o destino dos tais 3000 milhões sem entrarmos nesses pormenores, porque, de facto, é completamente impossível.

Uma pergunta a que acho que talvez possa responder, porque se passa noutro país que não Angola, e, portanto, talvez não esteja a coberto dos mesmos sigilos, é a seguinte: tem conhecimento de ter sido criada, creio, no Reino Unido, em 2012, uma sociedade chamada BESA — Espírito Santo Angola (UK) Limited, tendo, como único ativo, duas propriedades no valor de cerca de 12 milhões de libras?

O Sr. Dr. **Rui Guerra**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, não tenho qualquer conhecimento. Nunca ouvi falar, não sei.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Pensei que poderia ter, porque, como o nome é o mesmo do BESA, pareceu-me um pouco estranho isto aparecer no Reino Unido.

O Sr. Dr. **Rui Guerra**: — Não, não. De facto, não conheço.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Muito bem! E como, tanto quanto se percebe, o diretor seria o Dr. Álvaro Sobrinho, pensei que pudesse haver alguma relação ou que seria algum investimento do BESA no Reino Unido. Não tem conhecimento disso?

O Sr. Dr. **Rui Guerra**: — Não.

O Sr. **Presidente**: — Já conclui, Sr.<sup>a</sup> Deputada?

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Sr. Presidente, preciso de algum tempo, porque estou a tentar encontrar perguntas que possam ser respondidas.

A esta pergunta, creio, poderá responder-me: tem conhecimento da relação entre o Banco de Portugal e o Banco Nacional de Angola, no que toca à supervisão destes dois bancos?

O Sr. Dr. **Rui Guerra**: — Segundo o meu conhecimento, distinguirei isto em dois pontos: o BESA e, como imagino, todos os outros bancos internacionais portugueses que estão em Angola, periodicamente enviam a informação a que estão obrigados às suas casas-mãe, que, por sua vez, numa boa parte dos casos, consolida essa informação em Portugal — se bem me recordo, acho que todos os casos de bancos portugueses com interesse em Angola todos eles consolidam — e, depois, essa mesma informação é transmitida, dentro daqueles que são os relatórios solicitados pelo Banco de Portugal, a este mesmo banco central. E, portanto, este é o meu conhecimento.

Em paralelo, não sei precisar a data, mas, a partir de há alguns anos, sei que passou a haver um acordo entre vários bancos centrais, neste caso,

entre o BNA e o Banco de Portugal, no sentido de poderem partilhar um determinado tipo de informação, se isso fosse requerido.

Penso que essa é uma realidade, mas admito que seja apenas para casos específicos. Não conheço bem esse protocolo, mas sei que é um protocolo que existe entre vários bancos centrais no mundo, e, portanto, não é nada específico entre Angola e Portugal.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Sim, mas, imagino que, à medida que os problemas passaram a ser, crescentemente, mais visíveis quer em Portugal quer em Angola — e a verdade é que há duas intervenções estatais nos bancos, primeiro, em Portugal e, depois, em Angola, que não têm muito tempo entre elas —, os respetivos bancos centrais tenham interagido.

Por isso, o que pergunto é se tem noção sobre se os dois bancos centrais foram negociando e tratando dos assuntos que havia a tratar, porque estamos a falar de problemas que, não sendo iguais, têm os seus pontos de contacto bastante relevantes.

O Sr. Dr. **Rui Guerra**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, daquilo que me recordo, e penso que já foi público, é que em julho de 2014, na segunda metade de julho, terá havido algumas conversas entre os dois bancos centrais relativamente à situação do BESA. É a perspetiva que tenho.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Voltando à garantia, pergunto-lhe: consegue dizer-me quem liderou estas negociações, pelo menos, do lado do BESA? O ideal seria dizer dos dois lados, mas, se não puder dizer, diga, pelo menos, do lado do BESA.

O Sr. Dr. **Rui Guerra**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, eu diria que, enquanto CEO e principal responsável do BESA — não escamoteio as minhas responsabilidades —, tive o necessário envolvimento com as equipas do banco e, obviamente, com as autoridades angolanas, como é óbvio.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — E o Dr. Ricardo Salgado liderou? Fez parte? Enfim, qual foi o papel dele, na negociação desta garantia?

O Sr. Dr. **Rui Guerra**: — O Dr. Ricardo Salgado, se bem me recordo, e penso que também estou a referenciar qualquer coisa que é pública, passou em Angola no início de outubro. Aliás, também é público que fez parte da dita assembleia geral, no dia 3 de outubro e, depois disso, que me recorde, só foi a Angola em junho ou julho de 2014.

Portanto, se alguma intervenção houve, não tive conhecimento e não foi local, em Angola, mas pode ter havido alguma.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Também me ocorre que seja possível ou, mesmo, provável.

E qual era o seu principal objetivo, na obtenção da garantia? Tinha a ver com a existência de crédito malparado ou que poderia vir a tornar-se malparado, ou era um interesse não apenas do BESA, mas também do BES e de todo o grupo financeiro Espírito Santo, no sentido de, do ponto de vista dos rácios, conseguir apresentar números mais positivos?

O Sr. Dr. **Rui Guerra**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, eu estava como CEO do BESA e só me importei em resolver os assuntos do BESA, exclusivamente. E, de facto, eles já eram tão grandes. E, de facto, o que me motivava e motivou nos últimos dois meses de 2013 eram os assuntos respeitantes à

carteira de crédito e, em paralelo, tudo aquilo que fui explicando, porque o banco, obviamente, foi evoluindo e, não me canso de dizê-lo, foi evoluindo bem, senão seria injusto para comigo e para com os meus colegas.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Compreendo isso, mas tenho alguma curiosidade, que me parece fazer sentido e por isso gostava de perceber quais foram os argumentos que utilizou. Ou seja, quais são os argumentos que o CEO de um banco utiliza para chegar ao pé de responsáveis de um Estado e pedir-lhes uma garantia? Pergunto: qual era o interesse do Estado angolano em garantir aquelas dívidas?

O Sr. Dr. **Rui Guerra**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, tenho de dizer que percebo a sua pergunta e não vou dizer que não respondo, porque vou responder.

De facto, encontrei um sentido de responsabilidade muito grande por parte das autoridades angolanas, perante o que conseguimos avaliar, e como seria extremamente negativo quer para o BESA quer para o sistema financeiro angolano se, efetivamente, não houvesse uma solução, fosse ela qual fosse, e, portanto, encontrou-se a garantia.

Poderia ter havido outro modelo, no sentido de que o BESA, associado ao seu plano estratégico e, efetivamente, com esse tipo de suporte, teria capacidade para vir a ter êxito no futuro. Mas, para tal, precisava, efetivamente, dessa mesma garantia ou de outro modelo, como há pouco fiz referência, de maneira a que conseguíssemos ultrapassar, se me permite a expressão, o «cabo das Tormentas» contabilisticamente.

Há uma coisa chamada «31 do mês 12» de cada ano. Era um marco que tínhamos à nossa frente e que não se consubstanciava em dizer: preciso de 3, 4, 5 ou 10 anos, ou o que quer que seja, para resolver um determinado tipo de situação. Necessitávamos de a resolver naquele momento. Daí eu voltar a dizer que notei um sentido de responsabilidade muito grande, quer



dos acionistas locais quer das autoridades, em perceberem o projeto do BESA e em como era importante apoiarem-nos naquele momento, sendo que, apoiarem-nos passado um ano ou dois, de nada serviria.

Havia a questão do final do ano, pelo que tínhamos de ter este suporte, este «chapéu-de-chuva», se me permite a expressão, de maneira a que pudéssemos prosseguir.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Eu diria mesmo que a garantia era uma maneira possível de intervir, a par de outras, e, de facto, o que o futuro mostrou foi que as manerias usadas foram outras, e não a garantia, porque a garantia acabou por ser revogada.

Há uma afirmação, numa ata de um conselho de administração do BES, creio que é do Dr. Ricardo Salgado, de meados de junho ou julho, em que ele diz que há um risco: o de o Estado angolano poder chegar à conclusão de que é mais barato nacionalizar o BESA do que garantir, de facto, aquelas dívidas.

O que pergunto é, atendendo a que houve uma intervenção estatal no BESA e a garantia foi revogada, se esta solução, do ponto de vista do Estado angolano, foi a melhor.

O Sr. Dr. **Rui Guerra**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, é a primeira vez que ouço falar sobre essa questão posta dessa forma e, sinceramente, não vejo qualquer relação sobre se seria mais barato ou menos barato. Não vejo relação, muito sinceramente. A existir, e eu não conheço, não vejo o que o Dr. Ricardo Salgado queria alcançar com essa afirmação, sinceramente.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Só para lhe dar um esclarecimento, porque tenho o cuidado de ter as coisas comigo, na ata n.º 307, de 11 de julho de 2014, do Banco Espírito Santo — suponho que isto

seja a comissão executiva ou o conselho de administração — na quinta página, porque as páginas não estão numeradas, refere-se o Sr. Dr. Ricardo Espírito Santo Silva Salgado referiu que: «Antes do então recente aumento de capital do BES havia escrito uma carta pessoal ao Sr. Governador do Banco de Portugal, alertando para o potencial impacto no BES de eventos desfavoráveis na área internacional como, por exemplo, o risco de uma nacionalização do BESA (o que seria mais barato para as autoridades angolanas do que o custo máximo da garantia prestada).»

O Sr. Dr. **Rui Guerra**: — Como há pouco lhe disse, acho que o que está expresso não indicia, de maneira nenhuma, o que seria o modelo final de uma nacionalização *versus* a questão da garantia. Aliás, tivemos essa experiência posterior, ou seja, após dia 4 de agosto o banco foi intervencionado e, de facto, eu fiquei, única e simplesmente, a gerir o dia a dia, se me permite a expressão, porque tinha outros dois administradores, esses do BNA, que tinham poderes plenos relativamente à minha pessoa e à minha equipa.

Mas não quero deixar de partilhar que durante semanas a informação, mais uma vez, foi dada dentro do que foi solicitado a esses mesmos dois administradores e o banco poderia ser liquidado, como poderia não o ser.

Portanto, imagine que o banco seria liquidado e isso seria uma situação completamente distinta daquela que, no final, veio a ser a solução e que foi haver um determinado tipo de saneamento, deliberado pelo BNA, com a convicção de que o banco, com esse saneamento, teria a capacidade para prosseguir o seu negócio.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Outra coisa que tem sido dita muito frequentemente é que terá havido no BESA antes desta fase final, até

antes da sua chegada, avultados levantamentos em numerário, cujo destino final se desconhece.

Consegue confirmar isso, ou não?

O Sr. Dr. **Rui Guerra**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, esse é mais um dos temas das ditas limitações. Eu acho que isso...

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Não pergunto quem levantou e até já nem pergunto quanto é que foi, só pergunto se esses levantamentos foram avultados e se foram em numerário.

O Sr. Dr. **Rui Guerra**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, vamos lá a ver, mais uma vez, em tese, se me permite e, obviamente, que também li os jornais, a única coisa que eu digo é que...

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — E a ata?

O Sr. Dr. **Rui Guerra**: — Isso está o Sr. Doutor a pressupor.

Relativamente a esse tema, a única coisa a que eu queria fazer referência do que li é que, e sejamos inteligentes, ao fazer um levantamento de 50 ou 100 milhões de dólares numa única agência — e foi isso que, efetivamente, na altura, saiu na comunicação social — não acontece em qualquer parte do mundo, muito menos outros valores que, na altura, foram referidos.

Como há pouco dizia, em tese, poderá sempre haver determinado tipo de registos contabilísticos que possam ser registados como numerário e que possam nada ter a ver com a circulação de moeda. Em tese, isso pode sempre acontecer, num banco ou numa empresa.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Entendo que me respondeu que pode ser que sim e pode ser que não, coisa que, há partida, eu já imaginava...!

Repare uma coisa: eu percebo as limitações das pessoas, agora espero que percebam também — apesar de eu ter tentado fazer isto com um certo grau de leveza — que, de facto, o que está aqui em causa é muito sério, porque estamos a falar de muito dinheiro que causou um problema muito grave num banco português e que nós não sabemos, sequer, como vai ser resolvido.

Estamos numa Comissão de inquérito e, de facto, a verdade é que esta questão das atas, que nós conseguimos depois de muito sacrifício, não pode deixar de me parecer grave, ou seja, o facto de a Assembleia da República e uma Comissão de Inquérito receberem oficialmente uma ata, que está toda rasurada, que não tem nomes de empresas, que não tem valores e que, depois, vá ao *site* de um jornal, que faz serviço público — que, aliás, é o seu papel — preencher a ata com os dados que são aí encontrados.

Desculpe o desabafo, que não lhe é imputável, mas acho que, do ponto de vista de como os Deputados exercem as suas funções, é grave! Não é, no entanto, de maneira alguma, uma crítica a esta Comissão, muito menos ao Sr. Presidente, que tudo tem feito para termos todo o acesso aos documentos. Mas esta situação é muito frustrante, sobretudo o facto de não conseguirmos, sequer, confirmar a veracidade de uma ata, que é citada como fonte em quase todos os jornais portugueses.

Bom, sobre a ata já percebi que não consigo insistir mais, embora ela, de facto, levante questões que nos permitiriam descobrir para onde é que foi este dinheiro que saiu do BES e que lhe causou um grande rombo.

Assim, por último, em relação ao BESA, tivemos acesso a algumas recomendações do Banco Nacional de Angola, uma já datada de maio de

2014, a qual prevê que o banco reveja os seus critérios de análise, de concessão, de aprovação, de carregamento e de arquivo de crédito, visto que foram constatadas diversas irregularidades.

Pergunto-lhe se nos pode dizer quais eram as irregularidades que existiam neste capítulo, antes e depois do seu mandato, e se nos pode explicar que impacto é que isso terá tido no banco.

O Sr. Dr. **Rui Guerra**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, em primeiro lugar e relativamente à sua observação, acredite que tenho o máximo respeito pela Comissão de Inquérito, mas perceba também o respeito que tenho de ter relativamente às questões das limitações a que estou sujeito.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Fi-la a propósito da sua intervenção, mas não lhe foi especialmente dirigida.

O Sr. Dr. **Rui Guerra**: — Muito bem.

Relativamente ao que acabou de referir, se bem me recordo, essa mesma carta — e aqui tenho de fazer alguma ressalva, porque ao longo dos meses houve várias cartas do BNA, como é óbvio — tem a ver com a inspeção que foi feita, no início de 2014, com referência à carteira de crédito e a todo o banco relativamente ao passado.

Trata-se do relatório do BNA de maio. Até final de março, estive connosco uma equipa de cerca de 10 a 12 pessoas, que, depois, emitiram esse relatório e eu recordo-me dessa alínea, que foi devidamente discutida com o BNA, no sentido de dizermos o que é que já tínhamos, efetivamente, melhorado face a essas recomendações, as quais tinham a ver com aquilo que se tinha encontrado do passado. Aliás, houve outras recomendações que não estão também nessa carta, se bem me recordo.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, não queria deixar de dizer que compreendo as considerações que a Sr.<sup>a</sup> Deputada Cecília Meireles acaba de fazer.

Antes de começar esta audição, tive uma conversa com o Sr. Dr. Rui Guerra, na qual abordámos esta questão do segredo bancário de Angola, não o de Portugal, mas os Srs. Deputados têm insistido e vão continuar a insistir, com certeza, e essa é uma legitimidade que nos assiste.

Agora, de alguma forma, temos de perceber as dificuldades de quem responde, nomeadamente a maior ou menor elasticidade nas respostas que poderá ter. Nós queremos que tenha a maior elasticidade possível, porque isso é importante para os nossos trabalhos.

Quanto ao funcionamento da Comissão e das limitações, é bom lembrarmo-nos das limitações que todos os dias os tribunais têm no que diz respeito a questões de segredo bancário com países estrangeiros.

Portanto, se as autoridades judiciárias têm essas dificuldades — e grandes! —, nós, que temos menos poderes, obviamente, temos dificuldades maiores. Isto só para dar mais uma explicação relativamente aquele que é o segredo bancário de um outro país, especialmente Angola, onde as penas são especialmente pesadas, e as limitações que isso, depois, traz para o resultado do nosso trabalho.

Posto isto, Srs. Deputados, vamos continuar os nossos trabalhos.

Tem, agora, a palavra o Sr. Deputado Miguel Tiago.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Gostava de cumprimentar o Dr. Rui Guerra e agradecer toda a ajuda que nos possa dar, embora, até aqui, e apesar da insistência, essa ajuda tenha sido pouca no que toca à identificação de elementos que, para esta Comissão, têm vindo a ser identificados como muito importantes, nomeadamente os destinatários, os destinos e os beneficiários finais de um conjunto de empresas que se

endividavam, quer no BES quer no BESA e, ao que tudo indica, no BESA, criando um esquema, aparentemente, de triangulação com uma espécie de falsificação de exportações, que, na prática, não se concretizavam mas que correspondiam a exportações de serviços, ou seja, não havia transação efetiva nem exportação efetiva, mas os fluxos de capitais seriam feitos nesses termos.

De facto, é muito difícil fazer a identificação concreta e, por isso, tentarei não gastar todo o tempo que tenho, insistindo na obtenção de dados que não me pode dar. Tentarei! Não será fácil!

Em primeiro lugar, gostava que nos explicasse com um pouco de mais detalhe como é que o novo crédito não é bem novo crédito. O senhor explicou isso ao Sr. Deputado Pedro Nuno Santos, mas eu gostava que explicasse com mais detalhe, se possível, e, já agora, também, como é que ele surge — não é no relatório e contas — nas contas consolidadas de 2012/2013 e de 2013, já com responsabilidade do Dr. Rui Guerra, identificado como novo crédito. E não só: ele surge identificado, inclusivamente de forma esmagadora, como crédito quase sem risco, em finais de 2013, classificado como A — risco nulo —, na sua maioria.

Como tal, em primeiro lugar, pergunto: como é que o novo crédito, aquele que foi contraído já durante o seu mandato, não é novo crédito? Se a explicação que deu pudesse ser mais detalhada, agradecia.

Em segundo lugar, gostaria de saber por que é que ele continua em dezembro de 2013, já no seu mandato, classificado como crédito sem risco.

O Sr. Dr. **Rui Guerra**: — Sr. Deputado, vamos lá ver se o consigo esclarecer.

Relativamente ao primeiro ponto sobre a distinção entre novo crédito e, digamos, velho crédito: imaginemos que, efetivamente, existem diversos contratos de crédito que foram aprovados e formalizados em 2010, 2011,

2012 — imaginemos que possa ser 2012, é o exemplo — e, ao serem formalizados, eles têm determinados tipos de responsabilidades que o banco tem de cumprir perante o mutuário, tal como o mutuário tem de cumprir com o banco, e que, em alguns casos, dependendo de determinado tipo de financiamentos, mas falemos de financiamentos de médio prazo — e se estamos a falar de financiamentos associados ao imobiliário, isso acontece muitas vezes — têm diversas *tranches*, diversos desembolsos ao longo do tempo, ou seja, pode haver financiamentos que têm desembolsos nos seguintes 12 meses, 24 meses ou mais — aliás, imaginando que é um projeto imobiliário até pode ser mais, e isto acontece aqui em Portugal...

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Desculpe, deixe-me só tentar clarificar o seguinte: isso só passa a constar nos balancetes quando é desembolsada a *tranche*?

O Sr. Dr. **Rui Guerra**: — Exatamente! Essa era a questão a que eu iria responder a seguir, mas agradeço-lhe.

Mas, retomando: o banco fica com essa obrigação e tem essa obrigação perante o mutuário. Foram alguns desses casos que herdámos, tenho de dizer. São casos normais, também não estou aqui a falar de nada que seja superanormal, no sentido de projetos imobiliários que, perante a nossa avaliação — foi isso que há pouco tentei esclarecer o Sr. Deputado —, não cancelámos, primeiro, porque, tenho de o dizer, não sou pessoa de cancelar contratos. Mas houve contratos de financiamento em relação aos quais fizemos a postecipação ou pedimos aos mutuários que aguardassem, porque, face às dificuldades de liquidez que o banco tinha, achámos mais oportuno que fosse essa a solução. Noutros casos houve mesmo projetos imobiliários a que o banco se tinha comprometido com a sua aquisição relativamente aos quais, de certa forma, ao longo de 2013, houve



determinado tipo de financiamentos que o conselho de crédito do BESA, a equipa de risco, nos aconselhou — e é verdade, nós aprovámos e em 90% ou 100% dos conselhos de crédito eu estava presente — no sentido de, mesmo vindo de trás, aprovarmos a questão dos desembolsos.

Contudo, e faço um pequenino parêntesis, em termos operacionais — e não quer dizer que aquilo que vou dizer ocorra em todos os bancos — a verdade é que, a partir do momento em que esse crédito é concedido e aprovado, depois é só uma questão de desembolso e, se a situação decorrer normalmente, isso já está junto de outros serviços, diria, operacionais ou jurídicos, e, perante determinado tipo de evidências, que estão associadas ao crédito, o dinheiro é ou não desembolsado.

No nosso caso, nos primeiros meses de 2013, adotámos ainda medidas mais apertadas e, relativamente a todos os desembolsos, a qualquer dólar que tivesse de ser desembolsado do banco, é verdade que nós tínhamos ou queríamos ter o controlo dos mesmos. Portanto, a situação, de certa forma, era um pouco esta.

Relativamente ao relatório e contas do final de 2013, se entendi a sua questão, o facto é que, nessa altura, tínhamos na nossa posse a garantia soberana e esta substituía-se às responsabilidades dos mutuários. Técnica e contabilisticamente falando é assim mesmo. Daí que, mesmo em situações, e foi o caso, como é óbvio, se não teria havido garantia — e, depois, quero fazer uma ressalva — tínhamos a garantia como substituição dos deveres dos mutuários.

A ressalva que eu ia fazer é a de que, relativamente à sua primeira pergunta sobre o novo crédito, os velhos créditos, não tenho de cabeça, para ser sincero, se esse crédito que foi dado ao longo de 2013, que vinha de trás, entrou logo em incumprimento. Não tenho a noção disso! Não tenho a noção de que no relatório e contas de 2013 já estivessem em incumprimento e que, por sua vez, estivessem garantidos pela garantia

soberana. Não posso nem quero dizer isso, porque até não acho que tenha sido isso que aconteceu.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP). — Desta sua resposta surgem-me para já duas perguntas.

Em primeiro lugar, classificaram como nulo o risco, porque estava garantido. Faz sentido! Não carece de provisão, porque há uma garantia, nem carece de reconhecimento de imparidades, porque há uma garantia. Tudo Ok! Mas, então, por que é que pediram a garantia se não havia atrasos nos pagamentos? Disse-nos agora: «não quero dizer que tivéssemos uma garantia, porque havia atrasos ou porque havia imparidades». Então, o que é que levou o BESA a pedir a garantia?

O Sr. Dr. **Rui Guerra**: — Eu clarifico, Sr. Deputado.

Pedimos a garantia perante a identificação e a inventariação de dificuldades na carteira de crédito.

O que estou a dizer relativamente à sua pergunta inicial do novo crédito, do velho crédito, é o seguinte: crédito que estava assumido desde 2010, ou 2011 ou 2012 e que foi desembolsado em junho ou julho ou agosto de 2013, não tenho presente, mas ponho a hipótese de que não estivesse em incumprimento no final de 2013. É a isso que estou a fazer referência.

Mas tudo aquilo que fez parte da garantia fê-lo porque se justificava que fizesse parte da garantia, tenho de o dizer e, depois, isso foi devidamente visto e validado por entidades independentes ao longo de 2014.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Sim. Mas, em 2012, há qualquer coisa como 6600 milhões de dólares classificados como risco nulo e, em 2013, esse valor, igualmente classificado como risco nulo, aumenta.

Portanto, o risco era nulo porque estava garantido ou porque não havia mesmo incumprimento, de facto, naqueles clientes?

O Sr. Dr. **Rui Guerra**: — Relativamente a 2013 posso assumir que, efetivamente, ou era porque os clientes não tinham problemas, ou porque tínhamos a garantia, neste caso a garantia soberana, ou outro tipo de garantias reais que nos davam esse tipo de certeza.

Relativamente a 2012, não quero, neste momento, afirmar nada até porque sabemos que a KPMG, como mencionou no próprio relatório, teve dificuldades em ver a carteira.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Do total de 7,7 mil milhões de euros (grosso modo, era este o valor), classificado como *rating* A, do ponto de vista da avaliação do risco, 5,7, portanto uns 80%, eram por causa da garantia de Angola. O que significa que a carteira de crédito era mesmo problemática, não é?

O Sr. Dr. **Rui Guerra**: — Sr. Deputado, como eu há pouco fiz referência, era uma carteira difícil, muito difícil. Não quer dizer que os 5,7 biliões de dólares fossem totalmente de incumprimento, como há pouco fiz referência.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Então, mas o que é que leva o Dr. Rui Guerra a contactar Angola para emitir uma garantia?

O Sr. Dr. **Rui Guerra**: — Sr. Deputado, estamos a falar em inventariar, em identificar toda a carteira de crédito e em ver que existe um grau de incumprimento crescente e um grau de incumprimento potencial relativamente a um determinado tipo de mutuários, isto pelas análises que fizemos na altura, e que, depois, como há pouco disse, foram devidamente validadas por entidades terceiras. Portanto, chegámos ao valor que há pouco fiz referência e que, como há pouco também disse, é o somatório de juros vencidos e de juros vincendos.

Portanto, de facto, é difícil cruzar com a dita contabilidade a 31 de dezembro, capital e juros. A banca tinha alguma coisa de imobiliário.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP). — Contém capital e juros e imobiliário.

Pergunto: por que é que se dirige ao Presidente da República angolano para emitir uma garantia soberana sobre um conjunto de créditos que estavam a revelar-se problemáticos? Qual é a lógica que está por detrás de um banco, que está com dificuldade em cobrar um crédito, dizer: «vamos ali falar com o Presidente da República no sentido de obter uma garantia soberana»?! Queríamos compreender isto, queríamos saber como é que se encaixa um CEO de um banco dirigir-se a um Presidente da República a dizer: «Olhe, temos aqui estes clientes que não pagam. O Governo atravessa-se por estes clientes?».

O Sr. Dr. **Rui Guerra**: — Sr. Deputado, primeiro, faria uma pequena afirmação: o CEO Rui Guerra não se dirigiu ao Sr. Presidente da República. Podia ter acontecido, mas não aconteceu. Já agora, deixo esta nota.

Sr. **Miguel Tiago** (PCP). — Alguém pediu.

O Sr. Dr. **Rui Guerra**: — Sim, alguém pediu!

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP). — Então, quem é que pediu a garantia?

O Sr. Dr. **Rui Guerra**: — A questão é a de nós identificarmos uma carteira que teria problemas, associada um pouco — tenho de o dizer — a uma diversificação económica em Angola, setorial, é verdade que com grande ênfase a nível de imobiliário, e que, de facto, carecia de um determinado tipo de apoio, de maneira a que, como há pouco fiz referência, pudéssemos, a 31 de dezembro, continuar a nossa própria vida e que não houvesse outro tipo de problemas para o sistema financeiro angolano, que ninguém queria ter.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Então, quando pede a garantia... Já agora, quem é que pede a garantia?

O Sr. Dr. **Rui Guerra**: — Pede o BESA, com certeza.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Então, também não está errado dizer que o CEO se dirige ao Presidente da República, independentemente de quem terá sido a pessoa em concreto.

Então, para pedir uma garantia sobre um conjunto de créditos, com identificação dos mutuários e dos valores patrimoniais associados à outra parte da garantia, no caso imobiliário, isso significa que há um risco de incumprimento assinalável por parte daqueles créditos.

Aquilo que lhe pergunto é o seguinte: o banco considerou, de alguma forma, que esse risco era sistemático do ponto de vista da economia angolana? Considerou que era um risco que justificava dirigir-se às mais

altas instâncias daquela República para solicitar uma garantia sobre créditos a empresas?

O Sr. Dr. **Rui Guerra**: — Sr. Deputado, estou a repetir-me, mas, efetivamente, havia graus de incumprimento elevados de uma forma generalizada, independentemente dos setores da carteira de crédito...

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Mas é comum os bancos dirigirem-se aos governos para pagarem as dívidas das empresas?

O Sr. Dr. **Rui Guerra**: — Não! Acredito que não seja comum, Sr. Deputado.

Estamos a falar é de haver uma avaliação ampla da carteira e de termos a noção de que precisávamos de um determinado tipo de apoio, tal e qual como também houve, Sr. Deputado, também tenho de o dizer, na própria Europa. Veja-se, nos últimos anos, o que se passou por aqui, onde também houve determinado tipos de apoio, mais ou menos explícitos em alguns casos, mas não quero meter-me por aí.

O que quero referir é que havia graus de dificuldade que foram devidamente explicitados, sendo que com essa explicitação as pessoas perceberam que poderia haver outro tipo de implicações para o sistema financeiro caso não encontrássemos uma solução boa para todas as partes.

Como há pouco fiz referência, há aqui um cutelo, se me permite a expressão, que é o dia 31 de dezembro, e, portanto, face às dificuldades que tínhamos, não encontrando uma solução, o banco poderia soçobrar e acho que ninguém queria que isso acontecesse.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Apesar do incumprimento, que já se vinha verificando, a ponto de justificar o pedido de uma garantia, achou por

bem, ainda assim, libertar as *tranches* dos créditos que estavam programadas, ou eles não eram correspondentes?

O Sr. Dr. **Rui Guerra**: — O Sr. Deputado não pode e eu não posso fazer uma relação entre uma coisa e outra. Não posso!

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — As *tranches* que libertou, durante o ano de 2013, não correspondiam, de maneira nenhuma, às empresas que estavam em incumprimento em 2012?

O Sr. Dr. **Rui Guerra**: — Não. Em 2012 ou 2013, não é?

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP). — Em 2013.

Há, grosso modo, um aumento de cerca de 1120 milhões de dólares de crédito concedido entre 2012 e 2013. Disse-nos que, em grande parte, isso se deverá à libertação de *tranches* programadas, nomeadamente na área do imobiliário. Foi o que disse, ou eu percebi mal?

O Sr. Dr. **Rui Guerra**: — A grande fatia, não; a grande fatia, tecnicamente falando, aquilo que ia sendo incumprido em termos de capital e juros, os chamados *accruals*, que também pode acontecer perante contas a descoberto e contas correntes, era somado ao crédito. E, portanto, o crédito, de *per si*, subia mesmo que nada acontecesse, se me permite a expressão.

Em relação à sua pergunta inicial, depois, há uma parte que, de facto, é de créditos que estavam devidamente assumidos anteriormente e tomámos a decisão de haver desembolsos a bem do banco, mas não estavam com problemas.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP). — Disse-nos que esses créditos eram, na sua maioria, relacionados com o imobiliário.

O Sr. Dr. **Rui Guerra**: — Uma parte, sim.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP). — Menos de um quarto, porque a maior parte fica nas atividades financeiras, indústrias transformadoras e no comércio.

O aumento no imobiliário não justifica o aumento de 1120 milhões de dólares no crédito. Houve aumentos muito substantivos nas atividades financeiras, nas indústrias transformadoras e no comércio, que, enfim, são setores produtivos que dificilmente põem em causa a economia.

O Sr. Dr. **Rui Guerra**: — Sr. Deputado, tenho, de facto, de também concordar consigo. Não vou dizer que há um erro de relatório, mas sinto-me quase na obrigação de ir ver isso para depois clarificar. Sou sincero, não consigo, de cabeça, dizer isto.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Mas tem os dados para isso.

O Sr. Dr. **Rui Guerra**: — Com certeza.

Mas o que quero dizer é que não me recordo, de maneira alguma, de estar a dar crédito ao sistema financeiro. Há de haver qualquer questão que possa não estar totalmente correta da nossa parte. Não estou a dizer que é do Sr. Deputado, porque o Sr. Deputado está a ler.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Pois. Nas atividades financeiras, o crédito concedido sobe de 1,5 para 1,86 mil milhões de dólares.

Já que não nos pode referir clientes — e temos de respeitar isso —...



O Sr. Dr. **Rui Guerra**: — Agradeço.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — ... então, como eu não estou obrigado ao sigilo angolano, independentemente do nome dos clientes que referirei, vou perguntar-lhe como é que isto se processava, como é que se fazia. Como é que se conseguia dar 308 milhões de euros de crédito à Escom — não preciso que confirme, nem que desminta — em janeiro de 2013? Como é que se consegue, em junho de 2013, continuar a verificar um crédito, na Escom, de 144 milhões, e estou a falar em euros? Como é que se consegue atribuir um crédito de 195 milhões à Vaningo, de 111 à Cross Fund, de 109 à InovTrade, e por aí fora? São muitos mais. Aliás, o departamento de grandes riscos do BESA era interessante.

Pergunto-lhe — e não precisa de me dizer quanto em relação a nenhum cliente — como é que era o processo de avaliação da concessão de crédito no que toca aos grandes riscos?

Estou certo de que, apesar de não ter estado na atribuição destes créditos, porque a maior parte deles foi em 2012, o património integra o banco do qual depois foi CEO e, portanto, saberá explicar-nos como é que foi possível — sem garantias, na maior parte dos casos, e quando dava garantias sabemos, porque a KPMG nos disse, que eram falsas — um banco, sabendo tudo isto, lesava os seus próprios interesses para favorecer, por exemplo, a Escom, claramente a mais favorecida de todas.

Explique-nos como se fazia, mesmo que seja em tese, como já referiu algumas vezes.

O Sr. Dr. **Rui Guerra**: — Sr. Deputado, relativamente aos anos anteriores, tenho alguma dificuldade, mesmo que fosse em tese, em ajudá-lo, porque, de facto, não estava presente.

A verdade é que, e pensemos mais a partir de 2013 — e acho que não o ajudou muito —, tínhamos um departamento de risco em que qualquer proposta vinda dos comerciais, dos diversos segmentos, era devidamente avaliada por esse departamento, que tinha de fazer a sua própria proposta, seguir todos os canais e procedimentos nesse sentido, ir a conselho de crédito e ser, ou não, aprovada pelo dito conselho de crédito.

Anteriormente havia uma equipa também de risco...

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — O Dr. João Moita ficou no novo conselho de risco?

O Sr. Dr. **Rui Guerra**: — O Dr. João Moita ficou nos primeiros meses e, depois, quando houve a alteração do *governance*, em junho de 2013, saiu. Saiu ele e mais uma série de diretores. No total, saíram vinte e tal pessoas.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Por opção da direção?

O Sr. Dr. **Rui Guerra**: — Por opção dos próprios.

Eu estava a fazer referência a anos anteriores. De facto, havia o Dr. João Moita, quadro, que prezo, do BES, com experiência no risco, que tinha a sua própria equipa de técnicos e que terão feito as suas próprias análises e contribuído também para a decisão. É o que quero imaginar, mas não posso propriamente ajudar. Dos primeiros casos não posso...

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Eles fizeram as análises, mas não são eles que pagam as imparidades. Não são eles que pagam o dinheiro que desapareceu!

O Sr. Dr. **Rui Guerra**: — Sr. Deputado, cada caso é o seu caso. Não vou dizer que não possa haver casos em que, quando os avaliamos inicialmente, não nos possamos enganar relativamente às expectativas futuras. Não estou aqui a defender, mas sei, efetivamente, que, em termos de experiência, por vezes, as nossas expectativas não são as que depois se realizam.

Sobre estes casos, tenho de lhe dizer que será melhor perguntar à anterior gestão, porque eu tenho dificuldades em responder.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Repare, não é melhor perguntar à anterior gestão, porque a anterior gestão é reconhecida por todos como quem praticou estas avaliações de risco absolutamente descabidas. Portanto, é muito melhor perguntar a quem chegou lá a seguir e diz que as detetou, mas que, pelos vistos, não nos quer descrever os procedimentos.

O Dr. Rui Guerra diz-nos que quando lá chegou aquilo era um descalabro, ninguém sabia quem eram os beneficiários dos créditos, enfim... Portanto, a melhor pessoa...

O Sr. Dr. **Rui Guerra**: — Acho que foi o Dr. Ricardo Salgado que disse isso.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Mas a sua intervenção de hoje e as várias intervenções que fez também mostram que no passado é que havia problemas e que os foi lá sanear. Então, ninguém melhor do que quem foi sanear os problemas para nos explicar quais eram esses problemas.

Não o posso obrigar, mas tem de ficar registado que não consegue descrever-nos quais eram os procedimentos de avaliação de risco antes de janeiro de 2013.

Termino, porque o meu tempo se esgotou, com a seguinte pergunta: tendo em conta as reservas e as ênfases do relatório da KPMG, tendo em conta as imparidades verificadas na carteira de crédito, tendo em conta os vossos próprios reportes internos de evolução da carteira de créditos, de que apenas temos uma versão consolidada na apresentação das contas de 2012/2013, qual era exatamente o tipo de articulação que era feita com o Banco Nacional de Angola? Não que aqui fiscalizemos esse Banco, mas é importante percebermos se as fronteiras entre as jurisdições garantem alguma segurança na gestão de instituições financeiras privadas, porque o enquadramento político e jurídico também tem de ter isso em conta.

Pergunto-lhe, por exemplo, perante este aval da KPMG com várias ênfases e reservas em 2013, relativas a 2012 e 2013, quais foram as ações, de que tenha conhecimento, levadas a cabo pelo Banco Nacional de Angola e, já agora, pelo Banco de Portugal, porque presumimos que a KPMG tenha dado, aliás, a KPMG disse-nos que deu, conhecimento destas ênfases e reservas ao Banco de Portugal, tanto quanto me recorde.

O Sr. Dr. **Rui Guerra**: — Sr. Deputado, relativamente à informação que é dada...

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Mesmo que não tenha dado, elas são públicas!

O Sr. Dr. **Rui Guerra**: — Com certeza.

A informação que é dada ao BNA também é informação mensal perante critérios que são ligeiramente diferentes daqueles que existem aqui, em Portugal. Em termos dos critérios valorimétricos e contabilísticos em Angola, eles, de facto, estão numa fase ainda diferente dos que existem em Portugal. Em Angola, não existem os IAS, os IFRS, tal como existem aqui,

e isso implica uma avaliação do crédito e do envio da informação correspondente diferente. Ou seja, tal e qual como existia aqui, em Portugal, há vários anos, é numa ótica muito mais em termos regulamentares e não tanto de olhar para cada crédito numa ótica de imparidade económica.

Essa informação era enviada para o BNA e eles teriam a capacidade de fazer as suas próprias avaliações a partir de, digo, 2013.

Relativamente às reservas feitas pela KPMG em 2011, como disse há pouco, tomei conhecimento no final de 2012 ou no início de 2013 e, depois, do relatório de 2012, em junho.

Em relação a relatório de 2012, recordo-me perfeitamente de fazer a entrega do mesmo ao BNA e de termos conversado sobre o tema. De facto, era um tema que trazia preocupações acrescidas porque o próprio relatório, se bem me recordo, não estou a dizer que era melhor ou pior do que o de 2011, ia um pouco mais longe relativamente a algumas das suas próprias reservas e ênfases.

Recordo-me perfeitamente de termos iniciado uma conversa relativamente a isso e de também ter feito a devida explicação de que, a partir de julho ou agosto, na prática foi agosto, finalmente, tínhamos tido a oportunidade de fazer o dito trabalho sobre a carteira de crédito e que acreditávamos que, proximamente — e foi isso que, de certa forma, veio a acontecer até ao final do ano —, teríamos algo mais concreto para poder falar também com o BNA em relação àquilo que íamos vendo ao longo do tempo. E foi isso que, de certa forma, aconteceu.

Relativamente ao passado, não sei bem, Sr. Deputado.

*Entretanto, assumiu a presidência o Vice-Presidente José Magalhães.*

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, quer concluir?

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Ficou só uma questão por responder, Sr. Presidente.

O que é o que o BNA fez e, já agora, o que é que o Banco de Portugal fez também junto do BESA?

O Sr. Dr. **Rui Guerra**: — Relativamente ao de 2012, como há pouco fiz referência, houve uma relação e uma cooperação muito grande com o BNA e, de certa forma, relativamente às questões de que falávamos há pouco, foi por aí que começou o despoletar de soluções que tínhamos no final do ano para poder ter a dita garantia ou não garantia, porque poderia não ter havido garantia, ou outra solução. Começou aí a conversa com o BNA.

A partir desse momento, posso garantir que houve uma grande proatividade entre o BESA e o BNA relativamente a todos e mais alguns aspetos, mas agora o ponto que me está a colocar é o da carteira de crédito.

No que diz respeito ao Banco de Portugal, não sei. Penso que a KPMG terá explicado, mas, efetivamente, os critérios da KPMG em Angola regem-se pelo CONTIF, ou seja, pelos critérios do BNA, que são diferentes dos IAS e dos IFRS, a que há pouco fiz referência. Penso que terá tido isso em consideração, mas não considerou — e estou a falar de uma forma muito simples — para efeitos de consolidação nas contas do BES e, por inerência, para o Banco de Portugal. Mas não sei que tipo de relação e de informação foi dada pela KPMG ao Banco de Portugal, nem sei se foi dada alguma informação.

O Sr. **Presidente** (José Magalhães): — Não sei se entendi bem, mas referiu que foi aí que nasceu a discussão sobre a eventual necessidade de uma garantia? Ou entendi mal?

O Sr. Dr. **Rui Guerra**: — Diria que aí se despoletou um pouco as conversas relativamente às dificuldades da carteira de crédito. O trabalho que estávamos a começar a desenvolver para inventariação de toda a documentação, de todos os falhos de créditos, do sistema informático, tudo isso foi despoletado nessa altura, no 2.º semestre de 2013. Sinceramente, não me recordo exatamente da data, Sr. Deputado.

O Sr. **Presidente** (José Magalhães): — Sr.<sup>a</sup> Deputada Mariana Mortágua, tem a palavra.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, começo por cumprimentar o Dr. Rui Guerra.

Uma questão de metodologia prévia: o que é que determina exatamente o segredo bancário angolano?

O Sr. Dr. **Rui Guerra**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, não tenho aqui a lei, mas aquilo que tenho presente, e já tive pareceres sobre isso, é, efetivamente, a vida interna da instituição, em último caso, e tudo o que tenha a ver com nomes de clientes. Mas pode estar a escapar-me aqui alguma coisa.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — A minha pergunta, que pode, eventualmente, ser de leigo, e será, é a de saber se a divulgação de nomes de clientes e de empresas de uma assembleia geral é, em si, uma violação do segredo bancário, ou não.

O Sr. Dr. **Rui Guerra**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, de acordo com o parecer que tive, é. Portanto, gostaria de manter esta posição.

*Pausa.*

Sr.<sup>a</sup> Deputada, percebi agora a sua pergunta, pelo que peço imensa desculpa.

De acordo com o parecer que tivemos na altura — mas, atenção, não fui eu que elaborei a ata — de facto, não seria contra a lei. Penso que houve informação, na altura.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Uma vez que essa ata é pública, confirmar-nos-á o que está nessa ata.

O Sr. Dr. **Rui Guerra**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, a ata não era pública, virou pública por motivos... Porque é assim mesmo e pode acontecer.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — O que quer dizer que é pública.

O Sr. **Presidente** (José Magalhães): — Pelo menos, publicada, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — É porque entramos sempre nuns esquemas complicados...

Se os nomes são ditos numa assembleia geral perante várias personalidades, muitas delas já nos confirmaram aqui que a ata está correta, pelo menos, gostaria de tentar por essa via conseguir alguma referência do Dr. Rui Guerra, nem sequer que seja abrangente... É que nós assistimos à caricata situação de ter mais pessoas que vêm aqui admitir que fugiram ao



fisco do que pessoas que violam o segredo bancário. E isto, mais uma vez, não tem a ver diretamente ao Dr. Rui Guerra, mas acontece frequentemente as pessoas virem aqui dizer: «Ah, foi para fugir ao fisco». Violar o segredo bancário é que não, porque a lei é muito dura para com quem viola o segredo bancário.

Vou passar diretamente às questões que interessam e peço-lhe que responda àquilo que for possível.

Estes 2 biliões, ou 1000 milhões de crédito malparado, que só foram descobertos mais tarde — e, há pouco, quando respondeu ao Deputado Pedro Nuno Santos referiu isso —, por que é que não estavam refletidos nas contas se eram malparados? Será que não se percebeu que estes créditos eram créditos maus porque as suas garantias, que se pensava serem boas, não eram boas?

O Sr. Dr. **Rui Guerra**: — Também pode ter acontecido isso.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — E quando é que isto começa a acontecer? Qual é o exato momento em que se apercebem que, por falta de documentação, ou por falta de garantias, ou por sobreavaliação de garantias, ou por incapacidade dos devedores de pagar, há um problema na carteira de créditos?

O Sr. Dr. **Rui Guerra**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, primeiro, de facto, a partir de certo momento, sentimos que tínhamos que fazer uma avaliação bem mais profunda da carteira de crédito do que pensávamos inicialmente.

Segundo aspeto, relacionado com o primeiro, é óbvio que, a partir de certa altura, começámos a sentir que os níveis de incumprimento, e isso sente-se através das entradas de *cash-flow*, estavam a aumentar indiciando que algo não se estaria a passar da forma mais correta.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Repare, Dr. Rui Guerra, eu perguntei-lhe a partir de que momento e o Dr. Rui Guerra responde-me «a partir de certo momento procederam a uma avaliação», «a partir de certa altura achámos».

Eu perguntei-lhe exatamente qual o momento — a data, o mês. É que a resposta «certo momento» e «certa altura» é exatamente aquilo que já sabemos que aconteceu, ou seja, houve um certo momento em que se aperceberam que a carteira podia ter problemas e houve uma certa altura em que acharam que era preciso fazer uma avaliação mais aprofundada. Mas qual é o momento e qual é a altura?

O Sr. Dr. **Rui Guerra**: — O momento em que isso ocorreu, penso que há pouco o disse, foi no 2.º semestre de 2013.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — E, antes disso, não havia nenhuma evidência de que o Banco não estivesse a cumprir os requisitos mínimos em termos de contratos, de confirmações de garantia, de todo o tipo de requisitos para conceder crédito?

O Sr. Dr. **Rui Guerra**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, efetivamente, a forma como os sistemas informáticos e também os *files* estavam organizados dificultavam-nos muita a vida nesse sentido e a realidade é que, relativamente às contas de 2012, a própria KPMG, que só finalizou o seu relatório em junho de 2013, veio a confirmar isso.

Como há pouco fiz referência, com base nesse mesmo relatório da KPMG, nós, efetivamente, associada à dita questão de alguma insuficiência de *cash-flow*, que, em alguns casos, tínhamos dificuldades até em justificar, volto a dizer, por razões do próprio sistema informático, sentimos

necessidade de fazer esse trabalho exaustivo sobre a carteira de crédito, sobre os procedimentos, as políticas, os fluxos financeiros e os contratos... Foi um trabalho abrangente e dele demos conhecimento, como há pouco estava a dizer, às autoridades e, também, à KPMG, agora estou a recordar-me.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Portanto, a necessidade de avaliar a carteira de créditos surge de uma insuficiência financeira, ou seja, estão com problemas financeiros e apercebem-se que parte deste problema vem de uma carteira de crédito que não está a gerar as receitas ou os *cash-flows* necessários. É isto?

O Sr. Dr. **Rui Guerra**: — Também.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Mas alguma vez houve internamente indícios, queixas, por parte de acionistas ou clientes, relativamente ao procedimento do Banco na sua concessão de crédito?

O Sr. Dr. **Rui Guerra**: — Não, de acionistas ou de clientes não tenho bem presente.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — E de outras pessoas que não acionistas ou clientes? Houve, alguma vez houve, alguma queixa contra os procedimentos, ou só chegaram à conclusão de que havia alguma coisa errada quando se aperceberam que não estava a entrar tanto dinheiro como era suposto?

O Sr. Dr. **Rui Guerra**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, que me recorde, pelo menos, à minha pessoa, de quem quer que seja, acionista ou cliente, não tenho ideia de terem chegado queixas nesse sentido.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Mas confirma que, depois com a avaliação que fizeram, havia, por exemplo, decisões de crédito tomadas unicamente por Álvaro Sobrinho?

O Sr. Dr. **Rui Guerra**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, eu gostaria de, dentro das limitações que tenho, não responder a isso.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Eu não sei em que é que isto viola o segredo bancário, a não ser quando dizem que Angola tem uma visão abrangente do segredo bancário. Mas «abrangente» não me parece um conceito jurídico muito bem delimitado.

Há uma ata que diz que há decisões tomadas unicamente por Álvaro Sobrinho. Segundo a notícia do *Expresso* e segundo essa mesma ata, terá sido o Dr. Rui Guerra a confirmar esta informação.

Não me parece que seja muito difícil confirmar-me se havia ou não decisões de crédito tomadas por pessoas individualmente, sem passar pelos procedimentos. É que isto é o mínimo de informação que precisamos para confirmar uma ideia já muito...

O Sr. Dr. **Rui Guerra**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, a verdade é que, neste caso, entro mais no tema da dita atividade interna do Banco, que eu, sinceramente, gostaria de evitar, dentro das limitações.

O que eu senti foi obrigatoriedade de, como há pouco fiz referência, desde o primeiro minuto, impor determinado tipo de regras, seguindo as

melhores práticas internacionais, no sentido de que isso pudesse ajudar a que o Banco, no futuro, tivesse a melhor das *performances* a esse nível.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Tem conhecimento se José Guilherme era ou não um grande devedor do BESA e, em segundo lugar, se vendeu imóveis a fundos geridos pelo BESA?

O Sr. Dr. **Rui Guerra**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, estou, outra vez, limitado, peço-lhe desculpa.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Tivemos a informação de que terá sido ameaçado quando entrou no BESA. Confirma esta informação?

O Sr. Dr. **Rui Guerra**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, essas questões são muito pessoais, não sei se têm grande interesse para a Comissão de Inquérito, mas poderei dizer que, efetivamente, de tudo o que vivi em Angola foram mais os aspetos positivos do que os negativos, mas na vida, às vezes, ocorrem aspetos negativos.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Mas sofreu pressões por ir para o BESA tentar impor algum tipo de procedimentos internacionalmente aceites e que contrariavam um tipo de práticas que eram rotineiras na casa, nessa altura?

O Sr. Dr. **Rui Guerra**: — Volto a dizer que são temas que, para mim, são quase pessoais, são mesmo muito pessoais. Pressões existem em todo o lado, Sr.<sup>a</sup> Deputada, e, quando estamos num processo de mudança, vamos ver isso dessa forma — de procedimentos, de *turnaround*, de novos negócios, de novas dinâmicas —, por vezes, há algumas incompreensões,

umas melhores, outras piores. Mas volto a dizer que tudo aquilo que vivi de muito positivo ofusca completamente algumas questões menos boas, mas mesmo as menos boas vivi bem com elas.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Por declarações de Ricardo Salgado e também através das atas, sabemos que acionistas, nomeadamente os Generais Hélder Vieira Dias e Leopoldino Nascimento, estavam descontentes com a gestão de Álvaro Sobrinho. Consegue dizer-me se isso era verdade e porquê?

O Sr. Dr. **Rui Guerra**: — Não sei. Se o Dr. Ricardo fez essa menção...

Podia repetir a pergunta para me ajudar?

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Temos vários indícios, inclusive depoimentos do Dr. Ricardo Salgado, quando aqui esteve, de que havia gente descontente com a gestão de Álvaro Sobrinho, nomeadamente acionistas do BESA, ou seja, generais, e há aqui dois nomes que são frequentemente citados, o General Leopoldino Nascimento e o General Hélder Vieira Dias.

O Sr. Dr. **Rui Guerra**: — O que posso afirmar é que tenho conhecimento que, perante a mudança de paradigma no BESA, em termos de um novo plano estratégico e de uma nova equipa, houve todo o apoio por parte dos acionistas de referência do BESA, de entre os quais existem duas empresas que são conhecidas e que, no fundo, deram todo o apoio a essas alterações.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Quer dizer que estavam indispostos com a gestão anterior?

O Sr. Dr. **Rui Guerra**: — Ou, pelo menos, queriam uma mudança.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — E o que é que levava estes generais a querer uma mudança no BESA?

O Sr. Dr. **Rui Guerra**: — Penso que, na altura, como referi, houve a consciência de que, face aos indicadores que o Banco estava a ter, era preciso alterar a estratégia do mesmo e ir à procura de outros *targets* em termos de clientes. Aliás, há pouco, fiz menção aos ditos *affluents*, às empresas, à necessidade de haver uma maior capilaridade do Banco, de, no fundo, ir à procura de ser um banco que prosseguisse a sua atividade, seguindo aquilo que expectava do grande crescimento da atividade da economia angolana e que com isso se pudesse inverter a situação em que o Banco se encontrava.

Naquela altura, a consciência era a de que havia não só um rácio de transformação que indiciava alguns problemas, mas também problemas de liquidez a resolver.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Por que é que é decidida a intervenção no BESA?

O Sr. Dr. **Rui Guerra**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, é uma pergunta objetiva e dar uma resposta objetiva não é fácil.

Como há pouco fiz referência, e são dados públicos, o Banco ia num determinado tipo de evolução e quero pensar que, efetivamente, algumas notícias, algumas turbulências vindas daqui, do lado de Portugal e do BES,

possam ter ajudado a que pudesse ter havido uma avaliação diferente daquela que senti até meados do ano por parte, neste caso, das autoridades angolanas, no que diz respeito ao seguimento do BESA e ao apoio que tínhamos.

Com isto, não estou a dizer que não tive sempre apoio; senti foi que em julho a situação, de certa forma, se inverteu, quer a nível dos clientes, quer de uma forma generalizada, o que não quer dizer, mais uma vez, que possa ter havido uma causa/efeito com o que se passou no dia 3 de agosto, em Portugal. Mas é uma verdade que a partir de julho, também penso que é público, por parte do BNA houve um pedido de um aumento de capital para o Banco e, posteriormente, houve uma resposta negativa do Dr. Vítor Bento, enquanto CEO do BES, que foi aquela que entendeu que deveria dar.

Diria que, depois, houve dias muito difíceis. Quando a Sr.<sup>a</sup> Deputada, há pouco, estava a falar noutra tipo de problemas, digo agora, até para mim próprio, aí sim, foram problemas quando começámos a ver os depósitos a sair, a ter problemas de liquidez diários complicados, a ver a situação bem mais difícil e a gerir, de facto, a situação.

Admito que essa última semana foi uma semana muito complicada lá. Percebi que cá também, mas estava a milhares de quilómetros, e admito que possa ter havido alguma influência.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Em que dia exato é que lhe foi comunicada a intervenção no BESA?

O Sr. Dr. **Rui Guerra**: — Foi-me comunicada no dia 4, às 7 horas da manhã. Pediram-me para estar numa reunião às 7 horas da manhã, no dia 4, e foi nessa hora que me informaram.



A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Em março e abril, vendeu dois lotes de ações do BES, segundo sabemos, de 250 e de 199,1 mil títulos do BES, com um encaixe, segundo sabemos, de 588,4 mil euros. O que é que o levou a vender as ações do BES, em março e abril?

O Sr. Dr. **Rui Guerra**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, mais uma vez, são temas pessoais, mas terei todo o gosto em responder.

Em primeiro lugar, enquanto quadro do BES, eu, como todos os outros, ao longo de variadíssimos anos, usufruímos de algo que se chamava SIBA, que é um Sistema de Incentivo Baseado em Ações, ou seja, eu e os meus colegas, por critérios da administração, iríamos recebendo ações do BES a título de remuneração variável — no fundo, era isso — com um determinado tipo de critérios, nomeadamente durante um determinado tipo de tempo não poderíamos dispor das ações, não as poderíamos vender.

Portanto, eu diria que uma boa parte dessas ações advém do SIBA, outra parte advém de investimentos da minha própria pessoa. Eu, acreditando no BES, ao longo de anos, fiz determinado tipo de investimentos no BES, sendo que tinha um *target* na minha cabeça, como sempre tenho, relativamente a que preço e a que remuneração eu deveria ter em relação a esse tipo de investimentos e no início do ano, nas datas a que fez referência, achei que se tinham atingido esses níveis e, de forma fria e económica, decidi vender. Não foi por outro tipo de motivos; foi meramente uma decisão económica e pessoal.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Por causa do preço das ações ou porque sabia da instabilidade do Grupo?

O Sr. Dr. **Rui Guerra**: — Pelo preço das ações.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Volto à garantia soberana. Álvaro Sobrinho disse aqui que a garantia soberana tinha um anexo onde estavam discriminados todos os créditos e, portanto, que não era verdade que não houvesse informação sobre os créditos e os seus beneficiários. Isto é verdade ou é mentira?

O Sr. Dr. **Rui Guerra**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, existiam dois anexos. Como há pouco fiz referência, o facto de existirem os ditos anexos com os nomes dos mutuários não querará dizer que possamos, em alguns casos, sim, noutros não, conhecer quem são os últimos beneficiários dessas mesmas empresas. Se é isso que me está a perguntar...

Existia o anexo e existia o anexo da componente imobiliária que identificámos e pode ter havido algumas situações que careciam de uma informação adicional.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — E, quando essa garantia é determinada e decidida, que parte desses créditos é que já estavam em incumprimento?

O Sr. Dr. **Rui Guerra**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, há pouco acho que me alarguei um bocado, sinceramente, e procurei ir em busca da minha memória e falei num valor em dólares...

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — A garantia era de 5000 milhões de dólares. Correto?

O Sr. Dr. **Rui Guerra**: — De 5,7.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — E desses 5,7, havia 2000 milhões que, quando a garantia é passada, já estão em incumprimento. É isto?

O Sr. Dr. **Rui Guerra**: — Que estavam em incumprimento, sim.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — E o Governo angolano sabia disto?

O Sr. Dr. **Rui Guerra**: — Certo. Já agora, deixe-me fazer uma referência para nos ajudar, porque corro o risco de estar a fazer uma afirmação que pode ser mal interpretada.

O ter algo em incumprimento não quer dizer que não nos possamos sentar com o cliente e reestruturar o crédito e passar a recebê-lo. Agradeço que me deem a oportunidade de dizer isto e outras coisas de que me vá lembrando em termos técnicos, porque, senão, pode haver outro tipo de interpretações.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Estamos habituados a que normalmente os gestores privados tenham uma visão muito diferente da reestruturação da dívida daquela que têm muitos primeiros-ministros e responsáveis por países. É muito mais prática.

Dessa garantia que, entretanto, foi cancelada, mas que tinha um conjunto de créditos associados, qual é a percentagem de recuperação desses créditos? Isto para percebermos se esses 2,2 foram recuperados ou não foram recuperados e dos 5,8 o que é que foi recuperado e o que é que não foi recuperado, o que é que está dado como perdido e o que é que se vai recuperar.

O Sr. Dr. **Rui Guerra**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada Mariana Mortágua, vou responder-lhe como posso e da forma que acho correta, isto porque a minha avaliação pessoal, entretanto, foi ultrapassada por um fator que é público.

Houve a intervenção do BNA, houve, de facto, trabalhos muito apurados por parte do BNA, secundados por um consultor para o efeito e que, efetivamente, chegaram à conclusão de que havia capacidade de sanear o Banco, com a qual fiquei muito contente, porque sempre estive convencido de que isso era possível, perante determinado tipo de modelo que encontraram, e a verdade é que, é público, chegaram à conclusão de que para o saneamento do Banco era necessário um *right off* próximo de 5 biliões de dólares.

Portanto, de certa forma, respondo à sua pergunta com este facto.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Basicamente, a totalidade do montante garantido pelo Estado angolano acabou por ser de créditos malparados — quase a totalidade, sobram 800 milhões de dólares. É isso?

O Sr. Dr. **Rui Guerra**: — Créditos e imobiliário. Há uma componente imobiliária.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Isto dá-se antes da crise atual angolana do preço do petróleo, e por aí adiante. Partindo do princípio de que não houve uma série de gente a ir à falência em três meses, desde que se fez a avaliação dos 2,2 biliões de crédito em incumprimento e até ao momento em que se descobriu que aquilo era tudo crédito malparado, quer dizer que aquela carteira era toda má, desde o início. Toda ela! Ou não tinha garantias reais que pudessem ser penhoradas caso houvesse incumprimento, ou os devedores não tinham capacidade de pagamento. É isto que se pode concluir, não é?

O Sr. Dr. **Rui Guerra**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, grosso modo, era uma carteira, como há pouco disse, bem difícil em termos da sua recuperação.

Mas, além daquilo a que há pouco fiz referência, e porque me sinto na obrigação já que não fujo à responsabilidade do que quer que seja, enquanto gestor, daquilo que vi e que fiz, sempre com a tentativa do melhor, devo dizer que a verdade é que tudo isto foi devidamente escrutinado por inspeções do BNA e por auditorias da KPMG com o maior dos detalhes.

Em junho, houve uma auditoria muito especial — e, sinceramente, ainda bem que a houve — por parte de uma empresa das *big four*, das quatro principais, da Ernst & Young, associadas ao AQR, que estiveram também quatro semanas no BESA e que também viram o que quiseram ver ao longo de 2014 e, depois, houve a dita intervenção.

Estou a falar nos valores de saneamento, mas não queria que isto também ficasse sem ser do seu conhecimento, porque, efetivamente, houve este tipo de avaliações por entidades independentes e nenhuma delas manifestou outro tipo de avaliações que não fossem um pouco estas que tenho estado a dizer, ou seja, que havia grande dificuldade relativamente à carteira de crédito. Eles viram crédito a crédito, só não viram o que não quiseram.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Estas dificuldades não foram identificadas pelas auditoras. É isso que está a dizer-me?

O Sr. Dr. **Rui Guerra**: — Não, não. Foram devidamente identificadas e validadas, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — E é no final dessa validação que se descobre que a carteira não vale nada? É que fiquei confusa.

O Sr. Dr. **Rui Guerra**: — O que estou a dizer é que há a passagem de uma garantia soberana e que essa mesma garantia soberana foi devidamente validada, crédito a crédito, por estas entidades que acabei de referir. Não estou a dizer que foram todos, mas que, efetivamente, a grande percentagem foi; esses validaram crédito a crédito e tiveram a hipótese de aferir e de atestar da dificuldade desta carteira de crédito. Ou seja, a garantia não aconteceu por qualquer razão extraordinária, mas porque havia, de facto, dificuldades.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Então, no momento em que a garantia é passada, o Governo angolano, o BESA e as auditoras tinham a perfeita noção de que há 5,8 mil milhões de dólares que são créditos maus?

O Sr. Dr. **Rui Guerra**: — Créditos com dificuldades. Muitos posso classificar de maus; outros necessitam de outro tipo de...

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Se, entretanto, me disse que, depois, se percebeu que 5000 milhões eram irrecuperáveis, quer dizer que não tinham dificuldades, eram maus. A realidade comprovou que eram maus, de facto, porque os 5,8...

O Sr. Dr. **Rui Guerra**: — Certo, mas, como lhe disse, há uma parte, e penso que isso é público, que não é só crédito, é também imobiliário. Há uma parte de imobiliário. Mas é só uma questão de detalhe.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — As auditoras viram e comunicaram isto ao BESA e ao Governo angolano, ou seja, que a carteira era toda de créditos muito dificilmente recuperáveis? Ou não viram parte desta realidade e, como há pouco disse, só não viu quem não quis e porque não quis? Foi o que disse há pouco...

O Sr. Dr. **Rui Guerra**: — Disse, mas deixe-me, então, complementar de outra forma.

Viram a carteira, se não a 100%, próximo dos 100%, ao nível da inspeção que houve do BNA, que a fez durante três meses, e da KPMG.

No que diz respeito à inspeção por parte da Ernst & Young, aí, de facto, foi um *set* do crédito, uma parte inferior, e a sua atuação incidiu mais na parte que não estava sob a garantia soberana, mas, mesmo aí, viram.

Portanto, estou a dizer que houve entidades independentes devidamente qualificadas que fizeram esse tipo de avaliação ao longo do tempo.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Portanto, o Governo angolano sabia que estava a garantir uma carteira de crédito dificilmente recuperável e que estava a entregar 5000 milhões de dólares ao BESA?

O Sr. Dr. **Rui Guerra**: — Sabia que era uma carteira com dificuldades e que teríamos de encontrar as melhores soluções em termos de reestruturações para que o BESA pudesse encontrar um modelo associado à garantia que permitisse a solvabilidade do Banco ao longo do tempo.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Qual era o problema de recuperabilidade desses créditos? Falta de garantias, incapacidade das

peças de pagar os empréstimos, azar, sobreendividamento, empresas *offshore* em que não era possível encontrar beneficiários que fizessem face aos pagamentos? O que torna esta carteira de tão difícil recuperabilidade?

O Sr. Dr. **Rui Guerra**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, eu diria que enunciou uma série de fatores que todos eles, em conjunto, uns mais associados a determinado tipo de mutuários ou não, que justificam as diversas situações anómalas, ou seja, em que as empresas teriam dificuldades em ter a sua própria atividade para poder repagar em tempo útil os empréstimos, outras... De facto, houve uma série de dificuldades, não muito normais, quando estamos a falar de um âmbito e de um espectro tão grande.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Só me cabe perguntar se Álvaro Sobrinho ainda deve dinheiro ao BESA.

Não tenho mais perguntas, a não ser que queira responder a esta.

O Sr. Dr. **Rui Guerra**: — Não. Muito obrigado.

O Sr. **Presidente** (José Magalhães): — Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Pacheco.

O Sr. **Duarte Pacheco** (PSD): — Sr. Presidente, Caros Colegas, Sr. Dr. Rui Guerra, quero agradecer a sua presença e disponibilidade para estar connosco.

Quando chegamos a este momento, muitas vezes estamos já numa situação relativamente frustrante, porque muitas das questões já foram colocadas, com muita habilidade, por sucessivos Srs. Deputados, que tentam colocar as mesmas questões de forma diferente para ver se obtêm resposta, mas o Dr. Rui Guerra tem uma capacidade de estar dentro da



«fortaleza» própria das regras a que se estabeleceu e, automaticamente, a não prestar os esclarecimentos que desejávamos obter, de acordo com as regras que acha que tem de respeitar.

No entanto, ainda vou insistir em duas ou três perguntas, pode ser que tenha mais sucesso, e também tratar de uma matéria que, porventura, ainda não foi abordada e sobre a qual gostaria de colocar questões.

Ainda quanto a razões históricas, digamos assim, sobre algo que antecedeu a sua chegada ao BESA, em primeiro lugar, diria que, em tese, uma carteira de crédito em que 80% se torna incobrável não terá respeitado critérios de prudência no momento em que foi estabelecida.

O Sr. Dr. **Rui Guerra**: — Sr. Deputado, se estamos em tese, também posso dizer que sim, mas também posso dizer... Vamos lá ver: pode ter colapsado uma boa parte de determinado tipo de setores. Em tese, pode *n* coisas suceder.

Tal como o Sr. Deputado disse, têm sido feitas diversas perguntas, não só hoje como, admito que sim, em outras audições — não as tenho ouvido na totalidade — em que teremos de admitir que, eventualmente, os procedimentos existentes poderiam ser um pouco mais apertados, no sentido de tentar precaver aquilo que muitas vezes sucede. É que, como há pouco estavam a dizer, temos determinadas expectativas perante créditos de médio e de longo prazos, e em alguns casos estamos a falar de créditos de cinco, sete anos — é normal isto acontecer, nomeadamente quando estamos a conceder créditos para um determinado tipo de setores —, e a verdade é que as economias, por vezes, não se comportam como pensamos.

Queria dar um exemplo atual. Em tese — agora, temos esta questão do «em tese» —, quem é que há dois ou três anos, diria eu, poderia estar a antecipar que, infelizmente — temos de dizer «infelizmente» e sinto muito —, a economia angolana estaria agora a passar por uma fase menos boa em

função de uma quebra do preço do petróleo? Ou seja, o que é que quero dizer com isto?

O Sr. **Duarte Pacheco** (PSD): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador.)*

O Sr. Dr. **Rui Guerra**: — Com certeza, Sr. Deputado.

Só estou a dizer que, efetivamente, nesse tipo de análise é bom e saudável normalmente ter alguns cenários mais pessimistas para que possamos precaver que alguma coisa possa não correr como inicialmente pensamos num cenário normal ou otimista — é só isso que quero dizer —, e que, portanto, possa ter ocorrido isso. Não quer dizer que tenha sido tudo maus procedimentos. É a isso que também quero fazer referência.

O Sr. **Duarte Pacheco** (PSD): — Mas a realidade é que o colapso dá-se antes dos problemas que hoje são sentidos pela economia angolana. Portanto, estar a querer invocar a realidade angolana em termos de crise para aquilo que aconteceu, isso é que nem em tese.

O Sr. Dr. **Rui Guerra**: — Mas não estou.

O Sr. **Duarte Pacheco** (PSD): — Segunda nota, temos por detrás sucessivas avaliações patrimoniais.

Queria que qualificasse as avaliações patrimoniais quer do património propriamente dito, quer do que era dado como colateral para a carteira de crédito que foi encontrar.

O Sr. Dr. **Rui Guerra**: — Sr. Deputado, em primeiro lugar, de facto, existe uma série de empresas em Angola, até internacionais, que prestam

este tipo de serviços em termos de avaliações de património, e pressupus património imobiliário.

O Sr. **Duarte Pacheco** (PSD): — Sim, sim!

O Sr. Dr. **Rui Guerra**: — Portanto, há que ter fé nos critérios dos mesmos, sendo empresas nas quais continuo a acreditar mas que possam — e sei onde quer chegar —, em alguma fase, ter avaliado alguns ativos por valores superiores àqueles que depois se vieram a revelar serem os reais.

Quanto à outra questão... Agora perdi-me um pouco, peço imensa desculpa.

O Sr. **Presidente** (José Magalhães): — Sr. Deputado, pode repetir a pergunta?

O Sr. **Duarte Pacheco** (PSD): — Quanto ao património, a questão era sobre que tipo de avaliação era feita.

Em termos de colaterais para a carteira de crédito, perguntei-lhe se achou tudo normal e correto em termos de procedimentos pelas empresas avaliadoras e pelo próprio Banco, quando aceitou aquele património que, pelos vistos, estava só...

O Sr. Dr. **Rui Guerra**: — Dá-me licença, Sr. Deputado?

O Sr. **Duarte Pacheco** (PSD): — Diga.

O Sr. Dr. **Rui Guerra**: — Há só uma particularidade que não sei se já foi aqui referida ou não, mas que é uma realidade também angolana e que, no fundo, vem complementar o que o Sr. Deputado está a dizer, que é

o seguinte: o registo de propriedade em Angola tem algumas dificuldades, precisa de umas ajudas, de umas melhorias.

E, nesse âmbito, a verdade é que é comum a maioria dos bancos poderem aceitar como colateral algumas hipotecas, ou promessas de hipotecas, ou promessas de penhor, porque é a forma de o mercado funcionar para que possa também, em alguns casos, contribuir para que, num cenário negativo, a situação possa não ser a mais adequada em termos da solvabilidade de um banco. Mais uma vez, pode acontecer. É uma realidade!

O Sr. **Duarte Pacheco** (PSD): — Podemos repetir que o critério da prudência levaria a ter mais cuidado no aceitar dessas garantias, vamos dizer assim.

Permita-me, ainda, duas perguntas.

Em primeiro lugar, como é que avalia o papel da auditora KPMG durante toda essa fase?

O Sr. Dr. **Rui Guerra**: — Daquilo que eu também entendi mais recentemente — tenho de ser pessoalmente claro e dizer que tenho grande apreço pela KPMG —, houve uma fase em que a KPMG tinha uma equipa, que não a equipa daqui, de Portugal, que não cheguei a conhecer, foi há muitos anos, mas quero acreditar que deveriam seguir os critérios internacionais, porque estamos a falar de uma firma internacional. Mas realmente não conheci essa equipa.

Sei que, a partir de 2011, passou a haver uma nova equipa, em função de alterações de *governance* da própria KPMG em Angola, e a haver a KPMG Angola. A KPMG Angola tem alguns *partners* — pelo menos, de um tenho a certeza — que estão sediados 100% em Angola. São pessoas que reputo de grande competência, que eu conheço, que

trabalharam no BESA em 2013 e em 2014 — é verdade que alguns até já conhecia anteriormente — e que, penso, fizeram todo o seu melhor em 2011 e em 2012 — eu não estive presente e não participei nesse trabalho —, no sentido de obter toda a informação possível para aferir a situação do BESA. Como há pouco também referi, há que entender que os critérios da KPMG Angola têm de se subscrever aos critérios valorimétricos e contabilísticos associados a uma coisa chamada CONTIF, que tem a ver com as regras do BNA, e que tem regras diferentes das regras existentes, por exemplo, em Portugal, que segue as IRFS e as IAS.

Portanto, neste caso, também acredito que, face às dificuldades dos sistemas, que são conhecidas e que também testemunhei, e às dificuldades de alguma informação interna no Banco, apesar dos esforços, as auditoras tiveram dificuldades em aferir a situação patrimonial do BESA, mas, por isso mesmo, testemunharam-no nas reservas e ênfases que puseram nos seus próprios relatórios.

Não sendo eu um especialista a 100%, tenho medo que isso não tenha justificado, de acordo com as regras, que tivessem de transpor isso, para efeitos das chamadas «imparidades económicas», em termos consolidados, no BES.

Penso que foi isso que, de certa forma, aconteceu.

O Sr. **Duarte Pacheco** (PSD): — Justificando, de algum modo, o comportamento da KPMG — e nada nos move contra a empresa em si —, o nosso raciocínio é muito simples: se as ênfases e as reservas são tantas, se já havia tanta dúvida e a realidade veio a confirmar o pior cenário, a questão que se coloca é a de saber se não teria sido mais prudente, dando um sinal muito mais claro, uma recusa de emissão de opinião, por exemplo. Isto em detrimento de deixarem as coisas avançarem e, depois, quando o «navio naufragou», limitarem-se a dizer que cumpriram procedimentos.

De facto, qual é o papel de uma empresa de auditoria? Se é, depois de «casa roubada», anunciar que ela foi roubada, muito obrigado! Então, para isso, as instituições escusam de estar a pagar o que pagam às empresas de auditoria. É pressuposto que elas deem um sinal muito claro, e, infelizmente, aqui isso não aconteceu.

Ainda como complemento sobre o histórico, refiro uma intervenção do Dr. Álvaro Sobrinho, sobre a qual gostaria que nos pudesse fazer a sua reflexão, quando sobre a exposição do BES ao BESA foi feita a referência de que esse dinheiro não tinha saído de Portugal. Esta foi uma das afirmações mais polémicas e eu gostaria de ouvir o seu comentário e a sua explicação sobre essa matéria.

O Sr. Dr. **Rui Guerra**: — Sr. Deputado, em primeiro lugar, eu não gostaria muito de comentar afirmações do Dr. Álvaro Sobrinho ou de outra pessoa. De qualquer forma, respondo com factos.

Aquilo que se me oferece dizer é que, se olharmos, mais uma vez, para aquilo que é público, para as contas do BESA e da sua evolução ao longo dos últimos anos, penso que, com alguma facilidade, percebemos que houve um crescimento do ativo numa forma mais expressiva do que o crescimento dos depósitos.

E como, efetivamente, em Angola não existem produtos complexos, se me permitem a expressão, nós conseguimos, porque não há mercado de capitais, não há securitizações, não há derivados, não há *swaptions*, não há aquelas coisas complicadas, financiar o ativo de três formas — e cada vez mais hoje e dia se diz que é por onde a banca deverá caminhar: através de depósitos, através de mercado interbancário nacional ou internacional ou através de capital.

Como o capital é escasso, o que normalmente sucede é que o financiamento de um balanço deverá ser através de depósitos, em função da

estrutura dos ativos mas sempre através de depósitos, e depois, também, do recurso a crédito interbancário quer local, quer internacional, que, em Angola, é possível.

Portanto, diria que, se olharmos para os números, volto a dizer, teremos de chegar à conclusão de que, efetivamente, a linha do BES — penso que foi esta a pergunta que o Sr. Deputado fez — serviu também, ao longo dos anos, para o crescimento da atividade do BESA.

A questão de saber se o dinheiro ficou ou não em Portugal, se me permite, é um tema diferente. Acho que, estruturalmente, tenho de fazer a referência de que vejo que o crescimento do BESA foi também feito através da linha do BES.

Mas, Sr. Deputado, se me permite, acho que também devo dizer, a bem de mim próprio, independentemente do epílogo final — e poderia omitir esta parte da conversa —, que, como é óbvio, ao longo de anos e anos, a partir de 2002 e 2003, vi o BES a apostar muito na sua própria área internacional, no crescimento da sua área internacional... E recordo-me de que, em 2005 e 2006, era público nas apresentações do BES que queria apostar no chamado «triângulo virtuoso». E o que era isto? Era um pouco Portugal/Espanha, Angola e Brasil e, portanto, de certa forma, ir à procura de mercados complementares, mas seguindo as afinidades que tinha, enquanto banco que tinha grande proximidade às empresas portuguesas. E por aqui passava também um apoio muito grande a Angola e ao BESA.

Portanto, ao longo de anos, vi que havia, de facto, um apoio por parte do BES, de uma forma assumida, relativamente a Angola e, como também disse há pouco, Angola esteve a crescer a dois dígitos, o BESA, por sua vez, também cresceu a dois dígitos e foi uma situação que encarei, na altura, e penso que a maior parte dos meus colegas, como normal e até, se me permite, saudável, no sentido de propiciar esse mesmo contributo para o

BES e também para as próprias empresas portuguesas terem um «ancoradouro» em Angola, que, se não fosse o caso, não teriam.

Voltando ao tema de saber se o dinheiro ficou ou não em Portugal, se me permite, acho que esse já é um outro tipo de análise.

O Sr. **Duarte Pacheco** (PSD): — Coloco a questão, porque a afirmação, de facto, podia levar à interpretação de que o dinheiro tinha ficado em Portugal por razões menos claras.

Mas aquilo que já aqui ouvimos e que, com a sua experiência no BES, gostaria que confirmasse é que, muitas vezes, essa linha de crédito do BES ao BESA servia para pagamento de exportações, como garantia de exportações de empresas portuguesas, e, automaticamente, o importador angolano faria o pagamento junto do BESA.

E, se isso assim fosse, de facto, aquela nota podia não ter saído, mas não é isso que é relevante; o que é relevante é que de duas, uma: ou o importador pagou ao BESA e, portanto, o dinheiro entrou no BESA, ou não pagou, o que é uma questão diferente, e não se pode tentar encontrar outra insinuação para o dinheiro da linha de crédito ter ficado em Portugal.

Gostava, pois, que confirmasse isto que acabei de dizer.

O Sr. Dr. **Rui Guerra**: — Sr. Deputado, penso que aquilo que está a afirmar me leva ao seguinte: uma questão é a das operações que tenham acontecido em Angola de comércio internacional ou outras, como há pouco também estava a referir, e até que ponto, volto a dizer, a linha do BES serviu ou não para financiar essa mesma atividade; outra questão é um tema sobre o qual eu não queria falar, mas acho que, de facto, já agora... O dinheiro estar ou não em Portugal, porque também o interpretei assim, é uma coisa chamada «contas de correspondente», «contas *clearing*», ou seja, a economia angolana, apesar dos esforços no último ano ou ano e



meio, é uma economia dolarizada e, portanto, estamos a falar de moeda estrangeira, isto é, a maior parte das operações é feita em moeda estrangeira, em dólares.

Sucedde que o BESA — tal como todos os bancos, mas, agora, estamos a falar do BESA — tinha o seu *bank clearing* e usava o BES como seu *bank clearing*. Portanto, todos os débitos e créditos que acontecessem por decisões tomadas em Angola, fossem quais fossem os produtos, e que implicassem moeda estrangeira, neste caso, dólares, tinham um espelho na sua própria conta, em Portugal, junto do BES.

Mas, se me permite, e depois posso dar-lhe um exemplo mais simples, a verdade é que o BES, ele próprio, também tem de ter um *bank clearing*, porque, de facto, os dólares não se liquidam em Portugal. Os euros liquidam-se na SIBS e no Banco de Portugal — não sei se isso mudou nos últimos dois ou três anos, mas era assim —, mas os dólares não se liquidam em Portugal.

O que eu quero dizer é que irmos em cascata, dizendo onde é que o dinheiro fica... A verdade é que, em último caso, o próprio BES também teria de fazer operações com o seu *bank clearing*, nos Estados Unidos, para poder, de certa forma, liquidar as suas operações e não me parece curial que possamos dizer que, no final, o dinheiro não saiu dos Estados Unidos, porque isso é, meramente, uma situação associada a contas *clearing*, as chamadas contas *nostro* e *vostro*.

Portanto, volto à minha resposta inicial, no sentido de que me parece normal que o crescimento do BESA tenha sido feito de uma forma assumida, face àquela que foi a sua estratégia, também pela conta de mercado monetário interbancário do BES. Eu diria que foi o que aconteceu.

O Sr. **Duarte Pacheco** (PSD): — Reiterando aquela que é a nossa interpretação, de que essa pode ter sido uma falsa questão, sobretudo para despistar as pessoas menos atentas...

O Sr. Dr. **Rui Guerra**: — Peço-lhe desculpa, mas aqui, de facto, não tenho limitações e não é uma questão de comentar; é que, de facto, as operações de comércio internacionais, primeiro, começam por ser operações que, historicamente falando, são das mais seguras em termos de operações bancárias, pois o nível de sinistralidade é comprovadamente baixíssimo e são geridas por uma entidade chamada, peço desculpa pela expressão, CCI, que é a Câmara de Comércio Internacional, desde os anos 30, que tem as suas próprias regulamentações, muito assertivas, porque, no fundo, conjuga toda a componente de fluxos financeiros com a parte documental, e a verdade é que consegue que os bancos possam servir de intermediários entre exportadores e importadores de uma forma muito saudável e, volto a dizer, as operações têm uma sinistralidade muito baixa.

Depois, diria também por dois motivos: primeiro, porque, de facto, ao estarmos a falar de comércio internacional, o que o exportador quer é entregar a mercadoria da melhor forma e o importador quer receber a mercadoria, vendê-la no seu próprio mercado e que esse circuito ande de uma forma eficaz e o melhor possível.

O segundo aspeto, já agora, relativamente ao seu comentário, é o de que estas mesmas regras internacionais, os chamados «Usos Uniformes», cuja última versão é de 2007, se não estou enganado, continuam a considerar a possibilidade de o banco emissor da dita carta de crédito poder ficar ou ficar normalmente com os documentos de expedição, os documentos portuários. O que é que isto quer dizer? Quer dizer que se estivéssemos em incumprimentos dessa forma tão alargada, o banco teria sempre oportunidade de dizer: eu não entrego ao importador os

documentos, os *bill of lading*, de maneira a que o importador possa receber os seus bens ou, como é óbvio, também pode ser prestação de serviços.

Portanto, estamos a falar de operações que não me parece que tivessem, e também nunca tive evidências disso, voltando, agora, um pouco aqui ao BES ou ao BESA, esses níveis de sinistralidade, segundo os quais, os importadores, em Angola, de uma forma genérica, não pagassem.

Mas, volto a dizer, em último caso, o BESA teria sempre um bocadinho a tal «bomba atómica» que ninguém quer usar mas que, muitas vezes, nos bancos, é muito útil, que é a de dizer: eu não entrego esta documentação e, portanto, a partir daqui, esta mercadoria é minha, do banco! Obviamente que os bancos não estão para receber mercadorias, não é esse o seu negócio, mas que isso ajuda, ajuda!

Mas o mais importante, se calhar, é aquilo que lhe respondi inicialmente: estruturalmente, tudo me leva a crer, por aquilo que vejo, que, efetivamente, houve necessidade de que a linha do BES servisse para o crescimento da atividade do BESA.

O Sr. **Duarte Pacheco** (PSD): — Uma outra área no BESA que merece também a nossa reflexão tem a ver com o BESA Actif, gestão imobiliária. Pode falar-nos um pouco sobre esse instrumento e o seu sucesso ou insucesso?

O Sr. Dr. **Rui Guerra**: — O BESA Actif é uma sociedade gestora de fundos de pensões e de fundos imobiliários. Enquanto fundo de pensões, penso que até é única no mercado e, sendo um mercado muito pequenininho, até corre normalmente, depois, enquanto fundos imobiliários, a BESA Actif, hoje, tem dois fundos: o BESA Património e o BESA Valorização — isto é público —, o primeiro dos quais foi lançado,

penso, em 2008 e o segundo em outubro de 2012, tendo recebido, como património, alguns ativos que estavam no balanço do BESA, e isto também é público.

Se a memória não me falha, em termos de ativos avaliados por avaliadores independentes, foram cerca de 790 milhões de dólares e 200 milhões de dólares de *cash*. Na prática, este Fundo nasceu com um valor, um NAV (*net asset value*) de cerca de 1 bilião de dólares.

O Sr. **Duarte Pacheco** (PSD): — Sr. Doutor, a partir do momento em que assumiu funções, apesar de ter tido administrações diferentes, a quem é que reportava? Junto do acionista, quem eram os seus interlocutores?

O Sr. Dr. **Rui Guerra**: — Bom, em primeiro lugar, tinha um Presidente do Conselho de Administração, que era o Eng.º Paulo Kassoma; em segundo lugar, enquanto acionistas tive uma relação muito próxima com o acionista local, e penso que o poderei mencionar sem qualquer tipo de problema, aliás, referi-o na declaração inicial, que era o Sr. General Leopoldino do Nascimento.

Do lado do BES, como referi, há pouco, era o Dr. Amílcar Morais Pires, a partir de 2012, que tinha o pelouro internacional e também o BESA. Penso que foi em abril ou maio de 2012 que isso ocorreu.

O Sr. **Duarte Pacheco** (PSD): — E reportou-lhes a realidade efetiva daquilo que estava a acontecer, sem nenhum paliativo e, portanto, ninguém pode argumentar desconhecimento sobre a verdadeira «bomba» que ali estava no BESA.

O Sr. Dr. **Rui Guerra**: — Sim, Sr. Deputado, dentro daquela que é a minha forma de estar, fui, ao longo do tempo, informando das dificuldades que ia encontrando e também das soluções que ia encontrando para as mesmas.

O Sr. **Duarte Pacheco** (PSD): — É que nós temos assistido aqui a muitos depoimentos em que as pessoas, de facto, não se lembram e desconheciam muitas coisas, mas, pelo menos, temos a certeza de que a estas duas pessoas, a quem reportou, transmitiu a realidade concreta da situação problemática com que se deparava e as soluções que ia encontrando.

Já no fim, quando surge a proposta de aumento de capital, que, depois, não foi aceite pelo BES, gostava de saber se foi ouvido e qual foi o seu papel nesse processo.

O Sr. Dr. **Rui Guerra**: — Sr. Deputado, não fui ouvido minimamente... Estamos a falar do aumento de capital de julho, Sr. Deputado?

O Sr. **Duarte Pacheco** (PSD): — Sim, sim.

O Sr. Dr. **Rui Guerra**: — Exatamente! Essa foi uma iniciativa do BNA, do Sr. Governador, que propôs essa medida de saneamento do BESA aos Srs. Acionistas e eu estive pelo meio, mas não tive qualquer ação sobre essa mesma... Na iniciativa do BNA, nunca! Nem na decisão dos Srs. Acionistas.

O Sr. **Duarte Pacheco** (PSD): — Era essa a questão. Quer dizer, nós percebíamos qual tinha sido o mecanismo, isto é, que tinha sido uma

solicitação do BNA e que os acionistas recusaram. Agora, estando o Sr. Doutor na administração do BESA e com uma ligação própria ao principal acionista, o BES, era natural que a sua opinião fosse relevante, que participasse no processo de tomada de decisão e, depois, a administração do BES decidiria em conformidade.

É esse seu papel que eu estava a questionar.

O Sr. Dr. **Rui Guerra**: — Não, de facto, não fui consultado.

O Sr. **Duarte Pacheco** (PSD): — Ainda sobre as contas, permita-me colocar-lhe duas dúvidas para, praticamente, terminar as minhas perguntas.

O Sr. Doutor já fez uma referência ao aumento do crédito a clientes, de 2012 para 2013, os cerca de 1000 milhões e todos nós percebemos que pode haver, de facto, crédito em cadeia e que acaba por ser oficializado já no ano seguinte, já sob a sua administração, mas que decorre de decisões anteriores, aliás, isto acontece com naturalidade.

Só que — e esta é a minha dúvida — em 2014, continua a aumentar, e, em cerca de sete meses, aumenta mais 500 milhões. Daí a minha pergunta: este aumento de 500 milhões, em 2014, é ainda decorrente da decisão anterior ou qual é a percentagem que já decorre da vossa decisão?

O Sr. Dr. **Rui Guerra**: — Sr. Deputado, pelos números que tenho, não confirmo esse valor. O número que tenho é que o crédito bruto subiu cerca de 200 milhões, em 2014, e não os 500 milhões a que fez menção.

Relativamente ao crédito, diria que são valores, a meu ver, razoáveis, face àquilo que, entretanto, também estava a acontecer no banco e a que, penso, já fiz referência, no sentido de que o dito plano estratégico estava a ser seguido, e com grande ênfase a nível de captação de depósitos, de tal modo que, em junho de 2014, estávamos, de forma acumulada, a ter um

crescimento de depósitos de 550 milhões de dólares, que, antes, até seria mais, mas, em junho, já estava a haver alguma saída de depósitos.

Portanto, houve algum crédito, porque, sendo nós um banco, também era impossível pararmos completamente o crédito. Posso dizer-lhe que, de certa forma, o que fizemos assumidamente foi — e até passámos isto, como teria de ser, quer em comissão executiva quer em conselho de crédito — seleccionar setores que fossem, na nossa ótica, mais saudáveis e também, em função do portfólio que já tínhamos, mais coerentes face àquilo que tínhamos.

E, em termos de produto, houve uma grande aposta no *leasing*, porque sentíamos, como continuo a sentir, que é um produto que, em Angola, tem um grande potencial, uma vez que consegue conciliar duas coisas: rendibilidade, e também rendibilidade ajustada ao risco, porque, pelo menos neste caso, nós ficamos com o bem no nosso balanço, o que não acontece, como há pouco estávamos a dizer, com as promessas de hipotecas e de penhores, que são um pouco mais difíceis; e, por outro lado, está muito ligado ao grande crescimento que sentimos em Angola do lado do comércio, um setor em que queríamos crescer, pelo que houve uma grande aposta a nível de *leasing* — aliás, diria que a maior parte, e não digo a totalidade, mas a maior parte, do montante que há pouco acabei de referir foi *leasing*.

O Sr. **Duarte Pacheco** (PSD): — Sr. Doutor, penso que poderemos confirmar os valores — e o Doutor, porventura, até por escrito numa eventual resposta poderá fazê-lo —, porque as informações que decorrem do relatório da KPMG, em 4 de agosto, dão-nos um crédito a clientes de 7200 milhões de euros, face a 6754 milhões de euros, no fim de 2013, ou seja, um aumento de cerca de 500 milhões em sete meses, o que significava que, se continuasse ao mesmo ritmo, no final do ano, chegaríamos

novamente a cerca de 1000 milhões de crédito, ou seja, na prática, o mesmo ritmo de crescimento do ano anterior. Estes são os dados da KPMG.

O Sr. Dr. **Rui Guerra**: — Sr. Deputado, com todo o gosto, clarificarei, porque penso que poderá haver aí uma questão com provisões e não provisões, o que poderá fazer a diferença. Mas dê-me 24 horas ou 48 horas e clarificarei, com todo o gosto.

Agora, devo dizer antecipadamente que, de facto, não tenho na memória 500 milhões.

O Sr. **Duarte Pacheco** (PSD): — A minha última pergunta tem ainda a ver com as provisões de crédito a clientes.

Continuamos com valores muito baixos no final de 2013... Quer dizer, se compararmos o valor de provisões em 2012 e 2013, identificamos que, em 2012, não havia garantia e, na prática, eram cerca de 218 milhões e, em 2013, há garantia, mas a provisão é um pouco mais pequena.

Ora, isto leva-me a perguntar qual é a razão para que tal aconteça. E, de duas, uma: ou a garantia não era aqui tomada em consideração e, portanto, estamos praticamente na mesma situação do ano anterior; ou, pelo contrário, os senhores estavam a considerar a garantia e, então, pergunto por que é que provisionaram um valor tão elevado.

O Sr. Dr. **Rui Guerra**: — Relativamente a 2013, de facto, tomámos em consideração a garantia e, por isso mesmo, nos valores de provisionamento que fizemos, diria que, até sobre a carteira líquida da garantia, há um aumento substancial.

Depois, em junho — e não tenho presente o 4 de agosto —, voltámos a aumentar as provisões e, se a memória não me traiçoa, penso que



subimos para 444 milhões, tendo presente a garantia e já numa ótica de muita prudência face a toda uma turbulência que estava a acontecer. Daí, acharmos por bem aumentar essas mesmas provisões.

Já agora, também fazia parte do dito plano estratégico que, gradualmente, subiríamos as provisões sobre o crédito existente. Recordo-me de que, em 2012, era, penso, de 2,2 e tínhamos como objetivo chegar a um número médio que, na altura, era o número médio em Angola, de 7%, 8%.

Mas, voltando um pouco atrás, em junho de 2014, penso que chegámos a um provisionamento de 444 milhões, tendo presente a garantia, o que querera dizer que a carteira livre da garantia era de cerca de um pouco mais de 2 biliões. Devo dizer que estávamos com um rácio enormíssimo, mas era numa base de muita, muita prudência.

O Sr. **Duarte Pacheco** (PSD): — Sr. Presidente, quero fazer só mais uma pergunta para terminar. É que me resta uma dúvida relativamente a 2012. Compreendo todo o vosso raciocínio para 2013 e 2014, mas isto significa que, em 2012, sem a garantia, ou havia aqui um otimismo fabuloso ou um erro de previsão claríssimo.

O Sr. Dr. **Rui Guerra**: — Relativamente a 2012, penso que é melhor vermos o relatório da KPMG, que nos ajudará um pouco.

O Sr. **Duarte Pacheco** (PSD): — Nós percebemos!

O Sr. **Presidente** (José Magalhães): — A palavra «ajuda» está utilizada num sentido muito peculiar.

Estamos, agora, em condições de entrar na segunda ronda, só para perguntas complementares e de aprimoramento em relação a uma qualquer questão importante.

Daria a palavra ao Sr. Deputado Pedro Nuno Santos, por 4 minutos, seguidos de resposta...

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — São 5 minutos, Sr. Presidente. A não ser que tenhamos mudado as regras. Posso prescindir da terceira ronda, mas a segunda é de 5 minutos.

O Sr. **Presidente** (José Magalhães): — Srs. Deputados, este ponto é importante e a regra aplica-se a todos. Há consenso para prescindir da terceira ronda e fazer 5 minutos seguidos, com perguntas respondidas também em sequência e sem interrupção?

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Há um pré-acordo, dependendo das respostas que obtivermos na segunda ronda. Fica condicionado às respostas que obtivermos na segunda ronda.

O Sr. **Presidente** (José Magalhães): — Sr. Deputado Miguel Tiago, tem a palavra.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Sr. Presidente, era, na prática, para dizer o mesmo. Julgo que não é correto prescindirmos de uma terceira ronda, enquanto não realizarmos a segunda ronda para ver se ela gera novas questões, ainda que se faça uma pausa agora, até porque quem está connosco ainda não teve a possibilidade de se ausentar uma única vez da sala.

O Sr. **Presidente** (José Magalhães): — Fazemos, então, uma pequena pausa de 5 minutos.

*Pausa.*

Vamos retomar os nossos trabalhos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Nuno Santos.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Sr. Dr. Rui Guerra, quero colocar-lhe várias questões, nenhuma das quais repetida, e tenho necessidade de as colocar, pois é para isso que esta Comissão de Inquérito foi criada.

Em primeiro lugar, o Dr. Rui Guerra disse aqui, e bem, que o crédito vencido não é necessariamente crédito perdido, porque ele pode ser reestruturado. E aqui levanta-nos uma questão relativamente à tal ocultação de crédito vencido, porque uma das dificuldades e uma das reservas que a auditora identificou foi a incapacidade de obter identificação efetiva sobre as operações de crédito que foram objeto de reestruturação.

Assim sendo, queria perguntar-lhe, a si, enquanto pessoa que esteve ligada à banca durante vários anos, e ao BESA também, se a reestruturação não é muitas vezes usada ou não pode ser usada para camuflar crédito que acabou de entrar em incumprimento.

O Sr. Doutor disse ainda que o crédito vencido não é necessariamente crédito perdido, que pode ser reestruturado, mas quando um crédito é reestruturado implica o registo de perdas. Ora, esta é mais uma questão que quero colocar-lhe, a de saber se há ou não registo de perdas, porque não havia esse registo de perdas, pelo menos até 2012, e não sei se houve em 2013.

Depois, queria perguntar-lhe algo que tem a ver com o seguinte: referiu que grande parte do crédito, mais de 1000 milhões, era crédito que já tinha sido aprovado, que já vinha de trás; referiu que há, de facto, crédito novo, mas que grande parte era crédito que vinha de trás.

Ora, há uma nota, no relatório da KPMG, nas bases para opinião com reservas, que aparece pela primeira vez, em 2013, e que se prende com a identificação de um conjunto de operações de crédito a cinco entidades, num montante que, presumo, em dólares, deve ser de 500 milhões de dólares, crédito esse concedido, em 2013, a sociedades cujo nível de capitais próprios é muito reduzido quando comparado com o nível de investimento que foi feito e a KPMG não conseguiu confirmar a capacidade de geração de *cash-flows* dessas sociedades.

Portanto, há dúvidas sobre quem são os verdadeiros beneficiários e sobre se, na avaliação do perímetro de consolidação do banco, essas sociedades não deveriam estar integradas no perímetro de consolidação do banco.

Assim, queria perguntar-lhe que sociedades são estas, cujo crédito foi conseguido na sua vigência — e repito, que esta nota, na base para opiniões com reservas, aparece, pela primeira vez, em 2013, e, portanto, quando o banco já era da sua responsabilidade.

Disse aqui há pouco que, em Angola, reportava ao General Leopoldino Nascimento. Ora, queria perguntar-lhe em que qualidade é que o reporte era feito ao General Leopoldino Nascimento. E queria ainda perguntar-lhe se o General Leopoldino Nascimento era um acionista de referência e se era por ser acionista de referência que era a ele que reportava. E se o General Leopoldino Nascimento não era acionista de referência, quem é que indicou o General Leopoldino Nascimento como interlocutor regular da administração do BESA?

Em quarto lugar, queria também perguntar-lhe sobre o papel do Eng.º Paulo Kassoma no banco. Sei que é presidente do Conselho de Administração, mas queria perceber se tinha, de facto, uma influência maior na própria gestão do banco a par do seu CEO.

Uma quinta pergunta tem a ver com o seguinte: aquando da sua saída, escreveu uma mensagem aos colaboradores do BESA, dizendo, entre várias coisas, que a instituição foi embrulhada num *tsunami* vindo de outras paragens, *tsunami* esse que era impossível de vencer.

Queria perguntar-lhe se, de facto, o problema do BESA foi gerado a partir de fora do BESA, se, de facto, não havia verdadeiramente nenhum problema com o BESA, e se o BESA só teve de ser intervencionado porque sofreu um *tsunami* a partir de fora.

Em sexto lugar, pergunto-lhe o seguinte: pode dizer-nos as razões pelas quais Álvaro Sobrinho foi substituído na liderança do BESA? É que aquilo que já percebemos aqui é que, entretanto, o crédito continuou a aumentar, os depósitos estagnaram e, portanto, não houve aqui, de facto, do ponto de vista material, uma mudança significativa na gestão ou nos resultados da gestão do BESA.

Em sétimo lugar, na sua gestão os custos operacionais, os salários, os complementos e rendas aumentaram de forma significativa. Por que é que no quadro de um banco que precisava de um *turnaround*, de uma reviravolta, os custos operacionais, na vigência da sua presidência, aumentaram tanto?

Em oitavo lugar, nas atas de outubro de 2013, a propósito do debate sobre os beneficiários do crédito concedido, é dito que Álvaro Sobrinho ficou de dar mais informações à administração do BESA sobre esses créditos. Queria perguntar-lhe se a partir de janeiro de 2014 foi dada mais informação do que a que tinha sido fornecida durante a assembleia geral.

Por fim, em nono lugar, queria perguntar-lhe quais foram as mudanças no reporte de informação do BESA ao BES, relativamente à forma como reportava informação e sobre a carteira de crédito que era dada antes de Rui Guerra chegar à liderança do BESA.

O Sr. Dr. **Rui Guerra**: — Sr. Deputado, respondendo à primeira questão que me coloca, que é muito direta e que, penso, tem a ver com a questão da ocultação e reestruturação e sobre se, de facto, a reestruturação não foi usada como forma de ocultar incumprimentos e se, depois, não tem de obrigatoriamente haver perdas. Certo?

O Sr. **Pedro Nuno Santos (PS)**: — Registo de perdas!

O Sr. Dr. **Rui Guerra**: — Registo de perdas.

Eu diria que, mais uma vez, e não quero desiludi-lo, mas cada caso será um caso e não estou a dizer em Angola; estou a falar de uma forma generalizada.

O que será normal é que, efetivamente, ao haver crédito vencido, que possa, em função das situações, dos clientes, do tipo de empresas, de sectores e de *cash-flows*, o banco ateste, que, efetivamente, possa reestruturar esse crédito com o cliente, havendo diversas formas de o fazer, nomeadamente em termos de tempo, em termos da parte a reestruturar, de sim ou não à negociação — aliás, também pode ser que possa haver uma pequena parte que até o banco pode prescindir... Enfim, há toda uma forma de negociação que acontece nos processos de reestruturação o que, em última análise, não obriga, de maneira nenhuma, e eu diria que, normalmente, os bancos e os gestores bancários fogem a isso nestas reestruturações, ou seja, a haver perdas.

Obviamente que, mais uma vez, cada caso é um caso, mas não posso, de maneira nenhuma, dizer que ao haver reestruturação isso obrigue a que haja perdas. Normalmente, nestes casos, depois, há também um balanceamento com as provisões já constituídas, não constituídas, provisões específicas relativamente a cada crédito.

Portanto, eu diria que é um balanceamento entre a empresa e o banco. Da minha parte, sempre que estive envolvido em reestruturações, foi sempre numa ótica de, quer para o cliente quer para o banco, conseguir chegar à melhor das soluções e não com qualquer tipo de âmbito de esconder algo ou que, de facto, haja outro tipo de situações subjacentes.

Quanto à segunda questão, que agradeço imenso, da KPMG e da sua reserva relativamente a 2013, volto ao problema da minha limitação, mas, e tendo em causa essa limitação, eu diria o seguinte: isto diz respeito a uma parte que, efetivamente, não está no relatório e contas e não está, também, no relatório da KPMG, mas respeita a uma reestruturação, e ainda agora estávamos a falar em reestruturação.

Portanto, não é mais do que termos conseguido, em 2013, substituir um determinado conjunto de mutuários, que se me afiguravam com grandes dificuldades de *cash-flow*, por outros que, primeiro, são perfeitamente conhecidos, são empresas angolanas com *cash-flow* comprovado, com acionistas devidamente conhecidos, identificados no banco e que nós, e as equipas que avaliaram estas mesmas operações, tivemos presente que ficaríamos numa situação muito melhor do que a que tínhamos anteriormente, porque, além de substituímos os mutuários, também conseguimos, nesta operação, ter colaterais acrescidos àqueles que tínhamos anteriormente.

De facto, há uma parte que a KPMG não teria de dizer e é verdade que esta operação foi devidamente conversada e discutida — e nem sempre temos de estar de acordo com os auditores. Por outro lado, e,

economicamente, aquilo que fizemos provou-se — e diria que, depois, até se provou — que, efetivamente, foi uma operação de reestruturação a bem do BESA.

Obviamente que percebi a reserva por parte da KPMG, no sentido de dizer, e isto também foi, de facto, discutido diretamente comigo, que a KPMG gostaria de ver essas mesmas entidades com um valor superior de capitais próprios investidos relativamente ao que era a realidade e eu, na altura, expliquei, mas tenho de assumir essa mesma nota por parte da KPMG, com certeza.

Resumidamente, posso dizer que estamos a falar de uma reestruturação na qual não há crescimento dos 500 milhões de ativos, porque, no fundo, é a troca de mutuários com colaterais acrescidos para o banco.

Relativamente à sua terceira pergunta, gostaria de dizer que, efetivamente, o General Leopoldino do Nascimento — e isto é verdade —, sempre me deu um apoio enormíssimo ao longo dos tempos que estive em Angola, o que agradeço, e assumiu-se como o meu contraparte, diria desta forma, relativamente aos acionistas angolanos. Não consigo confirmar-lhe se, efetivamente, ele era acionista direto ou não nessas mesmas sociedades que faziam parte do capital social do BESA.

Quanto ao papel do Eng.º Paulo Kassoma, que já enalteci ao início e, portanto...

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Perguntei também, não conseguindo confirmar que era acionista de referência, quem é que tinha indicado o General Leopoldino do Nascimento como o interlocutor da administração do BESA.



O Sr. Dr. **Rui Guerra**: — Sr. Deputado, quanto à sua pergunta tenho de dizer-lhe que na primeira viagem que fiz a Angola, depois de me convidarem para ser o CEO do BESA, para eu conhecer as pessoas de lá, a pessoa que me indicaram para eu falar foi o General Leopoldino do Nascimento e eu parti do pressuposto que essa seria a pessoa, e foi, que me deu o apoio e que seria, como foi, o meu interlocutor. Quero isto dizer que eu não tive nenhuma indicação do lado de Angola; foi uma indicação do lado do BES.

Quanto ao papel do Eng.º Paulo Kassoma, diria que foi um papel extremamente importante, ajudou imenso a estabilizar a nossa atuação, dando-nos o apoio institucional, mas garantindo algo que, diria, me é importantíssimo e foi importante para a fase em que estávamos que era saber distinguir o que é um gestor no seu dia-a-dia, um gestor executivo, de um gestor não executivo, ajudando-me sempre que era necessário.

Como contrapartida, do meu lado, teve toda a transparência e informação, não esperando eu por conselhos de administração, que reuníamos, por norma, trimestralmente, para que ele estivesse a par do que é que sucedia no banco e o que se estava a passar. Portanto, diria que uma ou duas vezes por semana estávamos juntos e conversávamos, durante o tempo que era necessário, acerca do banco e sobre aquilo em que ele também me poderia ajudar, porque, muitas das vezes, pedi-lhe ajuda, como é óbvio.

Quanto à carta aos colaboradores, às 1050 pessoas, tenho de admitir que a escrevi num momento um pouco emotivo, porque foi mesmo, e posso ter utilizado, e acho que utilizei, este termo «*tsunami*», porque, volto a dizer, apesar de realmente estar a ver que não consigo sair daqui com o Sr. Deputado a dizer que fiz alguma coisa positiva, eu acho que fizemos!

O Sr. **Pedro Nuno Santos (PS)**: — Não estou a dizer isso!

O Sr. Dr. **Rui Guerra**: — Por amor de Deus!

Mas a verdade é que tivemos uma atuação juntos, enquanto comissão executiva, conselho de administração e restante equipa, fizemos em 12 meses algo extremamente importante e sentimos — não só eu, porque acredito que era um bocadinho generalizado naquela altura — que ventos vindos de fora, de certa forma, conseguiram contrariar o rumo do barco, ventos esses que não conseguíamos evitar.

Portanto, sentíamo-nos um pouco incomodados com toda esta situação, acreditando nós, na altura — e não foi assim há tantos meses —, e eu continuo a acreditar, que teríamos possibilidades de prosseguir com o dito plano, com os ditos apoios e, face àquilo que se estava a passar, acredito que seria possível.

A questão da expressão «*tsunami*» tem um pouco um lado emotivo, mas, também, a consciência de que, de facto, houve algo que veio de fora que nós não conseguimos contrariar.

Sobre o porquê da substituição do Dr. Álvaro Sobrinho, como disse há pouco, a minha interpretação foi a de que houve uma altura na instituição, no BESA e nos seus acionistas, em que, julgo, estes pensaram ser necessário sangue novo, alguém diferente, uma equipa nova que pudesse levar para Angola outro tipo de *approach* em termos de gestão, face àquele que era, também, um modelo estratégico diferente, relativamente ao que existia no momento no BESA. Portanto, esta é um pouco a minha interpretação.

Quanto ao que o Sr. Deputado falou e aos resultados obtidos, tenho de lhe referenciar, que as coisas levam algum tempo. Isto para lhe dizer que em 12 meses, porque, na prática, foram 12 meses efetivos, tivemos todos os indicadores públicos e outros privados de que, efetivamente, estávamos a conseguir fazer o dito *turnaround* a que todos nos tínhamos comprometido.

Agora, obviamente, isto leva algum tempo! Não se consegue mudar uma instituição de um momento para o outro. Em termos estratégicos, há que ir à procura de outros segmentos. Recrutar 350 pessoas num ano, abrir 33 balcões, levar com todos os problemas associados à carteira de crédito e todo um conjunto de situações, tudo isto, de facto, leva tempo.

Por mais energia que se tenha e por mais equipas motivadas que tenhamos ao nosso lado, não queria de deixar de lhe dizer isto, precisávamos de um pouco mais de tempo, e estou convencido que isso iria acontecer.

Quanto à questão dos custos operacionais, estes são custos de crescimento, Sr. Deputado. Se bem me recordo, essencialmente, estes custos têm duas componentes: uma tem a ver com o que acabei de dizer, ou seja, com o recrutar 350 pessoas, o que tem um impacto muito grande em termos de custos operacionais, de custos com recursos humanos; outra tem a ver com o plano de transformação operacional que montámos e que implicou investimentos elevados ao nível da própria organização, da informática e a nível de outro tipo de possibilidade de controlos que o banco precisava, e isso, como é óbvio, também tem impacto a nível de custos.

Por último, e se bem me recordo, por exemplo, abrir 33 balcões em Angola tem um custo elevadíssimo. Um balcão em Angola custa entre 1300 milhões e 1500 milhões. Este é o custo por agência! Portanto, tudo isto, mesmo que não seja amortizado num único ano, porque não é, efetivamente teve impacto nos custos operacionais, de certa forma, estabilizar muito a equipa e, depois, numa fase seguinte, entrar em algumas reduções de custos em áreas específicas.

Relativamente à sua oitava pergunta, sinto-me, outra vez, coartado na minha resposta, porque me pergunta algo sobre a ata, sobre dar mais ou menos informação. Não é? Sr. Deputado, se me puder ajudar...

O Sr. **Presidente** (José Magalhães): — Sr. Deputado, é capaz de clarificar?

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — É dito na ata que Álvaro Sobrinho ficou de dar mais alguma informação, posteriormente à assembleia geral de 21 de outubro.

O que lhe pergunto é se conseguiu obter essa informação que supostamente ficou de ser dada por Álvaro Sobrinho depois dessa assembleia geral.

O Sr. Dr. **Rui Guerra**: — Sr. Deputado, diria que a garantia responde um bocadinho por si, ou seja, o facto de sermos obrigados a ter a dita garantia soberana para compensar determinado tipo de situações, penso que pode ajudar à pergunta que me está a fazer, sendo que também será natural que acionistas falem entre acionistas.

A norma de reporte do BESA ao BES...

O Sr. **Presidente** (José Magalhães): — Peço desculpa por interromper. Estas audições são ouvidas, porventura até são mais ouvidas do que as pessoas julgam, e o senhor tem, obviamente, todo o direito a usar do poder de síntese e até de algum hermetismo, pelas razões que sabemos, mas a última frase que pronunciou é um pouco ininteligível, se bem compreendo. É, talvez, um pouco hermética.

O Sr. Dr. **Rui Guerra**: — Sr. Presidente, é um pouco hermética. O que quero dizer é que se olharmos para qual era a composição que existia de acionistas do BESA, o Dr. Álvaro Sobrinho também era acionista.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Está a dizer que colaborou, que deu essa informação, posteriormente?

O Sr. Dr. **Rui Guerra**: — Não, não estou a dizer isso. Estou a dizer que, a haver conversas, seria entre acionistas e eu não era acionista; era um mero empregado.

Sobre o reporte do BESA ao BES, após a minha entrada, o que procurei foi garantir que, dentro daquilo que era o exigível por parte de Portugal, não ofendendo a lei angolana, eu dava toda a informação, quer contabilística, quer ao nível do risco, quer ao nível, como já falámos, de tudo o que tem a ver com liquidez, não entrando em nomes de clientes.

Não quero deixar de dizer isto, porque, de facto, acho que é um tema importante, face àquilo que enfrentámos de início. Tudo foi devidamente reportado e, ao longo do tempo, também a forma como a situação ia decorrendo no BESA, não estando à espera de outro tipo de reportes; só os contabilísticos ou aqueles que se enviam a esse nível.

Penso que o fiz, tal como reportei às autoridades e aos auditores.

O Sr. **Presidente** (José Magalhães): — Tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Cecília Meireles.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Prescindo, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente** (José Magalhães): — Fica registado.

Sr. Deputado Miguel Tiago, tem a palavra.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Sr. Presidente, quero colocar umas questões rápidas.

Disse-nos, há pouco, que depois de detetados alguns problemas na carteira de crédito e, enfim, no trabalho regular que faziam de reporte junto do Banco Nacional de Angola, mas, principalmente depois da deteção dos problemas na carteira de crédito, que o Banco Nacional de Angola terá dialogado, julgo que foi o termo que usou, com o BESA ao longo dos tempos e o fim desse diálogo verificou-se, mais ou menos, em dezembro com uma garantia que resolve o problema.

O que queria perguntar era se o Banco Nacional de Angola não tomou medidas no sentido de resolver o problema verdadeiramente, ou seja, de estancar a concessão de crédito, de fazer um apuramento sobre as responsabilidades sobre as concessões de crédito no passado, se, junto do BESA, tomou essas diligências ou não, e, já agora, se o Banco de Portugal, em algum momento, as tomou também.

O relatório e contas do BESA, mesmo que não seja comunicado ao Banco de Portugal, e deve ser, na medida em que é uma filial, mas, mesmo não sendo, é público e, portanto, o Banco de Portugal tinha motivos para estar preocupado com as contas de 2012 e 2013 apresentadas em 2013.

Pergunto, agora: qual era a componente da garantia que correspondia a imobiliário? Qual a percentagem, quanto é que correspondia a créditos e quanto é que correspondia a imobiliário? Como era avaliado e quem tinha avaliado esse imobiliário? Qual era a titularidade desse imobiliário? Presumo que já fosse do BESA. Portanto, a titularidade desse imobiliário seria do BESA e sobre ela existia uma garantia do Estado angolano. Presumimos que o BESA tenha de ter apresentado alguma avaliação ao Estado angolano para legitimar o valor do imobiliário. Quem o fez? Não pode falar de clientes, mas julgo que pode falar de fornecedores. Qual foi o fornecedor do serviço de avaliação independente do imobiliário ao BESA?

Pergunto se entre as datas de entrada e de saída do Dr. Rui Guerra no BESA, contratou alguma vez a Proprime ou a Prime Yield para realizar

avaliações de imobiliário ou de outros ativos para fins de obtenção de garantias ou, até mesmo, para concessão de créditos, quando a titularidade não era do BESA.

Ainda sobre o aumento do crédito, disse-nos que todo o aumento do crédito ou, pelo menos, a grande parte, não era novo crédito era a libertação de *tranches* que já constavam de compromissos.

Em 2011, a linha de financiamento aberta no BES para o BESA tinha 3200 milhões de dólares — e vou usar os dólares, porque é o valor que aqui tenho e não fiz a conversão; em 2012, a linha de financiamento tinha 3600 milhões de dólares; em 2013, ultrapassou os 4000 milhões — aliás, o próprio Dr. Rui Guerra terá dito que, nos finais de 2013, havia 4100 milhões de dólares concedidos a beneficiários desconhecidos.

Ora, se havia 4100 milhões de dólares concedidos a beneficiários desconhecidos, isso significa que o valor do crédito que aumentou não foi todo para cumpridores, a não ser que também houvesse muitos beneficiários desconhecidos que cumpriam muito bem.

Termino, perguntando se a garantia de Angola não tivesse sido dada, preenchida pelo Presidente da República e, depois, concretizada pelo Ministério das Finanças, o BESA era objetivamente uma instituição bancária falida. Ou não?

O Sr. Dr. **Rui Guerra**: — Sr. Deputado, quanto à questão do trabalho sobre a carteira de crédito e à relação com o BNA, o que afirmei há pouco, e reafirmo, é que, de facto, houve uma grande cooperação entre o BESA e o BNA que nos levou — é uma realidade — à concessão da garantia soberana.

Quanto à questão de medidas impostas por parte do BNA, penso que há pouco referi, mas di-lo-ei de uma forma mais direta,...

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Eu percebi essas imposições!

O Sr. Dr. **Rui Guerra**: — ... houve, de facto, por parte do BNA, imposições, recomendações.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Relativamente ao passado!

O Sr. Dr. **Rui Guerra**: — Relativamente ao passado e a potenciais responsabilidades assacadas a alguém, tenho de dizer que, segundo é do meu conhecimento, repito, segundo é do meu conhecimento, não terá existido qualquer tipo de intervenção nesse sentido, mas não posso afirmar que não tenha existido, como é óbvio.

Em relação à questão do Banco de Portugal, Sr. Deputado, como há de perceber, a ideia que tenho, como dizia há pouco, é que, efetivamente — aliás, tenho a certeza —, a informação que era dada ao Banco de Portugal era a informação que era dada pelo BES; não era o BESA que dava informação ao Banco de Portugal diretamente.

Portanto, sou sincero, não consigo responder se, de facto, poderia ter havido outra atuação, ou não, por parte do Banco de Portugal no que diz respeito à questão do BESA ao longo do tempo.

No que diz respeito à questão da garantia, fiz menção de que havia dois anexos, e o que posso perfeitamente dizer é que, relativamente ao montante total da garantia, a percentagem relacionada com o imobiliário era uma percentagem baixa, muito baixa mesmo. E, de facto, tratava-se de imóveis dos quais o BESA era titular, como o Sr. Deputado estava a dizer.

Quanto à questão da Proprime, recordo-me desta empresa como sendo uma das empresas no mercado angolano para fazer avaliações de imobiliário. Não me recordo, em particular, de avaliações que tenham feito para nós, BESA, pelo menos enquanto eu lá estive, mas, eventualmente,



pode ter sido um dos avaliadores. Não digo que não, sinceramente, mas não me recordo de uma avaliação particular que tenha sido a Propime ou uma outra... Normalmente existiam quatro ou cinco empresas que nós, de certa forma, seleccionámos como tendo capacidades atestadas no mercado para o efeito e de entre essas quatro ou cinco, que, normalmente, até eram ligadas a casas internacionais, acredito que a Proprime possa ter estado nesse leque.

Sobre o aumento do crédito, tenho um bocadinho de dificuldades por isso peço-lhe ajuda, porque nunca me recordo de ter falado, aqui ou noutra sítio e noutra sítio não falei de certeza, sobre a questão de 4,1 biliões serem de beneficiários desconhecidos.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — É uma notícia...

O Sr. **Presidente** (José Magalhães):— Acabe de formular a sua dúvida, se não se importa, para esclarecer a resposta.

O Sr. Dr. **Rui Guerra**: — Perante isso, depois não consigo relacionar com a sua pergunta, percebe?

Ou, então, digo-lhe desta forma: não confirmo, de maneira nenhuma, independentemente do sigilo, que houvesse 4,1 biliões de dólares de beneficiários desconhecidos. Nunca poderei ter dito isso! Ou, então, digo-o agora: não confirmo isto, de maneira nenhuma!

Portanto, não consigo fazer esta relação, depois, com a evolução da linha que o Sr. Deputado me está a pôr — aliás, até acho que até são coisas diferentes.

O Sr. **Presidente** (José Magalhães):— Esta resposta responde plenamente à sua interrogação, Sr. Deputado?

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Se nega que disse isso, automaticamente nega a questão que lhe fiz que é a de como é que pode ter crescido o crédito a beneficiários desconhecidos. Se diz que nunca disse que eram desconhecidos, não me pode responder.

O Sr. Dr. **Rui Guerra**: — Certo!

Independentemente de alguma fonte que possa ter havido, digo agora aqui que não confirmo, de maneira nenhuma, que houvesse 4 biliões de dólares em beneficiários desconhecidos.

Sobre a última pergunta — a garantia soberana e o BESA falido —, Sr. Deputado, eu diria que veria algumas dificuldades em que isso não acontecesse, porque, na ausência de uma garantia ou de outra qualquer proteção, que poderíamos ter montado, a outra a solução seria, efetivamente o aumento de capital.

Efetivamente houve um aumento de capital de 500 milhões de dólares, em 2013, mas face à magnitude que estamos a falar — e esta é a minha interpretação —, seria difícil que os acionistas à data do BESA conseguissem levantar um montante tão significativo para compensar as potenciais provisões que o banco teria de fazer no final de 2013 se não tivessem a garantia. Bom, às vezes, podíamos ter tido alguma surpresa, mas vejo isso com dificuldade.

O Sr. **Presidente** (José Magalhães): — Sr. Deputado, quer ver esclarecido mais algum ponto?

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Sr. Presidente, é só para dar nota que o Sr. Doutor disse que podia acontecer alguma surpresa e uma garantia de

5000 milhões de dólares. Acho que é uma surpresa espetacular, não podia haver melhor!

Mas deixe-me só dizer de onde vem a referência aos 4100 milhões, porque é notícia do *Expresso* que diz: «Rui Guerra referiu ainda durante a reunião com acionistas mais 4100 milhões de dólares de crédito concedido a vários grupos de clientes sobre os quais também não existe informação sobre os verdadeiros beneficiários. Também questionado sobre estes créditos Rui Guerra não respondeu ao *Expresso*».

Portanto, é daqui que retiro o valor, se nega que o disse... Enfim...

O Sr. Dr. **Rui Guerra**: — Eu nunca falei com o *Expresso*.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Não é falar ao *Expresso*; eles fazem menção às suas intervenções. O *Expresso* diz que não esclareceu este valor.

O Sr. **Presidente** (José Magalhães): — Tem, agora, a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Mariana Mortágua.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Sr. Doutor, coloco-lhe uma pergunta, que foi sugerida agora, e só para clarificar: que parte da exposição do BES ao BESA é que vem de créditos à exportação feitos pelo BESA a importadores angolanos de empresas portuguesas? É que são créditos documentários e, portanto, havia uma garantia que o BES prestava ao exportador em nome do importador... Ou, melhor, o BESA prestava essa garantia ao importador em Angola e o BES prestava ao BESA e, depois, se o importador não pagava ao BESA, o BESA não pagava ao BES e o BES pagava ao exportador, criando-se aqui um *gap* que era necessário ir enchendo, aumentando desta forma a exposição do BESA ao BES.

Portanto, que parte da exposição é que vem destas garantias não cumpridas? E uma pergunta subsequente é: qual é o rácio de incumprimento de garantias dadas pelo BESA a importadores angolanos?

O Sr. **Presidente** (José Magalhães): — É só esta pergunta, Sr.<sup>a</sup> Deputada?

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Sim.

O Sr. **Presidente** (José Magalhães): — Muito bem.

O Sr. Dr. **Rui Guerra**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, em primeiro lugar, antes de chegar à questão do comércio internacional, a minha análise é que, efetivamente, ao longo dos anos a linha do BES não serviu, única e simplesmente, um único propósito, nomeadamente a questão, por exemplo, do comércio internacional; serviu, efetivamente, para toda a atividade do BESA dentro daquilo que há pouco falei, entre ativos e passivos.

Quanto à questão do comércio internacional, eu não lhe consigo responder de uma forma concreta quanto ao montante, não tenho esses números, que possa ter estado associado ao consumo da linha do BES por parte do BESA, no que respeita a operações de *trade finance*, ou seja, de comércio internacional.

De facto, estamos a falar ao longo do ano de haver sobre aquela conta inúmeros débitos e créditos de *n* origens dos quais, também, operações de *trade finance*.

Aliás, eu li qualquer coisa que escreveu no seu *blog* e que penso que está relacionado com isto e volto à dita questão: eu não encontro, e penso que os auditores também não encontraram, ao longo do tempo, montantes tais que pudéssemos dizer que os incumprimentos dos importadores, em

Angola, eram de tal magnitude que poderiam chegar a estes valores que a linha do BES ao BESA atingiu.

Daí eu voltar à dita questão, que é uma questão mais estrutural, e exemplificando, não sei se ajuda ou não, desde que estamos a falar em moeda estrangeira, em dólares, pode ser *trade finance*, como pode ser um crédito, como pode ser uma transferência de um emigrante que está em Angola — eu também fui emigrante e também fazia transferências —, a verdade é que ou o BESA arranjará forma de compensar esta conta aqui ou, então, seria por débito desta conta, não entrando até mais no tal tema do *clearing*, porque esse é um tema operacional.

Como a Sr.<sup>a</sup> Deputada estava a dizer, o que eu não encontro é garantias não cumpridas, por parte de importadores, de uma magnitude tal que, efetivamente, pudéssemos chegar a um valor de 4,6 biliões de dólares, como chegámos, ou de 3,3 biliões de euros. Não consigo encontrar; sou sincero!

Portanto, volto à minha questão estrutural de que houve outros propósitos normais de utilização daqueles montantes para financiar a atividade de crescimento do BESA.

Penso que há aqui uma questão que também já foi referida que é a dos juros, ou seja, a linha, além da componente de atividade comercial, também teve a componente dos juros que capitalizavam, os que não eram pagos, no crescimento da mesma linha, pelo que tiveram um impacto substancial ao longo do tempo, sendo que, dentro daquilo que penso que também já foi aqui uma vez explicado, como o BESA consolidava no BES, esses mesmos montantes, em termos de consolidação, eram anulados, não iam ao contributo das receitas do BES.

O Sr. **Presidente** (José Magalhães): — Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Saraiva.

O Sr. **Pedro Saraiva** (PSD): — Sr. Presidente, eu tenho aqui o que chamaria um pequeno *stock*, não da Cunha, mas de perguntas, em tese, para o pôr à vontade, e a primeira, porque nós, às vezes, ficamos confusos, é a seguinte: em tese, as atas das assembleias gerais reproduzem fielmente o que nelas acontece. Ou não? Esta é a primeira pergunta.

O Sr. **Presidente** (José Magalhães): — Tem de fazer todas.

O Sr. **Pedro Saraiva** (PSD): — Eu sei. Como o Sr. Doutor estava a anotar, eu estava só aqui a fazer uma pausa antes de passar para a segunda.

Tivemos aqui já nesta Comissão alguém do BES com grande experiência na concessão do crédito que, também, em tese, porque também foi em tese que se pronunciou, nos disse que sobre uma carteira de crédito a percentagem de crédito malparado corresponde, mais ou menos, a dois patamares relevantes: 8% acontecerá no pico de uma crise, 20% são dramáticos e, acima deste valor, já pode ser uma questão de polícia.

Pergunto: em tese, da sua experiência bancária, são, mais ou menos, estes os valores que tem?

Terceira questão, temos conhecimento de haver, pelo menos, um caso em que o BES concede crédito a uma entidade angolana com uma garantia que, depois, é dada pelo BESA. Então, pergunto se há mais casos destes em que a sucursal dá uma garantia em cima de um empréstimo concedido pela casa-mãe.

A quarta pergunta sobre a qual queria que se pronunciasse, também em tese, é se faz sentido ao haver uma medida de resolução colocar as ações de um lado e os créditos do outro, em termos de separação entre banco mau e banco bom.

Penúltima pergunta: já nos referiu aqui que há, de facto, limitações que decorrem do sigilo bancário angolano e que isso até limita a informação nominal que é transmitida ao BES, mas nada impede que um administrador do BES vá a Angola e, enquanto tal, tenha acesso pleno aos anexos da garantia, a toda a informação de gestão que é relevante.

Assim, pergunto, em concreto, com que regularidade é que, por exemplo, Amílcar Morais Pires ia a Angola, ou outros quadros ou administradores designados pelo BES iam a Angola, para ultrapassar, entre outras coisas, esta limitação de transferência de informação.

A última pergunta é um pedido de confirmação, até porque fez referência a essa circunstância, em resposta a uma questão colocada pela Deputada Mariana Mortágua, e não é matéria reservada.

No relatório semestral do BES, de 30 de junho, só há na exposição do BES ao BESA 276 milhões de euros em créditos documentários. Sendo assim estamos a falar de 7% do total da linha estabelecida entre o BES e o BESA, pelo que lhe peço que, pelo menos, nos confirme este valor, porque, às vezes, dá ideia de que nós sabemos mais do que as pessoas que aqui vêm em termos de quantificação de alguns parâmetros que são do domínio público, aqui não há segredo nenhum, pois este relatório é público.

O Sr. **Presidente** (José Magalhães): — Tem a palavra o Sr. Dr. Rui Guerra.

O Sr. Dr. **Rui Guerra**: — Sr. Deputado, relativamente à primeira pergunta sobre as atas, eu diria que, em tese ou sem ser em tese, acredito muito na idoneidade dos presidentes das assembleias gerais e na dos vice-presidentes, no que cada um deles escreve nas atas e que as mesmas reproduzem fielmente aquilo que se passa nas assembleias gerais, seja para

o caso do BESA seja para qualquer outro caso. Esta é a forma como eu encaro estas situações.

Quanto ao segundo ponto sobre crédito malparado e sobre ter havido um administrador do BES que terá referido determinados valores, tenho dificuldade em classificar estes parâmetros como sendo de 8% ou de 20%.

Então, a única questão a que posso fazer referência é que admito que um parâmetro destes na Europa seja completamente distinto do verificado em África ou nos Estados Unidos, mas aceito — não entrando aqui em saber se é ou não caso de polícia — que, a partir de certa percentagem, estaremos a falar de qualquer coisa que terá saído completamente da normalidade.

Sobre o crédito do BES a uma entidade com uma garantia do BESA, devo dizer, mais uma vez, que estou um pouco coartado para poder falar sobre isto. Bem sei que isto já aqui foi muito falado na Comissão, mas...

O Sr. **Pedro Saraiva** (PSD): — Gostava de saber se há mais casos destes ou se esse será caso único, porque esse nós já o conhecemos de cor.

O Sr. Dr. **Rui Guerra**: — Não me recordo, mas penso que não.

Sobre a medida de resolução, Sr. Deputado, sinto-me muito pequenino para conseguir ir tão longe em termos de banco mau e de banco bom e de pôr a linha de um lado e os acionistas do outro. O que conheço é um pouco aquilo que todos conhecemos de grandes experiências nos Estados Unidos, em que uns foram de uma forma, outros foram de outra. Por isso, tenho alguma dificuldade em dizer-lhe seja o que for, mas acho que houve aqui umas dinâmicas e umas dificuldades tais que me levam a perceber que tudo foi muito difícil.

Quanto à pergunta sobre a ida de administradores a Angola não sei se corroboro totalmente da sua ideia de o facto de um administrador ir a



Angola isso lhe dá legalmente o direito de ver aquilo que a lei angolana diz que não podemos dar. Sou sincero, não lhe sei dizer se isso é possível ou não.

Quanto ao Dr. Moraes Pires penso que ele foi a Angola em 2013 e outra vez em 2014, mas acho que nessas visitas ele não se dedicou a ver esse tipo de casos, a que, penso, o Sr. Deputado se estava a referir.

Quanto à sua outra pergunta, referiu-se a um relatório de 30 de junho de que ano?

O Sr. **Pedro Saraiva** (PSD): — De 2014!

O Sr. Dr. **Rui Guerra**: — Ah, sim senhor.

Garanto-lhe que, de facto, deve ser à volta dos valores que referiu — aliás, isso é público — e nos finais de 2013 deveria ser cerca de 500 milhões do *stock* de LC (*letter of credit*) que estavam por liquidar, mas isto não quer dizer incumprimentos; estamos a referir-nos a clientes que pediram abertura de cartas de crédito em que o BES as confirmava, como era natural. O BESA abria a carta de crédito, era confirmada aqui, estava aqui em fase para liquidação, umas vezes 90 dias, 180 dias...

Mas esse valor reflete a tal questão de que, se bem me recordo, o pico máximo que se atingiu de cartas de crédito, e isso nada tem a ver com o incumprimento, na minha ótica, foram os ditos cerca de 500 milhões, 540 ou 550, em 2013, já na minha gestão.

O Sr. **Pedro Saraiva** (PSD): — Em dólares?

O Sr. Dr. **Rui Guerra**: — Sim, em dólares. Já na minha gestão e sem incumprimentos.

O Sr. **Presidente** (José Magalhães): — Gostaria de perguntar aos Srs. Deputados se entendem que tem justificação uma terceira e última volta ou se a Comissão encerra agora esta audição.

*Pausa.*

Bom, pela vossa atitude proactiva, presumo que se encerram agora os trabalhos.

Saliento que amanhã teremos reunião pelas 17 horas, como é do vosso conhecimento, seguindo a ordem de trabalhos que já foi distribuída.

Muito obrigado, Sr. Dr. Rui Guerra pela contribuição para os nossos trabalhos.

Srs. Deputados, está encerrada a reunião.

*Eram 19 horas e 50 minutos.*

DIVISÃO DE REDAÇÃO E APOIO AUDIOVISUAL.